

MARCOS AURÉLIO TARLOMBANI DA SILVEIRA

**TURISMO & NATUREZA:
SERRA DO MAR NO PARANÁ**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA
FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,
SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFA
DRA. ADYR A. B. RODRIGUES,
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM GEOGRAFIA HUMANA.**

**SÃO PAULO
1992**

Ao amigo Lineu Bley
que sempre tem animado minha
ainda incipiente trajetória
pelos labirintos do saber
geográfico.

A minha orientadora
que, para além dos
ensinamentos preciosos, deu-
me apoio e compreensão.

PREFÁCIO

Em primeiro lugar, gostaríamos de evocar aqui a orientação certa e segura fornecida por nossa orientadora. Orientação que permitiu levarmos a cabo a realização deste trabalho desde quando ele apenas estava se formando. Os encontros e colóquios que tivemos com a orientadora foram para nós de uma grande fecundidade, não somente porque nos conduziram a levantar novos problemas mas, principalmente, porque nos ajudaram a dirimir dúvidas e a desfazer ignorâncias, incitando-nos a reaprender a cada passo. Assim, devemos nomear com toda gratidão a Professora Doutora Adyr Rodrigues que sempre animou, através de preciosas sugestões e de críticas pertinentes, a realização deste trabalho até a sua finalização.

Tanto o CNPq (Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia) como a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) agraciaram-nos com bolsas de estudo que forneceram o apoio financeiro para a elaboração deste trabalho. Somos profundamente gratos a essas instituições.

Gostaríamos de agradecer também aos professores e funcionários do curso de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da USP (Universidade de São Paulo), pelo apoio e atenção dispensados durante todos os estágios de nossa aventura-piloto como alunos do Mestrado.

Devemos agradecer ainda ao ITCF-PR (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas) por ter cedido um espaço no Laboratório de Sensoriamento Remoto e Geo-Processamento, onde pudemos elaborar os mapas constantes neste trabalho.

Por fim, gostaríamos de agradecer às pessoas que de muitas maneiras contribuíram para a execução deste trabalho, como é o caso de colegas de curso e professores que nos forneceram indicações bibliográficas úteis ou apresentaram críticas extremamente construtivas, fazendo-nos rever e aperfeiçoar nossas idéias a respeito do tema.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	III
LISTA DE FIGURAS	VI
LISTA DE MAPAS	VI
INTRODUÇÃO	VII
APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	1
CAPÍTULO I- TURISMO E NATUREZA	
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE NATUREZA	6
IMAGEM TURÍSTICA E APROPRIAÇÃO/CONSUMO DO ESPAÇO.....	24
IMPACTOS DO TURISMO NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	39
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL...	55
CAPÍTULO II - SERRA DO MAR NO PARANÁ	
IMAGEM, MEMÓRIA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO SERRANO	69
SERRA DO MAR: UM ECOSISTEMA COMPLEXO	84
POLÍTICAS AMBIENTAIS E PROTEÇÃO DA SERRA DO MAR.....	96
O ESPAÇO TURÍSTICO SERRANO E SEUS ATRATIVOS	117
CAPÍTULO III - NO UNIVERSO DOS ATORES DA PESQUISA	
OUVINDO OS ATORES SOCIAIS DA PESQUISA: ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS	135
DO ESPAÇO PERCEBIDO AO ESPAÇO PROTEGIDO.....	144
CAPÍTULO IV-	
PARA UM TURISMO INOVADOR NA SERRA DO MAR.....	221
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	221

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esboço do Conjunto Marumbi

Figura 2 - Caminho do Itupava

Figura 3 - Caminho da Graciosa

LISTA DE MAPAS

**Mapa 1 - Definição da vegetação do sistema Serra do Mar/
Mata Atlântica no Estado do Paraná.**

**Mapa 2 - Tombamento da Serra do Mar e Unidades de
Conservação.**

**Mapa 3 - Localização das zonas de atividades turísticas
na Serra do Mar Paranaense.**

INTRODUÇÃO

Num momento em que nos confrontamos com a gravidade dos problemas ambientais que nos afetam tanto em nível local quanto global, gostaríamos de chamar a atenção para o turismo que, em espaço e tempo concretos e com dimensões históricas e culturais específicas, constitui um fenômeno complexo intimamente relacionado à questão ecológica. Com efeito, um crescente número de pessoas viaja cada vez mais longe, cada vez mais rápido e, sobretudo, cada vez mais. Esta ampliação e aceleração dos movimentos turísticos que provocam modificações no meio ambiente, algumas delas contribuindo para aumentar sua degradação, tornam necessário e indispensável seu tratamento.

Escrevemos este trabalho movidos pelo desejo de compreensão da relação entre turismo e natureza tomando como objeto de estudo a porção paranaense da Serra do Mar, uma região que abriga, ao lado da extraordinária biodiversidade, sítios naturais de rara beleza e de relevância cultural e ambiental. Estamos preocupados, especialmente, com os impactos que aí podem ocorrer, seja no aspecto sócio-econômico, seja no aspecto ecológico. Partimos do ponto de vista de que a questão ecológica implica uma mudança ética, política e filosófica profunda. Não se trata de uma modismo, mas de um modo de recompor a ordem social sobre novas bases, que levem em conta não só a preocupação conservacionista e

os problemas econômicos imediatos, mas sobretudo a finalidade da atividade humana.

Neste sentido, a atividade turística, cujo elemento motor é o lazer, pode ser uma alavanca fundamental para definir os rumos do desenvolvimento sustentado, porque além de se constituir um caminho para o homem moderno buscar contato com a natureza, a qual se encontra separada da sociedade por razões históricas e ideológicas, o turismo representa uma oportunidade para conciliar preservação ambiental e crescimento econômico. Com relação a isto, cabe lembrar que duas recentes tendências de diferente orientação e sem limites geográficos definidos estão ocorrendo de modo simultâneo e interligado. Uma delas, diz respeito ao aumento da demanda para o ecoturismo ou também chamado turismo ecológico. A outra, está relacionada à gestão dos espaços naturais protegidos através da adoção de novas estratégias para conciliar conservação ambiental e desenvolvimento sócio-econômico.

No caso do espaço serrano, tais perspectivas não podiam ser melhores. A formulação de opções turísticas que atendam aos desejos da crescente demanda do turismo regional e nacional pode colocar em maior evidência a Serra do Mar. Uma tendência validada pelo fato desse espaço conseguir reunir atrativos verdadeiramente originais e em condições de atender a crescente procura por locais que unam o gosto pela aventura e o interesse ecológico.

Mas, ao mesmo tempo que estes aspectos indicam o rumo mais promissor para a expansão do turismo na Serra, sugerem que devemos estar atentos para os riscos que esta atividade carrega consigo. Afinal, o turismo não está isento de repercussões negativas. Assim, é preciso ordenar a exploração turística nesta região sob pena de destruição ecológica e agravamento do quadro de desigualdades sociais. Sem esquecer que, de todas as atividades econômicas o turismo, especialmente o chamado ecoturismo, é sem dúvida, aquela que mantém as ligações mais vitais e mais íntimas com o meio ambiente. Observação banal mas carregada de sentido e desdobramentos, pois diferentemente de outras formas de exploração do espaço, tal como é o caso da indústria, no turismo a qualidade do ambiente, sua preservação e sua beleza são componentes indispensáveis para o desenvolvimento da atividade.

Após muitos anos de desenvolvimento acelerado do turismo em várias regiões do país, têm-se uma constatação preocupante. Em muitos lugares são deplorados e denunciados os processos devastadores de deterioração do meio ambiente, destruição de sítios naturais, de especulação fundiária e competição violenta pelo espaço, de espoliação ou exclusão das atividades tradicionais e das populações autóctones.

No que concerne à Serra do Mar no Paraná, a exploração turística não causou, por enquanto, alterações na paisagem natural e no modo de vida das populações locais. Tal situação permite que se faça as correções de curso -

considerando o processo de produção do espaço turístico (*) -, através de ações que promovam o ajustamento entre uso turístico, desenvolvimento sócio-econômico e preservação da natureza.

Estamos convencidos de que a resposta aos atuais problemas ecológicos e sociais, que revelam os conflitos na maneira como o homem se relaciona consigo mesmo e os antagonismos na relação com a natureza, só poderá ser encontrada a partir de uma visão integradora que respeite as diferenças e singularidades e, ao mesmo tempo, abra a possibilidade de uma convivência harmoniosa entre o homem e a natureza assim como promova o desenvolvimento sócio-econômico dos lugares. Na verdade, o que pretendemos com este trabalho é contribuir para o surgimento de uma consciência ecológica tanto individual quanto coletiva, enfim, para a criação de um novo modo de vida que se impõe.

Dentro do alcance deste trabalho, essa perspectiva pode ser apenas vislumbrada, já que não temos a intenção e, muito menos, a pretensão de estabelecer rumos. Assim, tendo em conta as limitações que cercam o esforço de pesquisa aqui

(*) A discussão em torno da produção do espaço pelo turismo é muito ampla, visto seu caráter multidisciplinar. Como outros fenômenos sociais, o turismo deve ser visto como uma totalidade complexa que apresenta também uma leitura pela via da análise territorial. Nas palavras de Rodrigues: "O turismo na sua enorme complexidade reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se de um fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras), é nestas que se produz o espaço turístico ou reformula-se o espaço anteriormente ocupado. É aqui também que se dá o consumo do espaço." (1990, 8)

empreendido, dividimos o tratamento do tema nos seguintes tópicos: primeiramente, expomos algumas considerações sobre a dissociação entre cultura e natureza, entre sujeito e objeto, destacando o papel que as principais correntes ideológicas desempenharam no processo histórico da sociedade ocidental. Também tratamos neste primeiro capítulo a respeito da apropriação subjetiva do espaço que acontece a partir da dimensão imaginária do turismo. Há, ainda, um tópico do capítulo que trata dos impactos da atividade turística no espaço. Por fim, o primeiro capítulo contém algumas páginas dedicadas às idéias e ações que em conjunto visam conciliar desenvolvimento turístico e conservação ambiental.

Já no segundo capítulo dedicamo-nos à abordagem da Serra do Mar. Subdividido em quatro tópicos, este capítulo possui uma estrutura temática onde se aborda os aspectos históricos e sócio-econômicos, os aspectos ecológicos, os aspectos legais e jurídicos da proteção, e as potencialidades turísticas do espaço serrano.

Quanto ao terceiro capítulo, o assunto tratado consiste numa tentativa de enquadrar a orientação teórica com a realidade do espaço serrano, através da penetração no mundo dos atores sociais da pesquisa. Num primeiro momento, é narrado o processo de coleta de dados com os sujeitos do estudo. No segundo, realizamos a discussão e apresentação dos resultados saídos das entrevistas e depoimentos.

Finalmente, no quarto e último capítulo, traçamos as considerações finais visando contribuir para a instauração de um turismo que, em seu desenvolvimento, responda aos interesses sociais e ecológicos do espaço serrano.

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O estudo por nós desenvolvido tem suas raízes e seus pontos de apoio na problematização das relações entre sociedade e natureza na época atual. Essencialmente, nossa preocupação relaciona-se à questão do turismo e seus impactos ecológicos e sociais no interior do espaço representado pela porção paranaense da Serra do Mar. À luz deste fato delimitamos o problema investigado, o qual pode ser formulado assim: como harmonizar o desenvolvimento turístico com a preservação da natureza e a melhoria das condições de vida da população na região da Serra do Mar no Paraná?

A porção paranaense da Serra do Mar ao ser tombada em 1986 como patrimônio natural em nível estadual e ter sua cobertura vegetal - a Mata Atlântica - definida como Patrimônio Nacional na Constituição Federal, tornou-se alvo de intensas manifestações preservacionistas. O que, diga-se de passagem, é extremamente positivo no sentido de assegurar a preservação desse complexo ecossistema.

No que se refere ao turismo, a área do tombamento já constava como uma das atrações localizadas em território paranaense. Afinal de contas, a paisagem serrana expressa, junto com a exuberância de sua natureza, uma parte significativa da memória histórica do Estado. De igual modo, constitui-se já há algum tempo uma região permeada por interesses diversos que caracterizam a existência de

conflitos e antagonismos complicadores para sua situação de área de preservação ecológico-paisagística. Acrescente-se ainda o fato de seu potencial como área de exploração do chamado "turismo verde" ou "ecoturismo" vir complicar mais tal situação.

Com toda evidência percebemos a falta de uma discussão e análise mais aprofundada dessa realidade e dos impactos adversos que podem resultar do crescimento das atividades turísticas na área. Isso justificou por si só nosso interesse. Mas também fomos motivados por uma carência quase total de propostas que visem tornar compatível a prática do turismo com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sócio-econômico das populações da região. Todos esses aspectos foram condicionantes para a realização da investigação. Some-se a tudo isso o fato de sermos impulsionados pela escassez de pesquisas no Brasil sob o prisma da chamada Geografia do Turismo (1), com importância crescente em vários países.

(1) A propósito da definição de Geografia do Turismo, é importante dizer que há muita polêmica em torno disso. De nossa parte, empregamos neste estudo a definição proposta por Pearce: "a Geografia do Turismo se ocupa essencialmente, ainda que não de modo exclusivo, da expressão espacial das relações e fenômenos derivados das viagens de lazer de curta duração. Estuda a distribuição espacial da oferta e da demanda, a posteriori ocupa-se dos centros de férias em particular e dos movimentos e fluxos turísticos, finalizando com o estudo dos impactos turísticos e modelos de desenvolvimento". (1990, 24)

Toda pesquisa precisa, necessariamente, determinar seu núcleo, isto é, um sentido e uma direção. Surge, portanto, como exigência, a definição dos objetivos. Em nosso caso fixamos um objetivo central para o estudo, desdobrando-o em objetivos mais específicos.

O objetivo principal consistiu em fornecer subsídios teóricos e práticos com vistas à compatibilização entre uso turístico e conservação da natureza na Serra do Mar no Paraná. A partir desse objetivo fixamos outros três. O primeiro visava uma reconstituição histórica das interações sócio-espaciais na Serra do Mar dentro de uma perspectiva crítica. Ou seja, tentamos captar o processo de apropriação do espaço serrano levando em conta uma contextualização dos fatos históricos que marcaram a ocupação do território paranaense. Na verdade, foi uma tentativa de resgatar um pouco da história cultural da paisagem serrana.

Para o segundo objetivo, tínhamos em vista o reconhecimento de que a apropriação individual e coletiva do espaço serrano está sustentada tanto sobre uma base material, quanto simbólica. Tratava-se de examinar a relação que se estabelece entre os atores sociais e o espaço serrano, enquanto relação mediada não só por interesses objetivos, mas também por interesses subjetivos. O exame dessa relação carregada de objetividade e subjetividade, deveria fornecer parâmetros fundamentais para um desenvolvimento turístico socialmente mais justo e ecológicamente respeitoso.

Finalmente o terceiro objetivo, mais específico, estava voltado para as ações do poder público na gestão, exploração e preservação da Serra do Mar paranaense, assim como para a avaliação das atitudes e intenções dos agentes econômicos privados naquilo que concerne à exploração turística da região.

Esses objetivos constituíram o fio condutor do estudo, e sobre eles baseou-se nosso propósito maior, que era o de dar indicações de que na Serra do Mar é factível um desenvolvimento que incorpore novas possibilidades para o turismo, que ofereça condições às pessoas envolvidas no processo de tirarem o melhor proveito da atividade e que, ao mesmo tempo, não prejudique outros seres humanos e o meio ambiente.

Do ponto de vista do método, o que acabamos de expor e apresentar como problema é tratado aqui, recusando-se a síntese redutora que o pensamento objetivo opera na realidade, seja através da exclusão dos processos de subjetivação, seja por meio da separação entre real e idéia. O ponto de partida de nossa postura com relação ao método é o de que o homem é um sistema aberto com possibilidades inesgotáveis, e o conhecimento do mundo exige uma epistemologia da complexidade que privilegie tanto a objetividade quanto a subjetividade na compreensão/explicação da relação entre sujeito e objeto.

A busca inquiridora das contradições, integrações, e antagonismos que se configuram no interior do espaço

serrano tem como instrumento de compreensão e análise um pensamento articulado ao real, um pensamento que tem como "piece de résistance" a relação do sujeito com o objeto em toda a sua complexidade (2). Complexidade esta que não se deixa aprisionar em esquemas teóricos simplificantes e redutores. Por isso mesmo, nosso esforço teórico visou o tratamento do problema numa perspectiva epistemológica que rejeita tais esquemas. Nesse sentido, aliás, a crítica de Morin sobre a questão do método nos serviu como uma referência constante no desenrolar do estudo:

"Entenda-me: eu não busco aqui nem o conhecimento geral nem a teoria unitária. É preciso, ao contrário e por princípio, recusar uma teoria geral: aquela que escamoteia sempre as dificuldades do conhecimento, quer dizer, a resistência que o real opõe à idéia: ela é sempre abstrata, pobre, <<ideológica>>, ela é sempre simplificante. De modo igual, a teoria unitária, para evitar a disjunção entre os saberes separados, obedece a uma simplificação redutora, abrangendo todo o universo numa única fórmula lógica. (1977, 15)

(2) Não há aqui qualquer intenção de suscitar a discussão do tipo doutrina-contra-doutrina no que concerne à questão do método na Geografia. Sob este aspecto, apoiamos nosso ponto de vista na postura de Monteiro ao dizer: "Afasto qualquer pretensão a rediscutir o eterno problema das dicotomias, assim como apontar avaliações, evitando incidir naquela pretensão de olhar a Geografia como um campo original de coisas especiais. Prefiro aqui tomar a Geografia minimizando o seu contexto disciplinar (conflitos intradisciplinares) para, alargando o horizonte de relações (interdisciplinares), projetá-la no corpo geral da Ciência, inserindo-a na trama geral da Cultura". (1990, 133)

CAPÍTULO I

TURISMO E NATUREZA

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE NATUREZA

"SE EXISTE UMA POLUIÇÃO MATERIAL, TÉCNICA E INDUSTRIAL, QUE EXPÕE O TEMPO CONCERNENTE À CHUVA E AO VENTO A RISCOS CONCEBÍVEIS, EXISTE UMA SEGUNDA, INVISÍVEL, QUE PÕE EM PERIGO O TEMPO QUE PASSA E ESCORRE, POLUIÇÃO CULTURAL QUE OS PENSAMENTOS PASSADOS NOS FAZEM SUPORTAR, ESTES GUARDIÕES DA TERRA, DOS HOMENS E DAS COISAS EM SI. SEM LUTAR CONTRA A SEGUNDA, FRACASSAREMOS NO COMBATE CONTRA A PRIMEIRA. QUEM DUVIDA HOJE DA NATUREZA CULTURAL DAQUILO QUE SE DENOMINA INFRA-ESTRUTURA?"(SERRES: 1990)

Atualmente, muitos estudiosos dedicam-se à análise da problemática ecológica, privilegiando uma discussão sobre o conceito de natureza. Que é natureza para o homem, hoje? Para alguns pensadores, a verdadeira resposta à crise ecológica que atinge a sociedade contemporânea só poderá ser encontrada a partir de um profundo questionamento da concepção humana de natureza.

Gonçalves, no seu ensaio acerca do conceito de natureza, considera:

"É fundamental que reflitamos e analisemos como foi e como é concebida a natureza em nossa sociedade, o que tem servido como um dos suportes para o modo como produzimos e vivemos, que tantos problemas nos tem causado e contra o qual constituímos o movimento ecológico." (1990, 24)

Mas por que a concepção de natureza é aqui evocada? Afinal no que ela diz respeito ao turismo? O turismo como um fenômeno social instalado no seio da crise ecológica não pode ser tratado à margem do debate sobre a relação homem/natureza no seu sentido subjetivo. Muito pelo contrário, para compreender e explicar o próprio aparecimento desse fenômeno no interior da sociedade moderna, deve-se remeter-se aos domínios da subjetividade e às formas de pensamento que ela engendra. Tal procedimento

torna-se mister quando constata-se que o turismo aparece cada vez mais como uma via usada pelo homem urbano para tentar o retorno à natureza.

Diante de um tema tão vasto e com tanto material bibliográfico disponível, seria impossível, e até mesmo extremamente pretensioso, querer abarcá-lo na sua totalidade. Por isso, não se trata aqui de sair à caça de um conceito unívoco do que vem a ser natureza para o homem nos dias atuais, mas apenas de cercar mais de perto algumas referências concernentes a um tema que também é de interesse neste trabalho. Pois somente a partir do entendimento da multiplicidade de noções encerradas no conceito de natureza pode-se tentar explicar a relação mantida com o turismo.

Com esta perspectiva, tece-se a seguir algumas considerações breves, apoiando-se em reflexões de autores aos quais se teve acesso. De início, é importante sublinhar a existência de um processo permanente e histórico de constituição do conceito de natureza. Ele é impensável fora da história e da cultura de nossa sociedade. Gonçalves mostra bem isto ao colocar:

"Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, sua cultura." (1990, 23)

Isto posto, pode-se afirmar que a noção de natureza assimilada pelo pensamento ocidental em particular não resulta somente do presente momento histórico da sociedade,

mas de uma articulação entre passado e presente. Disto decorre que, para se entender a visão de mundo natural que o homem possui hoje, faz-se necessário rememorar os pressupostos que lhe dão fundamento.

O desenvolvimento da chamada civilização ocidental trouxe em seu bojo a formação de uma noção de natureza que vai apresentar como uma de suas características principais a separação da noção de cultura. Ou seja, para o homem cujas bases do pensamento estão no ocidente, há uma disjunção entre esses dois conceitos.

Segundo alguns pensadores, a gênese dessa cisão estaria localizada em duas vertentes principais. De um lado, no legado judaico-cristão, cuja influência no pensamento ocidental é considerada marcante. De outro, nos pressupostos formulados pelos filósofos e pelos pensadores racionalistas da Idade Moderna, com ênfase para a filosofia cartesiana por sua formulação máxima que coloca o homem como sujeito e a natureza, como objeto. Na perspectiva cartesiana, então, o homem passava a ser o dominador da natureza. A esse respeito Morin assinala:

"Desde Descartes que pensamos contra a natureza, certos de nossa missão é dominá-la, subjugá-la e conquistá-la. O cristianismo é a religião de um homem cuja morte sobrenatural escapa ao destino comum das criaturas vivas; o humanismo é a filosofia de um homem cuja vida sobrenatural escapa a esse destino; homem que é sujeito num mundo de objetos e soberano num mundo de sujeitos." (1973, 15)

Com efeito, ao lançar-se um olhar sobre a história do ocidente em especial, vamos perceber que a idéia de natureza foi convertida ao longo dos séculos em dominação. Pela vontade de conquistar, pela ambição de conhecimento e,

principalmente, de desenvolvimento material, o homem tornou-se senhor e possuidor da natureza.

A fim de entender a essência disso tudo, assim como as consequências, é preciso proceder a uma recapitulação. A idéia de natureza que se apresenta hoje resulta de uma composição de idéias situadas no tempo e no espaço. Assim sendo, procura-se sintetizar brevemente algumas idéias-força do processo histórico vivido pela civilização ocidental e como isso afetou a relação cultura/natureza.

Uma concepção que recua longe no pensamento do ocidente é aquela que vê a natureza como algo hostil, um inimigo a ser combatido. Aqui a natureza mostra-se perigosa e o homem defronta-se com ela numa luta contraditória, visto que é um mundo ao qual ele se sente intrinsecamente ligado. O solo, os animais, as plantas são o mundo do homem. Porém a luta pela sobrevivência impele-o ao conflito com este mundo. Pode-se atribuir a essa fase do desenvolvimento da sociedade o começo das tensões entre o homem e a natureza. Pelo menos no sentido da representação do espaço natural.

As lendas gregas, por exemplo, mostram um pouco dessa mentalidade. Serres, ao tratar dos paradoxos na relação homem/natureza, escreve:

"Aquiles, rei da guerra, luta contra um rio em cheia. Estranha a insensata batalha! Por este rio, não sabemos se Homero, no canto XXI de Ilíada, entende o fluxo crescente dos inimigos em fúria que atacam o herói." (1990, 14)

É com efeito a partir do temor das forças naturais, manifestadas através dos vulcões, maremotos, tempestades e terremotos, que se forma a noção de fúria do mundo natural.

Do mesmo modo que a idéia de perigo mortal é associada à existência de animais tais como serpentes, aranhas, escorpiões, etc. Por sua vez, o frio, o calor e as chuvas são vistos como a causa do desconforto ambiental.

É por causa da percepção das calamidades naturais, cujo controle foge totalmente ao alcance do homem, que se recorre ao mundo dos "deuses" em busca de explicações. A observação de Bettanini é pertinente:

"Diante de um terremoto, por exemplo, na tentativa de interpretá-lo, recorre-se no Marrocos à recuperação das cosmologias e da religiosidade: o terremoto é a punição para a imoralidade alastradora." (1982, 71)

O que se nos apresenta aqui é um esquema de representação do espaço natural que vê o homem fortemente condicionado ao mítico, ao sagrado. É a mitologia integrando a sociedade no mundo através do sentido espiritual. Na verdade, esse modo de pensamento nada mais é que um conjunto de conhecimentos, um campo sistemático de idéias baseadas na força natural. Sobre isto é interessante a consideração feita por Molles:

"Ora, para toda a força de natureza não dominada totalmente: os vulcões, as marés, as chuvas e os ciclones, há em algum lugar um "Deus" e é preciso lhe dar um nome e um templo, é preciso adorá-lo." (1978, 23)

Logo, para este sistema de pensamento com características míticas, os ritos constituem técnicas de harmonização entre o homem e o mundo no qual ele vive. A consciência mítica aparece muito presente no corpo social, e a natureza possui, nessa perspectiva, sua face sagrada. Bettanini, ao abordar a definição de espaço mítico e espaço sagrado assinala:

"O espaço sagrado implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que anula a homogeneidade do espaço e revela um " ponto fixo". O homem elaborou técnicas de sacralização do espaço, eficientes na medida em que reproduziam a obra dos deuses. Uma característica das sociedades tradicionais é, de fato, representada pela oposição entre o território habitado - O Cosmo - e o espaço desconhecido, estranho - O Caos. Este último, por ocasião da ocupação, necessita ser transformado em Cosmo através de uma repetição da cosmogonia." (1982, 86)

Dentro desse sistema de pensamento, as adversidades da natureza determinantes no cotidiano humano vão se mesclar com o complexo da visão mítica do mundo. A vida, com os perigos e dificuldades que cada um encontra para se sustentar num mundo hostil, enlaça-se a arquétipos de significação religiosa.

Este sistema de interpretação do mundo progressivamente vai ser recuperado pela ciência, considerando especialmente aquilo que os " deuses" lhe deixaram. Nesse sentido, a origem da ciência aparece como uma irmã da origem das sociedades humanas, cuja meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. O combate não é mais aquele do homem versus natureza, mas o da ciência contra os "deuses". Nas palavras de Morin:

"As mitologias e ideologias se diversificam consoantes as classes; surgem mitos de oposição e da revolução, anunciando a cidade do sol. Um dia, em algumas cidades na periferia de um grande império, o pensamento filosófico sai da canga religiosa, o ceticismo começa a minar todas as funções, a ciência faz-se autônoma." (1973, 183)

Esta desmistificação da natureza é bem a tentativa de transformá-la em algo dominado. Tal ponto de vista humano mostra uma persistência ao longo da história. A esperança de que a ciência pudesse substituir a religião como um caminho para os seres humanos lidarem com o mundo é até hoje alimentada por muitas pessoas consideradas "especialistas".

Por outro lado, a concepção que coloca a natureza como sinônimo de hostilidade também possui sua dinâmica espaço-temporal. Molles atenta bem para este aspecto quando diz:

"Que a conquista da natureza seria a conquista de um inimigo, pois afinal não há nenhuma razão para se ter os olhos voltados para ela. Assim, os inimigos são destruídos, queima-se a floresta, derrubam-se as árvores, atira-se nos animais "selvagens" com arco e flecha e, mais tarde, com o fuzil." (1978, 24)

Essa atitude a de que nada é mais importante do que o homem domar as águas, a fauna, a flora e outros elementos continua como uma das idéias predominantes naquilo que concerne à natureza, apesar do surgimento de noções opostas. Esta questão não poderia ser mais bem sintetizada do que citando-se MacKibben ao analisar os novos meios de domínio sobre o mundo natural:

"O mais importante desses novos instrumentos é a engenharia genética ou biotecnologia, um desenvolvimento assombroso que vamos analisar. Mas precisamos compreender primeiro que esses novos instrumentos são projetados - como os antigos instrumentos, os poços de petróleo e as motosserras, também são - a serviço de uma ideologia, uma filosofia. Essa ideologia argumenta que o homem está no centro da criação e, portanto, tem o direito de fazer o que lhe aprouver. É uma noção profundamente enraizada - todos nós e manifestamos diariamente." (1990, 48)

Tudo isso reflete a dimensão que tem a chamada "revolução ecológica" apregoada hoje por muitos. Implica, sem dúvida, uma drástica revisão de valores sociais há muito arraigados em nossas estruturas mentais.

Outra forma de conceber a natureza é aquela que pode ser denominada "visão romântica". Ela possui suas raízes no início da Idade Moderna. Os princípios básicos que a orientam são o romantismo, a busca da utopia, o idealismo da vida selvagem como valor desejável. Nesta concepção, muito ligada ao que se chamou mais tarde de "época romântica", a natureza não representa um "Deus", uma divindade, mas uma

entidade, ou seja, tudo quanto existe como mundo. No interior de suas paisagens reinam a harmonia e a beleza. Os homens deveriam buscar essa harmonia, passando a conviver pacificamente com todos os elementos desse mundo.

A chamada "Filosofia das Luzes" ilustra muito bem esta concepção. Rousseau, filósofo que inaugurou a visão romanesca, passa a ser considerado o "profeta da natureza".

Morin escreve:

"Com Jean-Jaques Rousseau, a natureza humana emergiu com plenitude, virtude, bondade, foi para nos considerarmos imediatamente exilados e para a deplorar como um paraíso irremediavelmente perdido. Em seguida, não foi preciso muito para descobrir que esse paraíso era imaginário." (1973, 183)

Estreitamente relacionado com essa visão está o surgimento da idéia do "bom selvagem". O homem selvagem estaria mais próximo da natureza, isto é, em todo caso mais próximo do que aqueles que vivem nas áreas "civilizadas". Assim, é produto dela e, por isso, cheio de bondade. Afinal, a natureza é vista aqui como fonte de beleza, sensibilidade e espontaneidade. Essa forma romanesca de conceber o mundo natural ainda hoje é encontrada no discurso de muitas pessoas preocupadas com os problemas ecológicos e com o desaparecimento dos povos silvícolas.

Paradoxalmente, essa visão contém em seu germe um forte sentido discriminatório no que se refere às relações entre sociedade/natureza. Pois o paradigma ocidental que é o cerne dessa concepção mostra de modo transparente uma face de superioridade diante daqueles tidos como próximos à

natureza. A idéia de povos culturalmente "atrasados" na visão dos europeus constitui um bom exemplo disso.

Na verdade, o que importa apontar nessa concepção é a continuidade da desarmonia entre os conceitos de natureza e de cultura. Além do mais, malgrado sua influência na formação da mentalidade ocidental, o pensamento romântico não predominou. Desta maneira, não se deu a construção de uma ponte que ligasse definitivamente tais conceitos. Muito pelo contrário, ambos continuaram numa situação excludente, isto é, divorciados no seu entendimento. A noção de natureza como, "algo em si" separado do homem e suas relações sociais, políticas e econômicas, continuou prevalecendo.

Assim, uma vez desviado da natureza, o homem não pôde voltar a ela. Ele seguirá em frente, desenvolvendo sua razão, tentando encontrar uma nova harmonia, que seja humana, em lugar da harmonia com a natureza irrecuperavelmente perdida. É a reafirmação do antropocentrismo na civilização ocidental levada a efeito por intermédio da postura cartesiana. Diz Gonçalves:

"Dois aspectos da filosofia cartesiana aqui expressos vão marcar a modernidade: 1º) o caráter pragmático que o conhecimento adquire. Dessa forma, o conhecimento cartesiano vê a natureza como um recurso, e 2º) o antropocentrismo, isto é, o homem passa a ser visto como o centro do mundo; o sujeito em oposição ao objeto, a natureza. O homem, instrumentalizado pelo método científico, pode penetrar os mistérios da natureza e, assim, tornar-se "senhor e possuidor da natureza." (1990, 33)

Sob esses pressupostos surge, portanto, outra concepção de natureza, a qual passa a ser vista como fonte de riquezas, como recurso para o desenvolvimento material da

sociedade, em suma, um domínio a ser explorado pelo homem. A constatação de Molles vai nessa direção:

"Ora, a natureza contém florestas, minas e carvão, campos e peixes. Ela é feita para ser explorada, e o homem é o concessionário do planeta." (1978, 24)

A concepção cartesiana que vê a natureza como uma reserva ganha contornos fortes e bem delineados com o advento da era da razão. O racionalismo, implantado em germe na renascença, impõe uma análise mais fria da realidade. Ao invés de admirada e cultivada, a natureza deveria ser conhecida, dominada e, no lugar de ser companheira, ela tornar-se-ia escrava. Portanto, o valor fundamental da natureza passa a residir na sua utilidade objetiva para o homem.

Nesse momento, a auto-suficiência humana começa a adquirir mais força tanto através da técnica quanto da ciência. O saber reconhecido como científico decola de uma manifestação dos desejos humanos de dominar a natureza. A crítica de Serres expressa isso de modo claro:

"Domínio e posse, eis a palavra chave lançada por Descartes, na aurora da idade científica e tecnológica, quando nossa razão ocidental parte para a conquista do universo. Nós o dominamos e nos apropriamos: filosofia subjacente e comum tanto ao empreendimento industrial como à ciência dita desinteressada." (1990, 58)

Tais pressupostos, efetivamente acionados com a revolução industrial, provocam outra revolução, que é a consciência do poder. O homem já não se compreende como um ser submetido a algo maior que ele, mas como soberano, capaz de tudo transformar de acordo com seus desejos. É claro que esta consciência de poder não se projeta no vazio. Ela surge simultaneamente com o aparecimento da técnica num processo

de reforço mútuo e paralelo. A natureza como objeto não deve somente ser dominada, mas também possuída, dividida e subdividida. Esse é o ponto de vista que dá origem às ciências exatas.

Essa fase é também caracterizada pela expansão do capitalismo como processo unitário de produção e valorização. Em outros termos, isso significa a colocação de Marx:

"O aumento e desenvolvimento das "forças produtivas" e o alargamento do consumo no âmbito da circulação, engendra as novas formas de relação sociedade/natureza. Disto advém a exploração sistemática da natureza para descobrir novas propriedades úteis nas coisas; a troca universal dos produtos de todos os climas e de todos os países; a nova - artificial - preparação dos objetos naturais, mediante a qual lhe são conferidos novos valores de uso; a exploração completa da terra para descobrir tantos objetos úteis novos." (citado por Guainí: 1979, 127)

Tal concepção, que prevaleceu a partir do século 17 e, sobretudo 19, exalta também o potencial das cidades. Por toda parte onde o capitalismo se expandia, a urbanização se tornava o padrão da organização do espaço geográfico. A idéia-força aqui vê a cidade como o melhor produto da civilização. Com efeito, no contexto histórico-social o fenômeno da urbanização poderia ser escolhido como o exemplo da crença no progresso e, a esperança nas possibilidades do homem vir a ser senhor das coisas criadas, senhor do planeta. Esta acentuação do caráter urbano nos modos de apropriação do espaço tem seu desenvolvimento a partir do século passado. É no interior desta relação dialética entre apropriação material e simbólica, que as imagens da cidade são percebidas como atraentes. Desnecessário dizer que estas

imagens são, mais tarde, as invasoras do mundo camponês e, passam a se situar entre as causas do êxodo rural.

Trata-se de uma valorização do urbano relacionada sobretudo à sociedade que tem seu pensamento fundamentado no paradigma ocidental. Assim, é no corpo das ideologias ocidentais do século 19 que a oposição cidade-campo vai ter expressão. Nos seus traços gerais, essa concepção interpreta a cidade como um lugar de projeção no que concerne às relações sociais. Dessa forma, a promoção e ascensão social estariam na cidade. Além disso, a cidade encarna, em sua fisionomia paisagística, a capacidade constante de se expandir, urbanizar, enfim, de crescer.

Embora alterada pelas vicissitudes da história, essa concepção ainda permanece na mente de muitos indivíduos, senão de quase toda a sociedade. Este modelo de pensamento foi totalmente transportado, de modo deformado é claro, dos países industrializados para aqueles supostamente em vias de industrialização. Mais uma vez aparece aqui o flagrante processo espaço-temporal de evolução social que, por conseguinte, irá contribuir para o distanciamento entre natureza e cultura.

O fato mais impressionante, entretanto, é que toda a tentativa humana de emancipação em relação à natureza acaba resultando numa situação paradoxal. O homem urbano-industrial vê-se face à solução de uma só e mesma questão: como superar a separação da natureza e encontrar sintonia com o mundo social à sua volta? Isto é, com o mundo

artificial criado no interior do espaço urbano. Para muitos, a resposta é impossível de ser achada e, sentindo-se desamparados, vão ver o mundo natural como lugar de abrigo. A consideração feita por Molles vai nessa direção:

"A sociedade urbana, antes exaltada como a ideal, a melhor, passa agora a ditar os modos de vida de maneira totalitária, passa a ser um peso para o indivíduo, um peso do qual ele quer escapar. Assim, a natureza surge como um modo de desviar-se, um refúgio contra a pressão social. Ela é um porto seguro quando o homem é um lobo para o homem." (1978, 25)

Esta concepção não apareceu repentinamente. Trata-se da resultante de um longo e atribulado processo. É o processo pelo qual se deu o desenvolvimento do conceito de natureza na cultura ocidental. Este desenvolvimento, baseado no excesso de confiança nas concepções humanas, produziu o rompimento com a ordem natural, com a harmonia da natureza.

Neste sentido, a relação mente/natureza, onde esta última é vista como um refúgio contra as neuroses que habitam o mundo social-urbano, não originou a ligação do humano com o natural, a conjunção dos conceitos de natureza e de cultura. Ao contrário, tais conceitos continuaram separados, dicotomizados em seu entendimento. A observação de Gonçalves sobre o movimento de pessoas durante o tempo livre é ilustrativa a esse respeito:

"Mais uma vez aparece a dicotomia natureza versus cultura através do par cidade-campo. Na cidade, a civilização, as relações despersonalizadas, mediadas pelo interesse. No campo, a natureza, a comunidade. A migração semanal dos cidadãos - obviamente nem todos - para as praias e serras é a expressão dessa busca do outro tempo, livre, sem hora para acordar, almoçar, lanchar, jantar, dormir." (1988, 20)

Além do mais, nem é preciso salientar que esta visão da natureza enquanto lugar para o qual o homem dirige-se esperando encontrar abrigo, tranquilidade, etc, é bastante

contraditória do ponto de vista da sua dominação. A crítica de Morin quando fala da "noção insular do homem", é um rico exemplo das contradições latentes no pensar contemporâneo:

"O que está a morrer não é a noção de homem, mas sim a noção insular do homem, separado da natureza e de sua própria natureza; o que deve morrer é a auto-idolatria do homem, a maravilhar-se com a imagem pretensiosa de sua própria racionalidade." (1973, 193)

Hoje, a dominação indiscriminada da natureza fundamentada na razão clássica, começa a ser severamente questionada. O paradigma mestre do pensamento ocidental moderno, realizador da disjunção entre natureza e cultura, sujeito e objeto, espírito e matéria, tem reinado desde o século 18, mas seu domínio entra agora num período de crise profunda.

Os tortuosos caminhos trilhados pela civilização ocidental levaram a sociedade contemporânea a desembocar naquilo que os pensadores chamam de "crise dos paradigmas". Estes paradigmas, fundamentados na certeza religiosa e científica, apesar de apresentarem-se vivos, atuantes e incorporados de forma extraordinária, sobretudo no processo de formação das novas mentalidades como é o caso da educação sofreram violentos abalos provocados pelo ciclo histórico atual.

A busca hoje, segundo Morin, é de novos paradigmas que levem em conta:

"os antagonismos e complementariedades, as interações e integrações, a diversidade e a singularidade, enfim, a espontaneidade, autonomia e dependência, enquanto conceitos harmônicos e eco-organizadores". (1977, 68)

Como se vê, tais afirmações enfatizam a necessidade de superar as duas concepções de natureza que predominam na

sociedade ocidental: ou a natureza é o lugar onde todos lutam contra todos, onde impera a " Lei da Selva" ou a natureza é o lugar da bondade e da harmonia. Não é uma coisa nem outra. É preciso partir para o reconhecimento das contradições e complementos que se configuram no mundo da natureza. Somente isso permite entender a sua complexa organização e, ao mesmo tempo, as relações deste mundo com a realidade histórica-social.

A verdade é que a postura de homem dominador da natureza, homem individualista, pesquisador sem limites éticos, devastador, mostra fortes sinais de saturação. Talvez, estejamos presenciando o fim da natureza no sentido dado por Mackibben:

"Quando digo fim da natureza não estou me referindo ao fim do mundo. A chuva ainda vai cair e o sol ainda vai brilhar, embora de maneira diferente. Quando falo em "natureza", refiro-me a um determinado conjunto de idéias humanas sobre o mundo e o lugar que nele ocupamos. Mas a morte dessas idéias começa com mudanças concretas na realidade à nossa volta, mudanças que os cientistas podem medir e enumerar. Com uma frequência cada vez maior, essas mudanças vão conflitar com nossas percepções, até que finalmente nossa noção da natureza como eterna e isolada estará líquida e compreenderemos com absoluta lucidez o que fizemos." (1990, 19)

Portanto, foi a intervenção humana na natureza em níveis antes nunca imaginados que ampliou a profunda crise na relação do homem com o mundo atual. São justamente as manifestações desta crise através da deterioração do ambiente físico e social, bem como da alteração dos processos naturais antes equilibrados, que colocaram em cheque as oposições dualistas tradicionais direcionadoras do pensamento social vigente desde muitos séculos de história da civilização ocidental.

Na realidade, o que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre o planeta Terra. Há uma exigência de se redefinir, de repensar a relação com a natureza e dos homens entre si. A possibilidade de se estabelecer uma solidariedade no mundo, como tentativa de anular os efeitos da negligência dos homens para com a natureza e para consigo mesmos, é defendida por alguns pensadores. Guattari, por exemplo, propugna uma perspectiva ético-política para a problemática ecológica:

"As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações. Apesar de estarem começando a tomar consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural de nossas sociedades, elas geralmente se contentam em abordar o campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática, ao passo que só uma articulação ético-política - a que chamo ecosofia - entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões." (1991, 8)

Com efeito, é preciso encontrar um novo modo de viver em sociedade onde as transformações tecnológicas e científicas não ocorram à custa da degradação social e natural. As crescentes mecanização, automação e informatização tendem a liberar uma quantidade cada vez maior de tempo ocioso. Isso não precisa significar, como tem acontecido, o desespero, a angústia, a neurose e a solidão. Pode, ao contrário, abrir caminho à cultura, à criação, à (re)valorização da natureza no sentido imaterial, em suma, ao enriquecimento dos modos de vida e da sensibilidade.

É necessário repensar as relações entre cultura e natureza. E o turismo deveria ser uma via para isso. Sem dúvida, o turismo poderia se constituir num poderoso elemento

na promoção de um investimento afetivo e pragmático em grupos humanos diversificados, naquilo que concerne ao desenvolvimento de uma ecologia social e ambiental. A reconciliação da cultura com a natureza, o desenvolvimento de uma concepção orgânica homem/natureza, vistos como partes integrantes das forças que movimentam a vida, podem ser buscados através do lazer turístico. Desde que este não se resume quase sempre a uma viagem sem sair do lugar, expressa na conservação de imagens e na repetição de comportamentos.

Aliás, é sobre a apropriação mental do espaço por meio da imagem turística que tentar-se-á indicar a dimensão social do turismo e suas implicações na realidade cotidiana, salientando antecipadamente, que a prática turística está de muitos modos ligada a inconveniências inaceitáveis, sobretudo nos níveis ecológico e social. Infelizmente o turismo, assim como outras práticas da sociedade, foi profundamente marcado pelo pensamento dicotômico e utilitarista herdado dos séculos passados.

IMAGEM TURÍSTICA E APROPRIAÇÃO/CONSUMO DO ESPAÇO

"O ESPAÇO É O REAL E O IMAGINÁRIO"

(SILVA:1989)

Antes de explorar o tema da dimensão imaginária do turismo agindo na apropriação e valorização do espaço, cabe identificar e discorrer sobre certas características deste fenômeno no que concerne à sua incidência no contexto social moderno. O turismo de massa como é denominado, desenvolveu-se em suas características originais a partir da década de 40. Tal desenvolvimento deu-se concomitantemente ao aumento do tempo livre e à expansão do lazer. Por isso, pode-se argumentar que o turismo de massa registra-se em grande parte no lazer moderno.

O lazer moderno não constitui somente o acesso da maioria dos trabalhadores ao tempo livre, que era até o começo do presente século um privilégio das classes dominantes. Na verdade, o lazer é resultado da própria organização do trabalho burocrático e industrial. O tempo de trabalho enquadrado em horários fixos e permanentes, independentes das estações do ano, foi encurtado a partir do impulso do desenvolvimento sindical e de uma economia que juntamente com a oferta de tempo liberado para repouso e recuperação, passou a oferecer aos trabalhadores um tempo de consumo. Isto é, um tempo cuja utilização consiste na ação de consumir objetos criados pela indústria do divertimento.

Assim, o tempo livre terminou por entrar na esfera do mercado que regula todas as relações econômicas e, portanto, sociais. Como diz Rodrigues:

"O tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e se compra. A evolução atual da sociedade industrial mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo, de seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores." (1989, 19)

Cabe lembrar, ainda a propósito do lazer, que vários estudiosos das ciências humanas se debruçaram sobre este fenômeno, tentando interpretar seu significado para predizer seus desdobramentos na moderna sociedade urbano-industrial(1). Não obstante os desacordos quanto à sua definição, o lazer aparece como a atividade que ocupa uma parte do tempo de não-trabalho (2). A noção de trabalho deve ser entendida aqui como uma herança burguesa inserida no processo histórico da formação capitalista.

(1) O tema lazer é tratado pelas ciências sociais dentro de diferentes enfoques teórico-epistemológicos. Há reflexões que seguem uma orientação humanista, há aquelas que se apóiam numa perspectiva crítica e, ainda, as teorizações que não definem uma linha de pensamento, mas várias. Além disso, o lazer é sempre analisado levando em conta os conceitos de tempo livre e ócio. Estes também têm ocupado filósofos, sociólogos, psicólogos e economistas há muito tempo. Enfim, a teorização sobre estes conceitos é tão ampla e diversificada que se torna difícil tratá-los de modo aprofundado neste trabalho.

(2) Sobre o lazer foram propostas inúmeras definições. A de Dumazedier, apesar de não apontar o caráter alienante que às vezes o lazer possui, reúne vários elementos: "o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após liberar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais". (1980, 44)

O turismo, tanto quanto o lazer, desenvolveu-se dentro da mesma lógica capitalista de consumo do tempo livre. Ou seja, em contraste com as viagens aventureiras e românticas dos séculos 17 e 18, o turismo moderno conheceu um extraordinário avanço a partir do desenvolvimento urbano-industrial que a sociedade alcançou no século 20. Instalando-se no seio das classes médias em ascensão, a viagem tornou-se uma forma de "consumo" do espaço através de deslocamentos rápidos. O progresso da indústria e da técnica, operando no domínio dos transportes, aliado a um capitalismo inesgotavelmente engenhoso para criar necessidades ou, em muitos casos, somente para excitá-las por meio da publicidade, assim como para organizar e administrar a viagem, tornaram-na uma prática coletiva.

Por isso a viagem turística constitui-se hoje fenômeno de massa. Ela tomou a forma de máquina e de sistema. O sistema turístico através de uma estrutura que funciona de maneira autônoma oferece muitos modos de viajar, seja no que concerne ao meio de transporte, seja naquilo que se refere à satisfação do viajante. Krippendorf, apesar de utilizar o termo "indústria" para se referir a um ramo englobado pelo comércio, tece uma crítica interessante a esse respeito:

"A sociedade coloca à nossa disposição a indústria do lazer que, de certa forma, faz o papel de amigo e conselheira. Ela se apoderou de nosso tempo livre e nos oferece não apenas satisfações, como também cria, se necessário, as expectativas e desejos correspondentes. Sob a forma de um programa de contrastes em relação ao mundo industrial, o tempo livre e as férias tornaram-se também uma indústria." (1969, 18)

Evidentemente que até agora as referências ao desenvolvimento do turismo moderno são feitas sobretudo para

os países industrializados. Porém, tendo-se em conta as discrepâncias existentes, pode-se aproveitar as considerações para a análise e interpretação do fenômeno turístico nos países subdesenvolvidos. Em realidade, malgrado os percalços embutidos, esses países conheceram um crescimento vertiginoso da sociedade urbana e um processo de industrialização no presente século.

Assim sendo, limitando-se aos países do chamado Terceiro Mundo, pode-se dizer que somente nas últimas décadas foi possível a uma parcela significativa da população ingressar nas práticas turísticas. Como se sabe, as condições históricas que possibilitaram o surgimento do turismo moderno nesses países, como no Brasil, estão permeadas por fortes contradições e desigualdades no campo sócio-econômico. Neste sentido, a ideologia segundo a qual todos viajam não encontra eco na realidade. Muito pelo contrário, as magras taxas de participação das classes média e baixa nos deslocamentos turísticos atestam a inexistência do chamado "turismo social". Por mais que se verifique em certas áreas fortemente urbanizadas a evasão no fim de semana em direção às zonas litorâneas não se pode dizer que o turismo seja uma atividade popular.

No caso do Brasil, a falta de uma política do lazer associada a profundas contradições sociais e econômicas representam as principais dificuldades na utilização do tempo livre, seja para fins turísticos ou para outros fins vinculados à recreação. Todavia, os pontos em comum

manifestados pelo fenômeno turístico em seu desenvolvimento global, isto é, em diversos países, permitem identificar as suas principais características.

Entre os pressupostos motivacionais do comportamento turístico estão as influências psicológicas, sócio-culturais e econômicas. Em planos conjugados, mas sem vínculo necessário, eles são o fundamento da motivação turística que sempre exerce um papel decisivo na viagem. Mas no caso da motivação, em qualquer tentativa de desvendá-la como fator que impulsiona a viagem, só se consegue de fato proceder por aproximações parciais, sondagens em forma de ensaios, adequando-se ao objeto em questão. Krippendorf assim se expressa a respeito:

"Tudo nasce da necessidade. E, no que se refere ao turismo os motivos da viagem, a escolha da destinação, dos parceiros e das ocupações são problemas complexos. A necessidade não é, portanto, arbitrária visto que há sempre muitas razões que incitam o turista a escolher uma determinada região em detrimento de outra, o trem ao invés do avião, a praia ao invés do campo, etc. Porém, nem sempre o turista está consciente destes fatores, mesmo que os experimente de alguma maneira. Somente estudos psicológicos profundos podem revelá-los. Ou seja, se se perguntar ao indivíduo em férias ou a passeio sobre os motivos da sua escolha, sempre se obterá uma resposta incompleta. Além do mais, os fatores não são estáticos, muito pelo contrário, eles são mutáveis, modificam-se com o tempo." (1977, 13)

A partir destas considerações cabe mencionar alguns dos aspectos mais significativos da experiência turística. Tais aspectos, de caráter psicológico e fisiológico, também denominados de necessidades turísticas, podem ser classificados em pelo menos três categorias:

1- Descanso e repouso - o descanso pode ser compreendido como a necessidade de se libertar de uma fadiga física ou de uma tensão intelectual e nervosa. O repouso é um corte temporal que permite ao indivíduo desembaraçar-se dos

aborrecimentos aos quais é submetido durante sua vida cotidiana: agitação, barulho, pressa, etc.

2- Mudança e compensação - aparece aqui a necessidade de compensação em vista do esforço constante e monótono exigido por certas atividades profissionais. A necessidade de sair de si, de viver alguma coisa totalmente diferente.

3- Fuga das restrições sociais - trata-se, aqui, de romper com as amarras das pressões cotidianas, de fazer o que se gosta, de vir a ser seu próprio dono. Para realizar plenamente esta liberação, o afastamento do quadro habitual acaba, muitas vezes, por se tornar necessário.

Encarada assim, a viagem turística exerce uma função muito específica e apropriada na vida de várias pessoas, particularmente na daquelas que habitam os centros urbanos, pois, serve como uma via para se fugir da rotina ao mesmo tempo em que se recupera as forças gastas e se experimenta um pouco mais de autonomia nas atitudes. Além dos fatores psíquicos e econômicos considerados até agora, entram também aqueles relacionados à busca de novos conhecimentos por parte do turista.

Por mais discutíveis que sejam esses fatores determinantes da viagem, eles parecem pertinentes. Pelo menos é isso o que se pode notar na maioria das definições de turismo (3). A definição proposta por Bacal serve para

(3) Assim como no caso do lazer, o turismo tem tantas definições quanto o número de autores que dele têm se ocupado. Sabendo dos riscos que toda simplificação carrega, podemos dizer que os três elementos mais mencionados na

exemplificar a busca de organização e de síntese dos múltiplos elementos e fatores que dão fisionomia ao turismo como prática social. Segundo esta autora, turismo é o:

"Conjunto de relações existentes nos deslocamentos, caracterizados pelo afastamento de morada permanente - com intenção de retorno - tendo como finalidade a satisfação íntima resultante do descanso, diversão e/ou aumento do acervo psicológico e cultural. Nesses deslocamentos se pressupõe, evidentemente, o consumo, sendo este entendido como a utilização dos bens disponíveis para a satisfação das necessidades dos viajantes." (Bacal: 1984, 8)

Todavia, o que importa ressaltar não é somente a carga de valores psicológicos, culturais e econômicos que entram na definição de turismo, e cuja ressonância na interpretação do fenômeno em seus múltiplos aspectos se poderia continuar assinalando como partes vivas e integrantes do mesmo. Importa, isto sim, é mostrar o valor e o significado que se atribui ao espaço e seus elementos como lugar da prática turística.

É claro que na definição indicada anteriormente está implícita a presença do espaço. Aliás, ela dá a idéia de que o espaço é uma espécie de "produto turístico" e, juntamente com a própria atividade turística, aparece como componente desse produto. Assume, por isso, valores e significações que fazem dele algo comercializável, enfim, um bem a ser consumido. Contudo, é preciso dizer que o espaço não se reduz a um simples "produto de consumo". Mais que isso, ele exerce sobre o turista uma inegável atração que está no fundamento de todo movimento turístico. É a

definição de turismo são: o deslocamento para fora da residência habitual, a duração da viagem e a motivação para sua realização, embora muitas definições falem da realização de certas atividades físicas e sociais.

partir da atratividade do espaço que a viagem acaba por constituir-se uma busca.

Assim, o turista atraído pelo espaço e motivado pela necessidade de aventura e de evasão do cotidiano coloca-se numa situação de dualidade, ou melhor, vê-se tragado pelo movimento entre dois pólos que aparentemente não se contrapõem. Esta dupla ação exercida pela viagem é invocada por Michaud ao examinar a relação turismo/meio ambiente:

"A migração nas férias representa, por sua vez, uma fuga e uma busca. A fuga temporária do meio ambiente cotidiano - notadamente o meio urbano - se acompanha, com efeito, da procura de regiões com recursos vendidos por uma propaganda multiforme. Se for assim, então leva-nos a perguntarmo-nos se o desenvolvimento do turismo resulta sobretudo de um efeito de repulsão das regiões urbanas ou de um efeito de atração das regiões recreativas." (1983, 13)

Diante desta indagação, não é de todo incorreto supor que a motivação, a mais importante determinante da viagem turística, esteja sujeita tanto a uma tendência de impulsão - push-factor - quanto de atração - pull-factor. Mas o que realmente interessa observar é o fato da atratividade do espaço ter uma conotação imaginária muito forte. Com efeito, o valor fundamental que o turista atribui ao espaço e aos seus elementos está extremamente relacionado à subjetividade de sua percepção. Isto é, depende muito de uma referência simbólica existente no espaço, de seu caráter imaginário.

De fato, a inscrição espacial do turismo parece resultar em grande parte de uma imagem, de uma representação que se delinea a partir do desejo de evasão do espaço cotidiano, articulado com o poder de atração do espaço de destino. Desse modo, jogando com a desvalorização do cotidiano e fundamentando-se na procura de experiências, autênticas ou

não, por parte dos turistas, o espaço de representação termina entrando na esfera do simbólico. Neste sentido, tudo o que se nos apresenta no espaço dito turístico está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Mas não se esgota nele. Os elementos naturais ou culturais uma montanha, um rio, a mata, um museu, uma igreja, uma cidade nem sempre são símbolos. Porém uns e outros não existem fora de uma rede simbólica.

É o que nos mostra Urbain quando propõe uma análise semiótica do espaço turístico:

"Como contruídos em segredo, estes espaços se edificam, então, sobre semânticas obscuras, sobre códigos tácitos envoltos sutilmente na mentalidade coletiva. O espaço se reveste de visões simbólicas, manipuladas não por um projeto de reconstrução objetiva do mundo, mas por sonhos ou por arquétipos culturais subliminares. O espaço do turista, dentre outros, deriva de tais determinações." (1983, 115)

Esta consideração indica que encontra-se o problema de uma simbologia espacial primeiramente, é claro, na linguagem. Sugere a reflexão sobre o fenômeno turístico, recorrendo-se à formação dos significados culturais atribuídos ao espaço e que informam, portanto, sua percepção. Assim, a percepção do espaço pelo turista estrutura-se com a mediação de um esquema conceitual em que a linguagem aparece em primeiro plano, onde cada porção do espaço percebido pelo turista tem sua imagem exprimindo-se primeiramente numa linguagem.

Já outro aspecto importante a salientar é que encontramos igualmente, num grau diferenciado e de outra maneira, o signo no próprio espaço. Obviamente que o espaço não se reduz ao signo, mas só pode existir dentro dele, é

impossível fora de uma rede de signos e/ou símbolos, e constitui ele próprio uma rede simbólica. Para melhor cingir esta colocação, recorreremos a Miossec:

"O turista, uma vez apreciada a forma, vai unir signos suplementares suscetíveis de melhorar a mensagem estética do meio ambiente que ele apreende. São estes signos que podem aumentar o prazer da percepção da paisagem ou do meio ambiente. São também estes signos que devem tranquilizar o turista em um mundo "exótico". Entre a natureza "selvagem", o jardim e a cidade deve-se instaurar um equilíbrio sutil, uma dialética. A cidade "centro de interação", de ordem social, de poder, mas também de congestão, de esterilidade; a natureza "selvagem", violenta, símbolo de morte, de desordem, mas também obra de Deus e por isso redentora; o jardim, oásis dentro do deserto, símbolo de um mundo cercado, aquático, fértil." (1977, 60)

Tudo isso indica, portanto, que o turismo como um fenômeno socialmente instituído na forma de sistema passa a ligar a simbologia espacial a significados e representações no sentido mais amplo do termo fazendo-os valer como tais. Isto é, torna essa ligação mais ou menos determinante para a sociedade ou grupo considerado. Em outras palavras, isto significa que o turismo introduz novos códigos culturais e propõe novos sistemas de símbolos, baseados naturalmente naquilo que se produz na sociedade urbano-industrial. Daí que um dos modos de o simbólico apresentar-se com maior eficácia é a sua colocação em imagens.

Estas imagens turísticas do espaço constituem, por assim dizer, universos simbólicos ou estruturas de referência sobre as quais fundamenta-se a chamada "cultura turística". Esta cultura, administrada pela ordem institucional ou seja, pela ideologia dominante produz os arquétipos espaciais. Tais arquétipos podem ser entendidos como a presença de uma estrutura relativamente estável a partir da qual o indivíduo percebe o espaço. Em suma, poder-se-ia

dizer que a dimensão subjetiva da espacialidade é permeada por uma espécie de "arquétipo coletivo" que reduz as imagens a verdadeiros clichês.

A presença de arquétipos espaciais é assinalada por Miossec ao tratar da imagem que os turistas do Norte possuem dos países do Sul:

"O espaço turístico da África, América do Sul, Ásia e Oceania é percebido como um todo, como uma forma (Gestalt). O número de clichês que ele revela é limitado: os coqueiros, os bons selvagens do Éden primitivo, uma natureza hostil, uma vida fácil...Os erros de apreciação e as confusões são numerosas: desde Júlio Verne, Rudyard Kipling e os filmes de Tarzan, o público faz uma imagem distorcida da selva." (1977, 63)

Por um lado, depreende-se desta consideração que a imagem turística formada nos países cuja cultura está ligada à civilização ocidental é profundamente marcada pelas ideologias que danificaram as relações homem/natureza desde há muito tempo. Por outro, consegue-se através dela fazer uma segunda leitura do imaginário turístico. Esta leitura consiste em ver que a carga de valor dada ao espaço turístico parece afastar-se cada vez mais de sua própria imagem.

Explicitando melhor, na medida em que se vê expropriado de seu espaço cotidiano, o "homem férias", para emprestar uma expressão de Krippendorf (1989), confere às imagens turísticas o sentido de uma dimensão e de uma relação perdidas: o equilíbrio com o meio ambiente, a busca do Paraíso perdido, do "Éden primitivo". Todavia, o turista também é expropriado da produção destas imagens. Na realidade, a imagem do espaço turístico é cada vez menos formada pelo turista. Cada viajante possui apenas uma visão

parcial e fragmentada de um espaço turístico qualquer. Por isso, é levado muitas vezes a perceber o espaço tal como lhe é imposto, substituindo assim a imagem que faz sobre aquilo que o atrai por uma imagem transmitida pela mass-média. Neste momento entram em cena a publicidade e a informação, visando orientar a busca de compensação projetada sobre o espaço turístico.

Ao lado da publicidade especializada em temas turísticos existe outro poderoso elemento que influencia na formação da imagem turística. São os meios de comunicação como a televisão, os jornais, o rádio, etc. A televisão, por exemplo, ao enviar continuamente imagens de ambientes aos quais não pertencemos e dos quais só desfrutamos visualmente através de uma transmissão eletrônica, incita a busca e o desfrute de maneira direta desses e de outros ambientes. É o que se pode observar através do atual movimento em direção às regiões da Amazônia e do Pantanal, que ganharam notoriedade na mídia nesses últimos tempos.

Não é preciso mais, no entanto, para se verificar como a fertilidade da imagem turística, enquanto algo formado por uma complexa rede de símbolos e signos de ordem cultural, pôde encontrar no desenvolvimento da mídia uma forma de exposição privilegiada para o aumento de seu poder de persuasão. A publicidade e a comunicação de massa tornaram-se grandes fornecedores dos mitos que estimulam o lazer turístico.

Ao tratar da fertilidade da imagem turística, Urbain volta sua atenção justamente para a questão da manipulação dos símbolos no plano da linguagem, por parte da publicidade:

"De nossa parte, é através da publicidade turística com a qual contamos e pretendemos entrar no espaço do turista, admitindo que a retórica publicitária, frequentemente apoiada em pesquisas efetuadas junto à demanda potencial, constitui uma espécie de "pré-discurso" sobre o universo do turista. Esta publicidade, ancorada nos interesses econômicos que a suscitam e fazendo eco a uma necessidade muda "velha como o mundo", é uma linguagem que instiga o desvender do imaginário da viagem turística." (1983, 116)

Nestas condições não é falso dizer que há uma ideologia difusora do ambiente turístico. Por meio de cartazes, fotos, catálogos, guias, mensagens radiofônicas ou televisionadas, essa ideologia se difunde cada vez mais, ampliando um tipo de informação que é, às vezes, o único ao alcance de muita gente. Acrescente-se ainda o fato de esta ideologia ter um discurso cujo papel é despertar a fantasia lúdica e fazer a apologia de um espaço simbólico - de efeito turístico -, procurando assim substituir a relação concreta com os territórios da vida cotidiana. Aqui é que parece residir o lado perverso e enganador dessa ideologia do meio turístico.

A oposição contínua entre espaço simbólico - turístico - e espaço de vida - cotidiano - matraqueada num discurso subterrâneo pouco contribui para o estabelecimento de uma relação direta entre o espaço da percepção sensível e espaço da racionalidade. Ao contrário, tal oposição acentua o caráter alienante e tautológico da viagem. A crítica de Boorstin vai nessa direção:

"Nós não nos deslocamos mais para ver, mas para tirar fotos. Como totalidade de nossa experiência, a viagem tornou-se um tipo de tautologia....Quando saímos em busca de satisfação ou de aventura, nos colocamos diante de um espelho em vez de colocarmo-nos diante da janela, e não percebemos mais nada além de nosso reflexo". (citado por Burgelin: 1967, 69)

Na realidade, o tipo de relação turista/espço que se instala é aquela mediada pelo "ver" superficial, pelo consumo passivo das visões oferecidas pelo espaço, sem um aprofundamento. Por conseguinte, o diálogo entre possibilidades territoriais e práticas sociais torna-se estéril.

E é neste ponto que começam os problemas. O turista, ao fazer projeção de seus atos e pensamentos dentro de um espaço que ele não conhece senão simbolicamente e sob a forma de pontos de referência para ele, tal como a rodovia, o hotel, o camping, etc, mantém uma relação superficial. Aliás, o próprio espaço acaba sendo para o turista um "espaço alienado" (Frémont, 1980). Isto é, um espaço onde os acontecimentos se projetam sobre um tempo e uma realidade que lhe são objetivamente indiferentes e psicologicamente confusos.

Em decorrência disso, o turista está sujeito a uma situação de gravidade artificial em suas viagens, quer dizer, sujeito a apreender o espaço de uma maneira pobre e caricatural. Podendo se encontrar muitas vezes desterritorializado para emprestar uma expressão de Guattari (1990) em relação ao espaço percebido, o que leva quase sempre a um comportamento irresponsável naquilo que

concerne às transformações ocorridas no espaço, transformações estas procedentes do turismo.

Quando dominante, essa tendência leva com certeza ao distanciamento entre espaço e sujeito. Representa a despersonalização do meio ambiente, acompanhada do irreconhecimento dos possíveis distúrbios provocados no espaço turístico. Daí a conseqüente depredação do espaço natural e social operada pelo turismo que, nesta direção, seria cada vez menos o portador de novos valores no sentido de preservar e conservar tal espaço.

Cabe reforçar que o atual modelo de valorização e apropriação do espaço turistificado ou em vias de turistificação foi estabelecido em grande parte com base nos pressupostos esboçados resumidamente aqui. Ou seja, baseado em imagens acachapantes e numa ideologia hedonista. O resultado mais visível é que o turismo constitui hoje, na maioria das vezes, uma atividade predatória e degradante tanto no que diz respeito às culturas quanto ao meio natural das áreas onde se inscreve.

IMPACTOS DO TURISMO NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

"VIVENDO NO INTERIOR DE UM SISTEMA, MERGULHADOS NO TEMPO ARTIFICIAL, COMPRIMIDOS DENTRO DAS CIDADES, NOSSOS CONTEMPORÂNEOS NÃO SE SERVEM NEM DE PÁ NEM DE REMO, PIOR, JAMAIS OS VIRAM. INDIFERENTES AO CLIMA, SALVO DURANTE AS FÉRIAS, ONDE ELES ENCONTRAM DE FORMA ARCADIANA E INFANTILIZADA O MUNDO, ELES POLUEM, INGÊNUOS, AQUILO QUE NÃO CONHECEM, QUEM RARAMENTE OS FERE E JAMAIS OS CONCERNE. ESPÉCIES INUNDAS, PRIMATAS E AUTOMOBILISTAS, RÁPIDOS, DEIXAM CAIR SEUS DETRITOS PORQUE ELES NÃO HABITAM O ESPAÇO POR ONDE PASSAM E CONSENTEM, PORTANTO, COM A SUJEIRA."(SERRES: 1990)

De forma esperada, os recentes desenvolvimentos das atividades ligadas ao turismo - em particular nestes quinze ou vinte últimos anos - acirraram os debates sobre os impactos do fenômeno. As abordagens têm sido feitas dentro de uma perspectiva mais crítica, reconhecendo-se suas ambivalências.

A verdade é que o modelo pragmático-utilitarista, sob o qual se desenvolveu o turismo em nossa sociedade, já apresenta fortes sinais de esgotamento, ao mesmo tempo em que suas consequências têm complicado as relações do turismo com o meio ambiente. Mais grave ainda, em alguns casos, as modificações provocadas no espaço têm engendrado fenômenos de desequilíbrios ecológicos, econômicos e sociais que, se não forem remediados no limite, ameaçam a sobrevivência do próprio turismo. Essa preocupação Krippendorf (1977) estampa logo no subtítulo de sua obra "Os Devoradores de Paisagens: O Turismo deve destruir os lugares que o fazem viver?"

É importante lembrar aqui que, no caso do Brasil, são muitos os exemplos em que a exploração do turismo, dentro de

uma visão imediatista, mostrou-se nefasta, comprometendo às vezes para sempre o meio ambiente e a própria atividade turística. A crítica de Rodrigues sobre a situação do litoral paulista é pertinente a esse respeito:

"Os problemas de agressão ao meio ambiente são muito graves em todas as zonas do litoral do Estado de São Paulo. Eles resultam de uma ocupação predatória, não planejada, subordinada às regras de iniciativa privada, a qual visa obter o máximo lucro. Numerosos loteamentos foram implantados sem nenhum cuidado de preservação, causando danos irreparáveis à paisagem". (1988, 416)

Essa problematização do turismo, já muito discutida nos países onde a atividade ganhou uma dimensão macro-espacial, divide as correntes de análise do fenômeno. O fato é que todas as ambivalências acabaram por criar uma tensão ambígua na relação turismo/meio ambiente, pois, o turismo pode ser gerador de riquezas, valorizador de espaços, promotor de novas relações entre povos e culturas e, ao mesmo tempo, predador cultural, degradador ecológico e explorador econômico. É a dinâmica do fenômeno, conjugada à diversidade de formas em que se manifesta, visto que um dos traços mais característicos do turismo é suas várias faces, o que lhe dá complexidade e explica a dificuldade de se ter dele um reconhecimento positivo ou negativo como atividade sócio-econômica.

É preciso cuidado no momento de privilegiar uma ou outra situação, pois uma avaliação prematura dos efeitos talvez não faça justiça ao turismo. Infelizmente, no caso do Brasil, em raras oportunidades tem sido possível ver reconhecidos os antagonismos da atividade turística. Tem-se assistido, em geral, mais ao surgimento exacerbado de um

pensamento maniqueísta do que aquele fundamentado na reflexão e na ponderação.

Assim, ou defende-se o desenvolvimento do turismo como panacéia, dando-se pouca atenção aos distúrbios causados por ele, ou argumenta-se que o turismo é inviável econômica, ecológica e socialmente. O turismo não pode ser visto nem como o remédio para todos os males que afligem uma região, nem como um monstro causador do caos e da destruição. Ele é, isto sim, mais um fenômeno instalado no seio da problemática social e ecológica que perpassa nossa sociedade.

Antes de começar a discutir as vantagens e desvantagens do turismo, é preciso marcar o significado de meio ambiente adotado aqui:

"Meio ambiente não inclui apenas terra, água, ar, flora e fauna, mas engloba, também, o povo, suas criações e as condições sociais, econômicas e culturais que afetam suas vidas." (Mathieson e Wall: 1988, 93)

Verifica-se nessa aproximação conceitual a exclusão de um esquema simplificador e reducionista na hora de tratar a problemática ambiental (1). Assim, sua utilização permite explorar a complexa relação turismo/meio ambiente em todas as suas faces, ou seja, natural e sócio-econômica.

Do ponto de vista econômico, a atividade turística muitas vezes é considerada como importante para a geração de

(1) A expressão meio ambiente é motivo de controvérsias entre os estudiosos da questão ecológica. Para muitos, dever-se-ia usar apenas "ambiente" para se referir ao espaço que contém o natural e o social interligados. Além disso, muitos autores discordam do uso da expressão somente para espaços naturais.

empregos e elevação do nível de renda de uma comunidade que habita uma determinada região. Para isto concorrem tanto as atividades prestadoras de serviços e oferecedoras de bens para os turistas quanto as potencialidades dos atrativos. No entanto, o fator que impulsiona o processo de desenvolvimento turístico é a demanda. Como se sabe, o consumo dos serviços e/ou atrativos está na dependência direta dos movimentos realizados pela demanda.

A capacidade do turismo de trazer melhorias no plano econômico é assinalada por Ablas :

"Uma vez descoberta, implantada ou desenvolvida a atração turística, funcionando como atividade motor irá projetar sobre a região uma série de efeitos que terão por base a complementariedade com atividades locais, constituindo-se essas últimas no meio de difusão - o segundo aspecto relevante. Esse meio será formado, basicamente, pelas relações de compra e venda entre os agentes presentes na região e no retorno da distribuição de renda sobre as estruturas de consumo." (1991, 50)

Além disso, os efeitos positivos em termos econômicos podem funcionar como estímulo e suporte para a criação e expansão das infra-estruturas geral e específica. Enfim, para um observador unilateral, a esses ganhos se somam muitos outros, numa dimensão ampla, capaz de conduzir uma região para o crescimento econômico e para uma melhor condição social.

Em contrapartida, a atividade turística pode produzir efeitos desestruturadores na economia regional ou local, repercutindo também sobre as estruturas sociais das comunidades. Um exemplo são as implicações concernentes ao processo de distribuição dos benefícios do turismo, como argumenta Rizzieri:

"Normalmente, a população de viajantes é dotada de um nível de renda mais elevado que a população dos residentes nos respectivos pontos turísticos. Isso significa que, ao crescer a demanda local pelo turismo, existe uma valorização de todo o conjunto de lazer, inclusive da infra-estrutura turística. Beneficiam-se os que exploram as atividades diretamente voltadas ao turismo, os proprietários de imóveis e as prefeituras locais pela valorização constante do IPTU ou ISS. Perdem os moradores cujas atividades estão muito distantes daqueles ligadas à exploração do turismo local." (1991, 64)

Não obstante os efeitos multiplicadores inseridos no desenvolvimento do turismo revelarem uma grande capacidade de gerar renda, faz-se mister recordar que nem tudo é internalizado. Observa-se que uma parcela significativa do atendimento da demanda é feita, em muitos casos, com produtos e serviços externos ao local turístico em questão. Neste caso, apenas uma minoria se beneficia do turismo, isto é, os intermediários.

Um outro problema que pode surgir está relacionado aos perigos da dominação econômica do turismo sobre uma certa região. Neste caso, não faltam exemplos de lugares onde o crescimento turístico suplantou outras atividades econômicas e, trouxe como consequência, uma forte dependência das atividades ligadas ao turismo. Se por qualquer razão o mercado emissor de turistas entrar em crise, diminuindo assim o fluxo de pessoas, tais lugares, dominados por uma monocultura turística, certamente irão enfrentar sérios problemas econômicos.

Outro desdobramento negativo da dinâmica econômica que acompanha o turismo, ainda relacionada ao comércio, é que a fixação dos preços nos núcleos turísticos pode contribuir para o processo inflacionário. Esta situação dificulta às populações locais o consumo de alguns produtos essenciais.

Por fim, cabe ressaltar alguns aspectos sobre as finanças e investimentos necessários ao desenvolvimento do turismo. Em muitas ocasiões, os investimentos na infraestrutura e o financiamento de obras são feitos pelo poder público. Este, se não dispuser de recursos suficientes para cobrir os custos, pode comprometer os recursos destinados a outros fins. Segue nessa direção a crítica de Krippendorf:

"O círculo vicioso do crescimento quantitativo ilimitado é uma das características mais dramáticas do turismo. Quando as estações não param de crescer, elas engolem cada vez mais os investimentos em equipamentos coletivos que excedem sobretudo as condições dos poderes públicos. Os atrasos se multiplicam até alcançar a realização de infra-estruturas de base, o que provoca novos pontos de estrangulamento. Em numerosas regiões, os poderes públicos se endividam no mesmo ritmo em que a economia privada se enriquece." (1979, 79)

Dentro da problemática econômica ainda, vale registrar os abalos sobre a agricultura. É medida que o fluxo de turistas vai aumentando proporcionalmente ao número de pessoas com condições necessárias à realização do lazer turístico, a incidência da atividade no espaço apresenta-se cada vez mais ampla e dispersa.

Disto resulta que o espaço ocupado com atividades de cunho rural (agrícola ou não) passa a ser disputado pelas novas atividades ligadas ao turismo. Assim, sua valorização econômica ganha contornos de capitalismo selvagem, como é o caso da especulação turística que entra em cena para favorecer a organização no espaço em questão. A ampliação da rede turística, se acontece num contexto marcado pelo parcelamento da estrutura fundiária, pode concorrer para o agravamento da situação dos pequenos proprietários e, uma consequência importante é o êxodo rural.

Tudo isso mostra a importância de se levar em conta a relação custo/benefício dentro do crescimento do turismo. Em geral, as contradições mais profundas do processo de desenvolvimento turístico não são consideradas nas pesquisas. O que se faz é dar ênfase aos aspectos positivos do impacto econômico, contribuindo assim para o otimismo embriagador dos setores interessados, isto é, poder público e setor privado. É claro que os efeitos benéficos se sucedem a partir do movimento turístico, mas sua função construtiva depende de muitas ações e responsabilidades dos atores sociais envolvidos.

Muitas outras oposições básicas constituem os impactos que perseguem o turismo em seu movimento de produção/consumo do espaço geográfico. É esse também o caso do patrimônio cultural e dos aspectos sociais de uma região (2). Podem-se encontrar exemplos significativos onde a atividade turística aparece como estímulo à recuperação e restauração de valores histórico-artísticos e de culturas passadas.

Graças ao turismo, articulam-se partes interessadas da iniciativa privada e dos organismos públicos no sentido de

(2) Ao tratar dos impactos sócio-culturais Mathieson e Wall explicitam a dicotomia que cerca tais impactos: "A literatura que examina os impactos sócio-culturais do turismo tem usualmente sido direcionada para cada um dos aspectos, social ou cultural. Usando esses termos muito livremente, os estudos sociais comumente consideram as relações interpessoais tal como a conduta moral, religião, língua e saúde, enquanto que os estudos culturais consideram ambos, isto é, formas materiais e não-materiais de cultura e o processo de mudança cultural." (1988, 137) De nossa parte adotamos a segunda abordagem nas considerações aqui traçadas.

se recuperar e conservar sítios históricos e monumentos. A atividade turística tem valorizado e contribuído para conservar grande parte da riqueza na Grécia, Itália, nas Américas e na África, etc. Países como a Guatemala, México, Perú, enfim, a América Latina em geral, têm recebido alguns benefícios do turismo destinados à preservação do Patrimônio Cultural (3).

No Brasil, diversas cidades tombadas como patrimônio cultural, assim como outras de significado histórico, são alvo de interesse turístico. Isto sem esquecer os monumentos e obras com valor artístico, cultural, etnográfico e histórico. É claro que, na maioria das vezes, o turismo tem-se preocupado mais com a exploração desse patrimônio. Contudo, ele pode exercer um papel fundamental na geração de recursos destinados à recuperação e manutenção do patrimônio cultural.

No que concerne a outras formas de culturas, a atividade turística parece contribuir em vários momentos para o renascimento e manutenção de certas manifestações tais como o folclore, o artesanato, a dança e a comida típica. Evidentemente todo esse interesse do turismo, assim como os efeitos positivos decorrentes do mesmo, tem sua contrapartida. No caso do patrimônio cultural e das

(3) Segundo Pellegrini: "Constitui o patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais, tomados individualmente ou em seu conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos que formaram a sociedade brasileira." (1990, 57)

manifestações, o problema maior é a comercialização excessiva que acompanha a valorização desses bens coletivos.

Para as correntes de pensamento com matriz humanista, o turismo seria também uma atividade com grande poder de aproximação entre os povos diferenciados pela cultura. Esta aproximação proporcionaria o chamado "intercâmbio cultural".

Aramberi, ao tratar das teorias humanistas, diz:

"De um ponto de vista cultural, os seguidores destas teorias ressaltam habitualmente as vantagens que os povos e sociedades receptoras obtêm do turismo. Com efeito, para eles, a chegada em massa de turistas é uma possibilidade de incorporarem-se às culturas mais desenvolvidas que são próprias das sociedades industriais. Definitivamente, do turismo não se seguem senão benefícios para todos. Os turistas se entregam aos passatempos que desejam e repõem as forças para um novo período de trabalho. A sociedade receptora obtém benefícios contábeis e, de quebra, amplia e moderniza seus horizontes culturais. A sociedade emissora consegue um melhor conhecimento dos povos visitados. E tudo isso redunde em benefício da paz internacional." (1987, 90)

Parece ingenuidade ou má-fé ver o turismo somente como uma força humanizadora, como uma via segura para a melhoria da personalidade humana, revestindo-se assim de uma função social importante, seja por responder a determinadas necessidades psicológicas reais ou imaginárias, seja pelo papel educativo que pode desempenhar num sentido amplo. Não se pode esquecer que o turismo baseia-se na realidade histórico-social que caracteriza nossa sociedade. Neste sentido, carrega consigo as contradições e antagonismos que se configuram no interior da mesma.

No âmbito das estruturas sociais, a prática turística pode produzir desarmonias cujos desdobramentos colocam em risco a sobrevivência dos grupos atingidos. Suas repercursões podem incidir sobre os valores sociais, sobre as relações familiares e sobre o espírito comunitário das

populações locais. Acrescente-se o fato de surgir, em certas circunstâncias, um sentimento de inferioridade junto aos autóctones devido ao contato com pessoas vindas de áreas mais desenvolvidas economicamente e com nível de instrução mais elevado. Nash indica algumas consequências que podem advir:

"Nas áreas turísticas, a necessidade de que pelo menos alguns dos receptores se convertam em mediadores ou agentes culturais especializados no trato com os turistas e suas fontes metropolitanas cria uma pressão em favor da aculturação em relação às culturas metropolitanas, aprendendo a desenvolver transações superficiais e objetivas e a considerar as necessidades do ócio. A aquisição do reforço de tais qualidades (inclusive aspirações insatisfeitas) pode resultar no aparecimento de um conflito social entre os receptores, ou entre receptores e hóspedes, assim como criar conflitos intra-psíquicos por meio de disposições incompatíveis de personalidade." (citado por Aramberi: 1987, 92)

Um dos aspectos mais polêmicos e preocupantes do turismo são os impactos físicos desencadeados pelo fenômeno. Pois aqui se juntam e se interpenetram não só os impactos no meio natural, mas também aqueles verificados no âmbito sócio-econômico. Ocorre, portanto, aquilo que poderíamos chamar de impacto indiscriminado no espaço geográfico.

No seu conjunto, a turistificação de um determinado espaço pode trazer alguns efeitos positivos para a questão ecológica. Pelo menos é isso que se vem afirmando em vários trabalhos. Conforme alguns autores, a prática turística teria a capacidade de desempenhar um papel importante no sentido de se valorizar e perceber a natureza dentro de uma perspectiva preservacionista. Com prudência em relação ao caráter conflitivo, Mathieson e Wall reconhecem o lado positivo do turismo:

"Conservação e preservação de áreas naturais, sítios arqueológicos e monumentos históricos têm emergido como exemplo do significativo transbordamento de benefícios do turismo. Por sua vez, a proteção destes principais recursos turísticos valorizados e perpetuados pelo turismo serve para sustentar sua própria existência. A indústria do turismo tem muito interesse na manutenção da qualidade do meio ambiente tal como mostram organizações dedicadas a esta causa." (1988, 97)

Pelo simples fato de o movimento turístico ser regido quase totalmente pela atratividade que exerce o meio natural, este assume um papel fundamental não só na sustentação mas, na própria razão de existir do turismo. Daí os vários exemplos na criação de parques naturais, e de preservação e recuperação de áreas com valor paisagístico, onde o turismo aparece com uma função decisiva.

Na mesma direção surgem hoje esforços que visam integrar turismo e proteção de espaços naturais. Boo esboça essa perspectiva :

"Duas tendências globais distintas estão ocorrendo simultaneamente, estando com o crescimento interligado. Uma delas é a rápida expansão da indústria do turismo, com uma demanda crescente para o turismo "especializado" e, em particular, turismo para proteção de áreas naturais. A segunda, tendência é uma mudança nas estratégias para proteção e gerenciamento. Conservacionistas e park managers têm começado a reconhecer a importância da integração da preservação dos recursos naturais com as necessidades das populações rurais e proteção das áreas vizinhas, e são movimentos que vão desde uma posição rigorosamente "protecionista" nas atividades até o "desenvolvimento integrado" das mesmas". (1990, 1)

A integração entre conservação ambiental e desenvolvimento turístico acha-se, portanto, consideravelmente reforçada pelas novas ações que incluem o gerenciamento dos recursos naturais com vistas a promover, em bases econômicas seguras, o sustento das áreas de parques e reservas ecológicas, a satisfação das necessidades de lazer e a melhoria das condições de vida das populações locais. Com toda evidência, o aumento da demanda turística por áreas naturais conservadas constitui uma ótima

oportunidade para conciliar o uso turístico com a conservação da natureza e com o desenvolvimento social das populações locais.

Ao dar ênfase a essa linha de pensamento o objetivo básico é realçar o conceito de desenvolvimento sustentado, cuja adoção como modelo sócio-econômico é defendida como parte de um processo efetivo para desatar o "nó górdio", caracterizado pela crise ecológica resultante da negligência de nossa sociedade. Nesta direção, surge por parte do turismo a proposta do ecoturismo ou turismo ecológico como forma de integrar coerentemente num mesmo movimento as duas situações tão opostas - desenvolvimento e preservação - em todas as suas facetas e em toda sua complexidade.

Em traços gerais, o ecoturismo se define como:

"aquele que se dedica a viagens a áreas naturais não perturbadas e não contaminadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e gozar a paisagem, suas plantas, animais selvagens, assim como as culturas passadas ou presentes que possam ter existido ou existir nessas áreas. Em outros termos, é o turismo natural-orientado implicando uma abordagem científica, estética ou filosófica da viagem, embora o turista ecológico não precise ser um profissional cientista, artista ou filósofo. O ponto principal é que as pessoas que praticam o ecoturismo têm a oportunidade de estar imersos na natureza e na sua própria natureza de uma maneira não disponível no meio ambiente urbano." (Ceballos-Lascurain, 1987)

Ao examinar-se atentamente essa proposição, talvez seja possível ver no turismo uma via para melhorar as relações homem/natureza. Afinal o espaço natural, ao ser visto como um lugar de descanso e recuperação física e mental, de diversão e jogos, assume não só uma dimensão psicológica, mas ao mesmo tempo biológica para o homem moderno. Neste sentido, o turismo deve contribuir para diminuir o fosso que separa o homem de si mesmo e da natureza.

É preciso acreditar que há possibilidades de (res)surgirem formas de se perceber a natureza que privilegiem a compreensão de sua grandeza e significado para o homem. Grandeza essa que ultrapassa as necessidades humanas e abrange todas os sistemas vivos, e significado que vai além do ponto de vista econômico. Disto depende a existência do próprio homem, pois o equilíbrio ambiental e ecológico é necessário para a manutenção da vida, seja ela humana ou não.

Aliado a isto, o uso turístico de um espaço natural pode funcionar como inibidor de outras práticas consideradas mais predatórias, como é caso da exploração de madeiras e da mineração. Conforme já vimos, a utilização com fins turísticos torna mais fácil angariar recursos financeiros para a conservação e proteção de certas áreas e é capaz de provocar uma catarse nas atitudes daqueles cuja competência é gerir tais áreas.

Inversamente a esses benefícios, a atividade turística tem sido acusada de produzir grandes perturbações nos ecossistemas naturais. Situando-se em pé de igualdade com relação a outras práticas sociais que deterioram o meio natural, os problemas causados pelo turismo ocorrem de maneira diferenciada e em escala variada. Isto é, há predações que provocam danos à paisagem natural como um todo, e há aquelas que atingem apenas espécies animais e vegetais. Entre os distúrbios em espaços naturais destacam-se a destruição das plantas que protegem rios e lagos, a

degradação da flora e da fauna terrestre e aquática, aumento da poluição dos cursos d'água e sintomas de pauperização no solo que é desviado da atividade agrícola em prol do turismo.

Os reflexos no meio natural são interpretados sempre como muito assustadores. No que se refere à destruição da cobertura vegetal a agressão é determinada em grande parte pela proliferação de loteamentos, pela construção indiscriminada de equipamentos e instalações, pelo tráfego desordenado de pedestres e de veículos e pela ação do fogo. Um exemplo típico e preocupante é o impacto negativo sobre a flora e a fauna em micro-espacos, provocado pelas caminhadas em trilhas abertas na floresta, pelos acampamentos e outras movimentações feitas por grupos humanos em áreas de parques e reservas.

Já no caso dos conhecidos problemas de contaminação da água e do ar, os principais agentes poluentes estão no esgoto não-tratado adequadamente, nos combustíveis de veículos tais como automóveis, barcos a motor, etc., especialmente quando o movimento é excessivo. As qualidades físicas e químicas da água podem sofrer alterações e, por conseguinte, ameaçar as espécies que dela dependem. Juntam-se a esses agentes outros que, conseqüentemente, prejudicam a vida da flora e da fauna tais como detritos e o lixo não biodegradável.

No que concerne à geomorfologia dos espaços naturais, os danos mais comuns acontecem nas áreas de encostas, vales e

cumes. Todos eles a partir da criação de infra-estruturas representadas por estradas, estacionamento, etc. Enfim, são demolições diferenciadas na paisagem que acompanham o desenvolvimento turístico não planejado. Por fim, dá-se a demolição das formações geológicas, sobretudo nas grutas e cavernas, com a retirada de artefatos arqueológicos, minerais e fósseis assim como a dilapidação de pinturas rupestres, alterando-se drasticamente os ecossistemas cavernícolas.

Não se deve esquecer também as ocorrências em áreas de parques e reservas análogas. Nestes espaços de preservação, os efeitos negativos se processam sobretudo na vida dos pequenos e grandes animais, afetando seu comportamento e forçando em certas ocasiões as mudanças de habitat. Há casos de espaços especiais onde as características de biodiversidade e fragilidade devem ser altamente considerados. Tome-se como exemplo ecossistemas de regiões montanhosas e costeiras.

Diante de tudo o que foi exposto até agora, pode-se ter uma idéia da complexidade que marca a relação entre turismo e meio natural, pois mesmo o chamado ecoturismo não está isento de efeitos negativos. A simples presença de pessoas já é causadora de impactos negativos, especialmente em pequenos ambientes onde as caminhadas provocam a destruição da cobertura vegetal, bem como a compactação e erosão do solo. Sem esquecer, é claro, as perturbações aos animais que na maioria das vezes acabam se dispersando.

Obviamente no caso do turismo ecológico, os distúrbios são diferentes do turismo comum tanto em escala de abrangência quanto na gravidade. O ecoturismo apresenta como virtude a tentativa de integração com o meio onde o impacto se reduza ao mínimo possível, sem prejuízo à natureza.

Contudo, em grau diferenciado e de maneira a atender cada atividade, tanto o ecoturismo quanto o turismo comum devem ser precedidas de estratégias de planejamento, planos de gerenciamento, promoção e desenvolvimento. Os impactos devem ser projetados, mesmo que de modo ensaístico, para então se estimularem os positivos e se anularem, na medida do possível, os negativos. Nesse sentido, aliás, é que se encaminha a abordagem seguinte. Ou seja, a exposição de considerações e proposições que visem a integração do turismo com a preservação/conservação do meio ambiente.

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

"CABERIA DESENVOLVER FORMAS DE TURISMO QUE TRAGAM A MAIOR SATISFAÇÃO POSSÍVEL A TODOS OS INTERESSADOS - VIAJANTES, VIAJADOS E EMPRESAS - MAS QUE NÃO ESTEJAM LIGADAS A INCONVENIÊNCIAS INACEITÁVEIS, SOBRETUDO NOS NÍVEIS ECOLÓGICO E SOCIAL. EM OUTRAS PALAVRAS, UMA POLÍTICA DO TURISMO QUE RESPEITE O SER HUMANO E O MEIO AMBIENTE DEVE BUSCAR O SEGUINTE OBJETIVO SUPREMO: ASSEGURAR A SATISFAÇÃO A NÍVEL ÓTIMO DAS MÚLTIPLAS NECESSIDADES TURÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS DE TODAS AS CAMADAS SOCIAIS, NO ÂMBITO DAS INSTALAÇÕES ADEQUADAS E NUM AMBIENTE PRESERVADO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS INTERESSES DA POPULAÇÃO AUTÓCTONE." (KRIPPENDORF: 1989)

Não há dúvida que o turismo pode desempenhar um papel benéfico e, ao mesmo tempo, maléfico no que concerne aos aspectos ecológicos, sócio-econômicos e culturais de um determinado espaço. Maléfico porque degrada, às vezes de modo irreversível, certos ambientes atrativos. Benéfico porque representa um estímulo poderoso para as populações locais e administradores no sentido de valorizar tais ambientes. É oportuna a observação que faz Cazes:

"Os dois processos - deterioração-valorização - são simultâneos ao desenvolvimento do turismo e não podem, nem um nem outro, ficar por muito tempo sob a indiferença dos responsáveis pelo planejamento e pelo gerenciamento. Pois sua sutil interpenetração exige políticas especialmente adaptadas, flexíveis e que levem em conta as especificidades tanto do espaço natural quanto social." (1979, 19)

Neste sentido, a controvérsia existente entre desenvolvimento e conservação, em torno da qual se instaurou um debate muitas vezes estéril, deve ser substituída por uma perspectiva mais abrangente, ou seja, que considere o desenvolvimento do turismo como um problema econômico, político, cultural e ecológico ao mesmo tempo, que deve ser encarado e resolvido nesses quatro planos simultaneamente e de forma interativa para que a solução seja justa, além de eficaz.

Na verdade, a capacidade de integrar coerentemente essas situações tão opostas - preservação/utilização - em todos os seus aspectos e com toda a sua complexidade está na dependência das atitudes e decisões de todos os atores sociais envolvidos na questão, isto é, o poder público, a iniciativa privada e as comunidades locais. Afinal são estes três segmentos que intervêm, de um modo ou de outro, na criação do espaço turístico. Vai nessa direção a colocação feita por Michaud:

"As contradições internas inerentes ao par turismo/meio ambiente são tais que as soluções preventivas e/ou curativas exigem a participação dos diferentes níveis de responsabilidades e a determinação dos procedimentos de cooperação para cada um e entre cada um destes níveis: coletividades locais, regionais, Estado não podem agir sozinhos, mesmo se eles são chamados para agir em primeiro lugar em prol de si próprios." (1983, 85)

De alguns anos para cá vários autores têm enfatizado a necessidade de uma combinação mais sistemática como a única forma de perseguir o desenvolvimento da atividade turística dentro de uma perspectiva ambientalmente sustentável. Isso significa que o poder público juntamente com a iniciativa privada e a sociedade civil como um todo precisam estar unidos num grande esforço de compatibilização entre crescimento econômico e preservação da natureza.

Cabe destacar, entretanto, que as condições fundamentais para a implantação do modelo que incorpore ao processo de desenvolvimento uma visão que valorize, na devida dimensão, a proteção do meio ambiente e a utilização racional da natureza para fins turísticos estão diretamente na dependência de ações governamentais.

Por circunstâncias históricas e políticas, coube ao Estado o papel mais importante no tratamento da questão ambiental. No caso do turismo, particularmente, a responsabilidade das instituições governamentais não foge à regra. Muito pelo contrário, existe a obrigação de o poder público agir como regulador, árbitro e promotor de um desenvolvimento turístico que esteja baseado na harmonia com a conservação da natureza. É isso que afirma Eldin:

"Trata-se de um problema de governo porque, na sociedade moderna, os governantes não podem ter somente a função de favorecer o desenvolvimento de atividades econômicas, mas também a responsabilidade de preservar o patrimônio natural e cultural da humanidade. É, portanto, a uma sinergia das políticas do turismo e do meio ambiente que é preciso visar, afim de multiplicar as interações positivas e de limitar as interações negativas." (citado por Michaud: 1983, 175)

A intervenção do poder público concernente ao turismo, qualquer que seja o tipo de planejamento, deve se ordenar segundo três finalidades essenciais, considerando-se obviamente as diversas situações existentes e suas especificidades.

A primeira é a finalidade social, acompanhada de preocupações culturais e políticas. No que tange a esta finalidade, o poder público em todos os seus níveis, isto é, federal, estadual e municipal, deve permitir a todas as pessoas o acesso ao lazer turístico (1). Para isso, além de incentivar a prática do lazer social, o governo tem como tarefa a implantação de equipamentos adequados à prática do

(1) A expressão "lazer turístico" é usada aqui como referência ao tempo de lazer gasto dentro do turismo. Conforme já foi enfatizado antes, o turismo e o lazer constituem fenômenos entrelaçados que caracterizam o uso do tempo livre na sociedade moderna.

lazer turístico ou, em certos casos, apoiar tal implantação.

Da mesma maneira, o governo deve promover uma política social do turismo, tendo como objetivo precípua oferecer às pessoas a possibilidade de enriquecimento cultural através do convívio social e do contato com a natureza. Neste sentido, essa política abre um caminho interessante para a educação ambiental. Uma verdadeira educação através do lazer turístico que é preciso visar. A educação ao lazer turístico segundo Moulin:

"Deveria dentro de um modelo ideal englobar a formação para a viagem e ultrapassá-la, desenvolvendo o aspecto afetivo, pessoal, e a qualidade da experiência do lazer. Deveria levar o indivíduo a tomar consciência de si mesmo, a conhecer suas motivações, a melhor se comunicar, e vir a praticar um tipo de auto-animação chamada eco-animação. Somente assim o indivíduo se tornaria, então, capaz de abrir-se para a vida dentro de um novo meio natural e humano."(1988, 24)

De fato, não obstante os vieses ideológicos que perpassam o comportamento turístico, e que lhe dão muitas vezes um caráter alienado e carregado de clichês, a viagem pode desempenhar um papel formativo e pedagógico. Pelo menos é nisso que crêem alguns especialistas do lazer, elemento motor do turismo.

Seja como for, a política do turismo não deve estar centrada somente nas finalidades econômicas e técnicas, mas englobar o respeito ao meio ambiente e levar em conta as necessidades de todas as pessoas envolvidas. O que caracteriza aquilo que Krippendorf chama de "turismo suave" (2).

(2) Na concepção de Krippendorf "turismo suave" seria um novo modelo de turismo, o qual deve conter uma nova escala

A segunda finalidade que determina a interferência do poder público diz respeito ao aspecto econômico ou financeiro. Aqui, o turismo deve ser utilizado como fator de equilíbrio das despesas públicas e como meio de se obter maior arrecadação em nível nacional, estadual ou municipal. O turismo deve contribuir também para expandir a oferta de empregos e ampliar as atividades econômicas de uma dada região. Neste caso, cabe ao poder público minimizar os efeitos negativos sobre a economia regional ou local. Ninguém duvida dos efeitos benéficos do turismo sobre o nível dos empregos e dos salários. Contudo, poucos suspeitam de seus efeitos desestruturadores sobre a economia local, como é o caso do processo inflacionário. Nas palavras de Krippendorf:

"O turismo só deve ser encorajado na medida em que proporcionar à população hospedeira uma vantagem de ordem econômica, antes de tudo, sob a forma de lucros e empregos - que a mesma terá desejado - onde esta vantagem seja de natureza duradoura e não traga prejuízos aos outros aspectos da qualidade de vida. As aplicações de um projeto (custos e benefícios econômicos, compatibilidades sociais e ecológicas) devem ser bem esclarecidas antes da execução." (1989, 186)

Verifica-se nesta consideração que uma das estratégias importantes no campo econômico é a promoção de campanhas de esclarecimento junto à população local, com o fim de desmistificar o desenvolvimento do turismo. Cabe também ao

de valores onde as premissas básicas sejam a preservação do meio ambiente e o bem-estar das pessoas envolvidas, isto é, visitantes e moradores locais. Em oposição ao turismo duro que tem dominado até agora, o turismo suave vem a ser um caminho para conciliar desenvolvimento e conservação.

governo desvendar o turismo, mostrando que ele não pode ser visto como uma panacéia, como um fim em si.

Finalmente, ainda no plano econômico, o poder público pode oferecer incentivos fiscais assim como melhores condições de acesso e oferta de equipamentos, pré-requisitos indispensáveis para o desenvolvimento turístico em certas regiões. Contudo, no tratamento da questão turística, é preciso salientar que o Estado não deve adotar posturas clientelistas ou paternalistas, baseadas na destinação desordenada de recursos públicos e na concessão pouco criteriosa de incentivos fiscais.

A terceira finalidade essencial que deve guiar a intervenção do poder público é de caráter espacial ou territorial. Esta finalidade surge como uma exigência mais complexa, visto que envolve preservação ecológica e crescimento econômico. Aliás, nos últimos anos um bom número de instituições e outros organismos de planejamento turístico vêm reformulando suas políticas. A preocupação é definir diretrizes para o desenvolvimento sustentado do turismo (3).

Por outro lado, o planejamento do turismo vem sendo encaminhado no sentido de resolver a questão regional ou

(3) O desenvolvimento sustentado do turismo é um processo pelo qual são satisfeitas as necessidades turísticas da população atual, sem colocar em risco as necessidades das populações futuras e a própria natureza como um todo. Trata-se de uma visão defendida por Krippendorf na obra "Les Dévoreurs de Paysages". Muitos autores associam a expressão "ecodesenvolvimento do turismo" apenas ao turismo ecológico. Esta é uma das modalidades, mas não é a única que pode constituir o novo modelo.

territorial. Seja pela escassez de recursos, seja pela deficiente dotação de fatores ou por motivos históricos e políticos, o crescimento econômico não se processa homogeneamente no espaço, ou seja, o crescimento é localizado e não disseminado por todo o território.

Para minimizar os efeitos desse desenvolvimento desigual, devem ser formuladas políticas públicas que, através do turismo, tenham como objetivo fundamental a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida das populações autóctones.

Na verdade, o turismo deve contribuir, além de seu papel sócio-cultural, para reconhecer o fosso econômico que separa as regiões urbanas e industrializadas das regiões rurais agrícolas. Ele deve servir também como um instrumento de crescimento para as regiões menos favorecidas. Como diz Cazes:

"O turismo deve ser utilizado como fator de compensação, de reequilíbrio entre regiões desigualmente favorecidas. O fluxo monetário engendrado pelas despesas dos visitantes e pelos investimentos em equipamentos cuja destinação é satisfazer as necessidades da demanda, pode ser efetivamente considerável e jogar, às vezes involuntariamente, um papel notável no que concerne à melhor repartição de riquezas em termos intra-regionais e interregionais." (1979, 19)

Em certos casos, o desenvolvimento do turismo pode ser o único meio de frear o êxodo rural e melhorar as condições de vida da população. Em suma, o desenvolvimento do turismo não pode ter um único fim em si, mas constituir-se num instrumento para realizar objetivos maiores, de ordem econômica e social. Seu valor fundamental está em propiciar o aumento da renda real à população local, em contribuir

para limitar o êxodo rural, no aporte de divisas para a economia regional e nacional, na conservação do meio ambiente e na oferta de espaços livres para o lazer das populações urbanas.

Convém não esquecer, no entanto, o fato de esse desenvolvimento ser uma empresa arriscada, pois está sujeito a repercursões sociais, culturais e ecológicas. Daí nasce com clareza a exigência de se avaliar os custos e benefícios de um projeto de natureza turística. Não se trata de adotar uma postura dogmática com relação ao turismo, simplesmente ignorando suas contradições. Trata-se, antes, de repensar a própria concepção de desenvolvimento turístico, de um desenvolvimento cujo indicador não se resuma a meras estatísticas de crescimento, mas que inclua, além de melhoria dos indicadores sociais para a maioria da população envolvida, uma real e efetiva preocupação com a proteção da natureza.

Com efeito, os aspectos ambientais assumem importância vital nas formulações de políticas e programas de desenvolvimento do turismo. Aliás, o meio ambiente como um todo é a fonte que alimenta o turismo no presente e irá alimentá-lo no futuro. Como se sabe, o meio ambiente, além de se constituir na principal atração turística, é um dos elementos motivadores das viagens, ou seja, é o "push-factor" do movimento para fins de turismo.

Por esta razão, a prosperidade no presente e no futuro somente poderá ser alcançada quando for atingido o

equilíbrio necessário entre o desenvolvimento turístico e a conservação da natureza. A política turística deve então assegurar esse caráter harmônico ao processo de desenvolvimento, isto é, criar condições para o crescimento integrado, auto-sustentado e equilibrado da atividade.

No atual quadro do que se intitula de planificação do espaço turístico constata-se duas famílias de preocupações: por um lado, se coloca a questão a abrangência territorial da planificação. A esse respeito é interessante a observação de Krippendorf ao falar em espaços geográficos mais amplos:

"Toda região que forma uma entidade topográfica deveria servir de base à planificação do desenvolvimento turístico. Seria mesmo desejável que se concebessam planos de abrangência interregional, nacional e mesmo supranacional. A planificação dos lazeres não pode se limitar somente às comunas. A política fechada e o espírito pequeno-burguês são aqui rejeitados. Se as regiões que pertencem a um mesmo ar de descanso não definem objetivos comuns e negligenciam a coordenação de sua política de desenvolvimento, chegará um momento que seus esforços se anularão reciprocamente ou seguirão caminhos inversos." (1977, 96)

Por outro lado, a questão que se coloca na planificação do desenvolvimento turístico está relacionada ao conhecimento das potencialidades turísticas da região visada, e das características da demanda para a mesma. Ou seja, levantamento dos recursos turísticos, condições de acesso, equipamentos existentes, tipo de demanda atual, nível de frequência dos turistas, origem dos fluxos, expectativas da população local, etc. Ao lado desta segunda preocupação na programação do desenvolvimento turístico, coloca-se a complexa questão cultural e psicossocial dos sujeitos envolvidos, isto é, os aspectos sociais e comportamentais dos turistas e os aspectos culturais dos moradores locais.

Com efeito, o planejamento do turismo não pode deixar de prever o choque cultural e os conflitos engendrados pela atividade na população autóctone. Da mesma forma, ele precisa considerar os significados atribuídos ao espaço por parte dos turistas, isto é, a dimensão subjetiva que cerca seu comportamento e seus valores. Linch coloca essa questão ao dar ênfase ao gerenciamento qualitativo do espaço:

"A experiência que o ser humano tem da paisagem é tão fundamental que é preciso considerá-la. Por isso a posição que tomo consiste em dizer que a qualidade "experencial" do meio ambiente deve ser planejada. A carência de resultados positivos que acusamos em matéria de concepção ambiental não é irremediável, mesmo se é devido à uma causa que não se pode facilmente exorcisar tal como a insuficiência de dinheiro, a indiferença do público, os erros de organização administrativa ou as intrigas políticas. Uma primeira dificuldade nasce do divórcio existente entre os usuários de um lugar e aqueles que decidem as formas de utilização, divórcio que conduz à uma inadequação dessas formas aos objetivos dos interessados". (1982, 7)

Todo esse esforço justifica-se, pois é necessário para definir ou redefinir o plano de gerenciamento de uma dada região. A partir daí os traços gerais e específicos poderão ser delineados. Ou seja, poder-se-á se determinar aquilo que é possível realizar e o que não é. Afinal de contas, o desenvolvimento sustentado do turismo impõe limitações que devem ser respeitadas, especialmente, no que se refere ao meio ambiente.

Um exemplo extremo, e dos mais interessantes nesse sentido, é a adoção do conceito de "capacidade de carga turística", também chamado de capacidade de suporte do espaço turístico. Este conceito é usado como um instrumento na fixação do limite de tolerância para o desenvolvimento turístico (4).

A procura de parâmetros para fixar o limite de tolerância de um espaço está na dependência de diversos fatores. Por isso, o uso do conceito de capacidade de carga vem a ser mais metodológico e pedagógico do que prático e operacional. Em razão do grande número de variáveis que se deve considerar para representar a complexidade própria dos sistemas que se deseja simular (5).

Todavia, o problema da compatibilização entre uso turístico e conservação ambiental pode perfeitamente ser atacado, apoiando-se nessa noção de capacidade de carga. Pois a fixação de um limite para as solicitações que são impostas aos locais turísticos, principalmente os espaços

(4) As considerações de Mathieson e Wall sobre esse tema merecem ser citadas: "Capacidade de carga (carrying capacity) é o número máximo de pessoas que podem usar um sítio sem uma inaceitável alteração do ambiente físico e sem um inaceitável declínio da qualidade da experiência ganha pelos visitantes. Até o presente apareceu uma extensa literatura sobre capacidade de carga em áreas de recreação, todavia não tem havido lugar para o exame detalhado desse conceito no sentido de lhe dar adequação para ser aplicado em todo lugar. De qualquer maneira, vários pontos merecem ser enfatizados. O conceito surgiu para ser aplicado ao ambiente natural e ao ambiente construído pelo homem, embora já tenha sido aplicado em outros tipos de ambiente. Até o momento são poucos os exemplos de aplicação desse conceito em estudos de turismo, no entanto essa situação está mudando. Mas cabe ressaltar que, para os sítios recreacionais ou locais turísticos, seja natural, modificado ou construído pelo homem, ainda não foi estabelecido um modelo de capacidade de carga". (1988, 21)

(5) Existem muitos tipos de limites que podem ser distinguidos: o limite ecológico ou de tolerância do meio natural; o limite de capacidade de carga material, definido pela capacidade de suportar os diferentes equipamentos e infraestruturas; o limite de tolerância para a população local, atendendo sua recusa ao desenvolvimento excessivo; o limite de tolerância para a população turística, atendendo sua recusa a super-frequentação ou aglomeração em certas áreas. Portanto, a fixação do limite varia em função das características locais e o tipo de turismo concernente.

protegidos, é uma condição básica para preservá-los. A importância da capacidade de carga, juntamente com a perspectiva do desenvolvimento social, é assinalada por Krippendorf quando escreve :

"O gerenciamento dos espaços de descanso será determinado, de um lado em função da capacidade de carga, e de outro, para satisfazer as necessidades e aspirações das populações locais. São eles que definem os objetivos do desenvolvimento. Eles devem ser chamados a participar ativamente de sua realização." (1977, 101)

Sem dúvida, qualquer política de turismo que se pretende justa e eficaz não pode prescindir da perspectiva social. Muito pelo contrário, o comprometimento com os habitantes das regiões visadas deve figurar no mesmo plano da preservação da natureza. A integração entre conservação ambiental e desenvolvimento social é a questão pela qual se justifica a própria razão de ser de uma política desse tipo.

Por outro lado, a execução dessa política precisa estar condicionada a mecanismos legais e institucionais. É o embasamento legal que deve dar concretude à uma política de desenvolvimento do turismo em consonância com a preservação da natureza. Ao poder público cabe elaborar, rever e regulamentar as leis e códigos direta ou indiretamente relacionados com a área de meio ambiente. Assim como compete ao Estado promover a fiscalização e o controle de atividades que possam colocar em risco o patrimônio natural e cultural.

Para finalizar, pode-se dizer que o enorme potencial brasileiro faz do turismo uma alternativa segura para o desenvolvimento regional, mas este só terá sucesso e

durabilidade se for orientado dentro de uma perspectiva ecológicamente sustentável. Pois disso depende o futuro do próprio turismo.

CAPÍTULO II

SERRA DO MAR NO PARANÁ

IMAGEM, MEMÓRIA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO SERRANO

"AS RUGOSIDADES FORMADAS NA SUPERFÍCIE TERRESTRE POR MONTANHAS E VALES SÃO, POR CONSEQUINTE, UM FATO CAPITAL NA HISTÓRIA DOS POVOS E EXPLICAM ÀS VEZES AS SUAS VIAAGENS, AS SUAS MIGRAÇÕES, OS SEUS CONFLITOS E OS SEUS DESTINOS" (ELISEU RÉCLUS: LA MONTANÃ)

A imagem do satélite nos fornece uma visão de conjunto do espaço serrano. Através desse poderoso instrumento que amplia o alcance da visão humana, tem-se a impressão de que o terreno passou por uma arrumação cujo fim era lhe dar as formas atuais. As linhas escarpadas entre a costa e o planalto, ora cobertas por um espesso manto verde, ora desnudas, impõem-se à primeira vista como uma espécie de barreira intransponível. Aliás, foi justamente como uma barreira que a Serra do Mar foi vista pelos viajantes europeus que aportaram na costa brasileira nos séculos 16 e 17.

Esta característica lhe trouxe, de um lado, a antipatia de alguns dos primeiros exploradores do território paranaense, pois era um empecilho à sua penetração. De outro, contribuiu grandemente para sua própria sobrevivência desde a época de Cabral até o momento atual. Com efeito, a Serra do Mar é, dentre as cinco regiões naturais encontradas no Paraná, a única que conseguiu atravessar incólume (ou quase) o processo de ocupação do território. As outras, representadas pelo litoral e pelos planaltos, não tiveram a mesma sorte. O povoamento que se verificou ao longo de quatro séculos foi impiedoso com a natureza, destruindo florestas e dizimando a fauna, e também foi

destrutivo para o homem pois causou o desaparecimento da maioria dos silvícolas.

Mas a Serra do Mar, em virtude de sua natureza geológica, transformou-se numa zona de transição e de passagem, depois de ter sido um obstáculo e um limite entre o Paraná dinâmico e o litoral, entre as áreas onduladas dos planaltos interiores e as baixadas litorâneas. Este traço físico associado à exuberância de sua cobertura vegetal são os principais elementos da imagem que vai acompanhar o espaço serrano no processo histórico de formação da cultura paranaense, assim como da cultura nacional. O desbravamento da Serra do Mar no Rio de Janeiro, a subida dos povoadores pela escarpa em São Paulo são o início do processo de implantação da cultura européia no extenso território brasileiro.

Assim, os europeus que aqui chegaram nos séculos 18 e 19 se depararam com a imensidão da floresta, hoje chamada de Mata Atlântica. Era o homem em confronto com o meio desconhecido, que lhe parecia hostil. Numa voz do passado, encontramos um relato que serve de exemplo. Em sua "Viagem Pitoresca através do Brasil", o alemão Johann Moritz Rugendas descreve:

"Aqui a natureza produz e destrói com o vigor e a plenitude da mocidade: dir-se-ia que revela com desdém seus segredos e tesouros diante do homem, o qual se sente atônito e humilhado ante essa força e essa liberdade de criação. A natureza inanimada está, ela própria, em harmonia com essas grandes imagens oferecidas pelas florestas primitivas de Serra do Mar. Se, de um ponto mais elevado ou desbastado, o olhar consegue alcançar as montanhas, depara com massas ousadas e desenhadas nas cadeias graníticas do interior; e mesmo nas florestas vêem-se, não raro, blocos de rochedos tendo no seu cimo achatado jardins de belas flores. Quanto mais avança nessas florestas, menos aberturas se encontram; pode-se andar durante vários dias sem

que o céu se mostre senão de quando em quando, através das abóbodas aéreas, cuja verdura cobre o viajante. (1972, 10)

Esta "hostilidade" vai ser uma marca na relação entre homem e natureza, persistindo até hoje na mente de muitas pessoas. A subida difícil da Serra do Mar, o grande obstáculo anteposto ao homem, já não era somente a montanha, mas também a floresta. As vertentes escarpadas da Serra do Mar juntamente com sua imensa selva também foram causadoras de hesitações nos "civilizadores" do território durante quase dois séculos após o descobrimento. Os primeiros exploradores do território paranaense se restringiram à ocupação do litoral, onde, aliás, tiveram os primeiros contatos com os indígenas, habitantes milenares da costa brasileira.

Em sua "notícia histórica dos primeiros Colonos que fizeram ingresso nas Bahias, de Pernaguá e Cubatões de Morretes, e dos mais Rios", Vieira dos Santos nos conta:

"Quando os primeiros colonos vindos de Cananea ás Bahias de Pernaguá, entre os annos de 1550 a 1560, acharão os contórnos destas Bahias e em suas ilhas, todas povoadas de immensas hórds dos Indíos Carijós, os quês seguramente excederia o total de suas populações de 6 a 8 mil habitantes, se se atender aos muitos lugares que ora aparecem onde habitavão dos Sambaquis" (1950, 9)

Sobre esses contatos, o autor nos diz ainda:

"Por onde se entra no conhecimento de que esses primeiros aventureiros, entrados nas Bahias Paranaгуéenses, entre os annos de 1.555 a 1560 com razão se estabelecerão naquella ilha, que sendo rodeada de mar, lhes offercia d'hum seguro asylo na sua propria deffesa, do que a do Continente de terra firme, nas margéns dos rios e naquelle lugar permanecerão alguns annos, té que chegassem a conseguir a harmonia e boa amizade com aquella Nação, e sua própria segurança e estabilidade, e depois que isto vierão a conseguir, se resolverião a passar á terra firme, em nóvas descobertas da navegação dos rios, mineralogia de Ouro e prata, e no interior das máttas e Sertões incultos, aquem e além das grandes Cordilheiras." (1950, 10)

O trabalho de transpor a escarpa da Serra do Mar constituiu, portanto, uma etapa posterior do avanço do homem

sobre o território. Inicialmente, os conquistadores circunscreveram-se à estreita faixa litorânea e ali fundaram os povoados que viriam formar mais tarde os primeiros núcleos urbanos do Estado. Através dos trabalhos de mineração feitos pelos faiscadores, foi se fazendo um povoamento pelo litoral. Sendo Paranágua uma das áreas apontadas primeiramente como possuidora de minas de ouro, logo no começo do século 17, beneficiou-se ela com isso. Em 1648, transformou-se no primeiro povoado no Paraná com a categoria de vila. Dali seguiu-se a fundação de outros povoados, tais como Antonina em 1714, Morretes em 1733, Guaratuba em 1765 e Guaraqueçaba em 1838.

A ilusão das minas de ouro e o pequeno comércio entre índios e brancos não conseguiu, entretanto, segurar o conquistador na região litorânea. Se não existisse uma área tão vasta a ser dominada pela ânsia da conquista, ela talvez detesse o desbravador. Mas foi inevitável: a marcha para a conquista era inexorável. O conquistador decide enfrentar a floresta, atravessando aquela muralha rochosa rumo ao planalto. Sobre este assunto, é interessante a versão de Martins:

"É nesta paisagem que o homem começa a se estabelecer, paulatinamente, desde o século XVII, vencendo as ásperas penedias da serra do Mar para conquistar, com as armas pacíficas da agricultura, as imensidões arejadas do planalto. Ainda que viajantes e aventureiros já tivessem dado notícia do litoral paranaense desde os meados do século anterior, a verdade é que 'foram os caçadores de ouro que a partir do XVII ali apareceram nas suas canoas, lanchas e almadias, vindos das primitivas vilas paulistas, pelo canal do Veradouro, penetrados de audácia e ambição, seguidos de índios mansos, seus aproximadores de relações com os nativos locais'. Mas, nem esses 'caçadores de ouro', nem os paulistas, 'mineradores de índios', que fizeram do território paranaense um 'lugar de passagem', foram os verdadeiros fundadores de civilização do Planalto." (1989, 39)

Seja, porém, como for, os primeiros povoadores não ficaram contemporizando durante muito tempo no litoral. Sob o impulso de novas descobertas de minas de ouro, partiram para a penetração, tendo como desafio a transposição da escarpa montanhosa. A maneira como se processa essa penetração acaba sendo, de certo modo, condicionada pelo meio físico. A subida pelos leitos dos rios atrás do ouro dá-nos um bom exemplo da influência das formações geológicas no caminhar do povoamento.

Históricamente, a aventura das vias de comunicações começa com o roteiro da mineração sendo traçado nos leitos dos rios. A rota estabelecida no rio Nhundiaquara por Eleodoro Ébano Pereira "a quem Pedro Taques atribui o descobrimento e entabolamento de minas de ouro em Paranaguá em meados do século XVII" (Martins: 1989, 40), e aquela ao longo do vale do rio Ribeira do Iguape, são as "picadas" que, mais tarde, deram origem aos primeiros caminhos de passagem ligando o litoral com o planalto. Dentre essas trilhas, hoje conhecidas por "caminhos históricos", estão o Itupava, Graciosa, Arraial e Peabiru. Em sua narrativa, Vieira dos Santos diz:

"Não satisfeita sua avidez ambiçionária aquém das Serras foram penetrando o ingresso de suas matas ao rumo de Sul na direção que hoje é a Estrada do Arraial, investigando os morros da Serra velha, o das Cruzes, o do Ribeirão dos Padres: do Palmital, Santa Anna, e finalmente descobriram outras grandes minas no lugar do Arraial e sucessivamente, foram se distanciando cada vez mais nestes descobrimentos e pesquisas, sendo por isso o trânsito e a abertura do pique forte na direção de subir a Serra pela Estrada hoje chamada do Arraial de S. José dos Pinhais, a primeira que estes Colónos puderam descobrir para o trânsito da comunicação geral do Póvos da marinha com as centrais." (1950, 10)

Animados para penetrar nos vastos sertões selvagens, os audaciosos viajantes fizeram da subida da serra uma

verdadeira prática de alpinismo. Os obstáculos eram enfrentados a qualquer preço. Não sem atribulações e sofrimentos pois, apesar de a travessia ser feita nos pontos em que a floresta parecia mais baixa e menos espessa, muitas vezes se dava justamente nas áreas mais escarpadas e, portanto, mais difíceis. Ao descrever, quase cinquenta anos atrás, a ocupação da serra fluminense em sua obra "O Homem e a Serra", Lamego invoca imagens que nos servem de exemplo:

"Um indevassável labirinto vegetal numa espessa cobertura revestindo a terre bárbara apenas visível nas raras escarpas de montanhas em súbitos saltos para a luz. A mata cobria tudo... Nesses troncos, nesses galhos, nessas lianas contorcidas, sente-se toda a potência biológica da natureza em contorções cósmicas delirantes de reproduzir... Quem por ali se atreva, tranca-se no mais tenebroso labirinto. Dos cimos mal penetra a luz dilacerada em résteas. O sol mergulha os dedos luminosos numa fantasmagoria de surpresas." (1950, 59)

Diante de toda essa "selvageria" a floresta vai criar no seu dominador um imaginário muito especial que ainda em nossos dias povoa a mente de muita gente. Nisso se funda, por exemplo, o caráter acentuadamente aventureiro de uma considerável parcela dos excursionistas e/ou turistas que se dirigem para a região da Serra do Mar, seja para praticar alpinismo, seja para praticar esportes nas corredeiras dos rios ou simplesmente caminhar na mata.

Aliás, é muito importante assinalar aqui a face trágica que muitas vezes pode acompanhar essa mentalidade dos usuários temporários. Aqueles, cujo comportamento estaria carregado de ousadia ou, em certos casos, de pura ingenuidade, correm o risco de sucumbir à morte diante dos perigos oferecidos pelo espaço serrano ou ficar vários dias

perdidos na mata, tomados pelo desespero e pelo medo. Tal situação não decorre da justificável "hostilidade" da natureza, mas do desconhecimento desses "elementos perturbadores" a respeito do que é esta vasta região ainda com traços selvagens. Lanego já alertou para isso:

"Al do desprevenido que se aventure nesta floresta. Para todos os lados que se vire é a mesma agressividade inelutável, os mesmos aspectos que se repetem e o desorientam, a mesma fereza fisionômica do matagal que o rodeia, o ataca e o encarcera. Al do prisioneiro da selva. Se o não socorreram com a experiência dos mateiros nunca mais de lá sai vivo." (1950, 61)

Porém nem tudo é hostilidade nesta escarpa chamada Serra do Mar. Com muito esforço, determinação e ambição, o colonizador foi aos poucos vencendo as adversidades do meio e terminou sedimentando a travessia do terreno acidentado. Assim, os primeiros abridores de picadas, os pioneiros, impelidos por um conjunto de motivações e incentivos, transpuseram a serra fundando no planalto povoados que se constituíram a origem da vida urbana paranaense. A fundação da vila de Curitiba em 1693, hoje o maior centro urbano do Paraná, resultou das incursões dos exploradores pelos "sertões curitibanos". No planalto, o meio urbano representado pelos povoados começou a existir, portanto, a partir dos séculos 17 e 18.

O movimento de viajantes e de animais de carga aumentava à medida que se desenvolvia a colonização dos planaltos interiores. O homem colonizador, filho de paulistas desbravadores de florestas, caçadores de índios, mercadores de tropas, sedentariza-se no planalto. O comércio e a troca, assim como a agricultura e especialmente a

pecuária, vão ser as razões para o povoamento se concentrar para o interior a partir do século 18. Com a imigração de europeus para o sul do país, durante o século 19, tal fato ganha contornos definitivos no que tange à ocupação do território. Nas palavras de Martins:

"Gestos de plantio, mas sobretudo de troca, que traziam no sangue, por uma tradição imemorial, e que exigiam um certo clima, uma paisagem familiar, o manuseio dos objetos conhecidos, a convivência com as árvores e animais domésticos. É por isso que esse homem preferiu os três planaltos interiores, por uma escolha consciente e voluntária, inegável e nítida: grupos e grupos de imigrantes eslavos e italianos, localizados pelo governo provincial nas regiões litorâneas, subiram a pé as encostas angustiosas da Serra do Mar, fechadas de florestas seculares, para virem respirar no primeiro planalto o ar que desafogava os pulmões e para conquistar as planícies em que enfim seria possível erguer cidades" (1989, 18)

Assim, é nos três planaltos que acaba se desenvolvendo a chamada "civilização paranaense". É claro que na costa litorânea a colonização também acontece, mas fatores diversos terminam por levar ao insucesso grande parte dos núcleos coloniais estabelecidos ali durante o século 19. Pode-se invocar aqui o fracasso da colonização eslava na região do litoral, onde o clima teve um significado até certo ponto interessante na mudança dos imigrantes para outros sítios. Da mesma forma não se deram bem os italianos para lá conduzidos primeiramente, mas estes pelo motivo de que as terras não proporcionaram as condições de exploração desejadas por eles.

Daí se originarem posteriormente migrações em massa quando os colonos se estabeleceram espontaneamente em outras regiões do Estado, ou em conjunto, ou diluindo-se em núcleos já anteriormente formados. É importante assinalar, entretanto, que nenhum desses núcleos se localizava na

Serra do Mar. Transpunha-se a serra, mas não se vivia nela. A vasta zona montanhosa permanecia praticamente deserta e anecúmena. A ação do homem, que desde essa época já se dirigia no sentido de restringir o domínio da floresta, não tinha muito êxito no espaço serrano. Sua condição física não oferecia recursos "preciosos" ao explorador.

É compreensível, portanto, que dentro do processo histórico de formação da cultura paranaense, a Serra do Mar seja vista muito mais como uma "região de passagem" do que uma zona de exploração econômica. Afinal a natureza serrana não abrigava os atrativos capazes de desencadear uma exploração nos moldes de outros espaços. Na verdade, foi somente isso que a livrou da ocupação destrutiva que alcançou as florestas dos planaltos. Martins, referindo-se às devastações das florestas paranaenses, já dizia há quase quarenta anos atrás:

"Florestas enormes, do quaternário recente (Maack), que camponeses oriundos de paisagens domesticadas há séculos não se sentiam com coragem de derrubar, nem tinham a ciência ou os meios de fazê-lo; florestas que, não podendo dominar, ou não sabendo utilizar, resolveu destruir, assimilando com incrível rapidez e facilidade os métodos aniquiladores das coivaras, e tão bem que dos 178.690 quilômetros quadrados de mata virgem primitiva existentes no Paraná, tinham sido devastados, até 1930, 38.800 quilômetros quadrados, e daí até 1945, mais 87.220 quilômetros quadrados." (1989, 25)

Com efeito, em sua marcha avalassadora o homem acabou em poucas décadas substituindo no Paraná a floresta, onde quer que ela se encontrasse, pelos campos serrados e limpos, isto é, refez rapidamente em sentido contrário, a marcha que a natureza só conseguiu fazer numa evolução milenar. A Serra do Mar foi em grande parte poupada do "martírio

secular da terra", de que falava Euclides da Cunha, quase cem anos atrás.

Por outro lado, isso não significa que o espaço serrano tenha ficado isento da interferência humana. Afinal, na sua trajetória o explorador tinha que atravessá-la. Nesse sentido, é a sua utilização para o traçado de algumas vias de comunicação que, progressivamente, assumiram um papel importante no desenvolvimento cultural e sócio-econômico do Paraná. Desde o tempo da colônia, passando pelo império e chegando até nossos dias, as comunicações interiores representam um elemento essencial na ocupação do território.

Na Serra do Mar, as estradas foram construídas a partir da necessidade de se efetivar a ligação entre o litoral e os planaltos. Quanto à escolha do traçado, não se seguiu outro critério senão o da economia de esforços na construção. Disso decorre que o aproveitamento de certos trechos dos caminhos já existentes se deu tanto para a construção de uma das primeiras estradas de rodagem do Estado, isto é, a Estrada da Graciosa, quanto da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. A construção de ambas foi executada na segunda metade do século 19. As outras estradas principais que hoje cortam o espaço serrano, a BR 277 e a BR 376, foram construídas depois da metade do presente século.

Não resta dúvida de que, desde o fim do Império até os dias atuais, as primeiras estradas tenham servido para articular o Paraná ao restante do território nacional e

mesmo com outros países. E que, por isso, tenham se destacado no processo histórico de produção do espaço paranaense. Este é um fato evidente se se toma como exemplo a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Através dela efetua-se ainda hoje o transporte de uma significativa parcela de produtos agrícolas do Estado. Afinal de contas é a estrada de ferro que dá acesso a um dos principais portos brasileiros de exportação e importação, o porto de Paranaguá. Cumpre assinalar também o fato de que nessa estrada há um dos maiores fluxos turísticos do Estado.

Quanto à Estrada da Graciosa, é necessário evocar o passado para ter-se uma idéia mais clara de seu papel atual. Se hoje ela é sobretudo uma atração turística, em outros tempos foi uma das principais vias de comunicação no que diz respeito à exploração econômica do Paraná. Tinha ela o mesmo fim econômico característico dos troncos de ligação que cortavam a Serra do Mar noutros Estados brasileiros, ou seja, o escoamento de produtos agrícolas e pecuários destinados à exportação assim como ao consumo das populações litorâneas.

Em resumo, essas vias de comunicação, que exerceram um peso enorme na fixação da imagem do espaço serrano como uma "região de passagem", representam uma marca do domínio do homem sobre a natureza. Pois elas permitiram que imigrantes e colonizadores expandissem as fronteiras do território paranaense e, desse modo, realizassem aquilo que pode ser

chamado de culturalização da natureza. Nas palavras de Martins:

"Quanto às estradas, de que esse homem fundamentalmente comerciante tinha necessidade como de ar, a sua falta foi talvez o principal entrave ao progresso do Paraná em geral e ao sucesso integral da colonização em particular... Através delas que o homem paranaense procurava afirmar, em face da paisagem enganosamente acolhedora, mas no fundo hostil e vingativa, os seus gestos tradicionais, que o impeliram para a sedentariedade e para o comércio, para a civilização urbana e o conforto" (1969, 18)

Se as estradas levaram a "civilização" para o interior bravo e selvagem do Paraná, não deixaram por menos a Serra do Mar. No espaço serrano, não obstante as dificuldades para a fixação humana, houve uma pequena ocupação verificada sobretudo nas margens das estradas e nas zonas de contato com a planície litorânea e com o primeiro planalto. Tal fato ocorreu primeiramente na porção oriental da serra, ou melhor, nas áreas conhecidas por "pé da serra", provocado pelo deslocamento de migrantes e imigrantes desde os primórdios da colonização do Paraná até tempos mais recentes.

As colônias aí instaladas, como a de italianos no município de Morretes e a de japoneses no município de Antonina, tiveram vida efêmera e não se expandiram localmente. Claro que no caso da cidade de Morretes, a herança italiana foi muito marcante, mas no "pé da serra" não houve ocupação expressiva. Quanto aos japoneses, todos migraram para outros lugares, quase nada restou.

As outras populações, ou descendem de antigos habitantes ou instalaram-se em tempos mais recentes na área. São pequenos proprietários e posseiros que vivem de atividades

tradicionais tais como a agricultura de subsistência e a extração de palmito. Foram ocupando esparsamente os fundos de vales e algumas áreas acessíveis, como pequenas encostas. Nas proximidades das grandes vias de comunicação tais como as rodovias estaduais e federais, também houve uma ocupação rarefeita nos últimos tempos principalmente na zona de contato com o primeiro planalto ou Planalto de Curitiba.

Outro aspecto dessa produção do espaço serrano refere-se às grandes propriedades privadas existentes em seu interior. Malgrado sua conservação ambiental ser assegurada por mecanismos legais, a área na sua maior parte não é de domínio público. A origem dessas propriedades pode ser encontrada ainda no século 19, decorrente de concessões públicas. Em tempos mais recentes, novos proprietários se instalaram na região, adquirindo a terra dos antigos donos ou apossando-se das terras "devolutas" que existiam na região. São justamente esses "novos donos" que desenvolvem algumas atividades econômicas como, por exemplo, a exploração da madeira e a criação de búfalos.

Do ponto de vista sócio-econômico, poder-se-ia dizer que também na Serra do Mar o tempo transformou-se em espaço. A região exibe a menor taxa de crescimento do Estado, decorrente do desenvolvimento desigual verificado no território paranaense ao longo de sua história. Por isso, a maioria da população que hoje habita o espaço serrano, além de enfrentar os problemas gerados pela disputa do solo, vive

numa situação muito precária no que diz respeito às condições de saúde, higiene e educação.

Por um lado, a disputa cada vez maior pelas terras mais baixas entre os pequenos e grandes proprietários, onde o primeiro sempre perde, por outro, o rigor da legislação concernente ao uso do solo através do tombamento dificultam a sobrevivência dessa população. Assim, eles se defendem como podem, sendo que muitos vão tentar a vida nas cidades vizinhas à região, principalmente Curitiba e Paranaguá. Diz o estudo do IPARDES (Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) sobre os pequenos proprietários:

"Nesse grupo de produtores, devido a essas condições de trabalho, está sendo cada vez mais constante a venda de sua pequena propriedade, ou mesmo o seu abandono, para se dedicarem a atividades urbanas. Acabam indo para a sede do município mais próximo, passando a desempenhar atividades de baixa remuneração, compondo o mercado informal de trabalho, ou até mesmo se valem de sub-empregos." (1991, 96)

Diante desse quadro final traçado, poder-se-ia supor que a Serra do Mar está sendo ocupada de modo mais intenso nos tempos atuais. De fato, como não poderia deixar de ser, essa paisagem vem sendo redesenhada pelo acúmulo de componentes construídos pelo homem. Através de diversas atividades têm-se imprimido traços humanos recentes tais como torres de transmissão, dutos, hidroelétricas, habitações, os quais, associados àqueles já existentes tais como rodovias, ferrovia, pontes, túneis, aterros, etc., dão uma face cultural expressiva à essa paisagem que, no passado, os primeiros exploradores chamaram de "Muralha verde".

Todavia, para muitos a natureza na Serra do Mar ainda se mostra misteriosa, acolhedora, sagrada e perigosa. Pois, de qualquer forma, a natureza resiste ali em seu estado quase original, sem transformações descaracterizadoras. E é isto que fundamenta sua imagem e sua percepção. Estas, comprometidas por condicionamentos históricos e ideológicos, impõem-se como uma espécie de "paraíso perdido" aos olhos de muitas pessoas. Trata-se, na verdade, de um reflexo daquela mentalidade que acompanhava os viajantes europeus dos séculos 17 e 18, verdadeiros turistas em viagem pelo imenso Brasil, com seu humanismo renascente e sua "visão do paraíso", para emprestar uma expressão de Holanda (1958)

No presente, já incorporada à cultura paranaense (e nacional), a Serra do Mar/Mata Atlântica ganha o título de Patrimônio Natural. É medida que o país começa a tomar consciência dos problemas ambientais e ecológicos, percebe-se a importância de sua preservação. Após séculos de uma relação marcada pelo antagonismo, busca-se introduzir um parâmetro que o elimine, tenta-se garantir a sobrevivência de um ecossistema complexo ameaçado pelo avanço da ocupação predatória, característica de nossa sociedade.

SERRA DO MAR: UM ECOSSISTEMA COMPLEXO

"CADA ECOSSISTEMA É UMA ORGANIZAÇÃO ESPONTÂNEA QUE, BASEADA EM SUPORTES GEOFÍSICOS DETERMINISTAS E EM SERES GENETICAMENTE DETERMINANTES, FAZ-SE A SI MESMO, SEM SER INCITADO OU OBRIGADO POR UM PROGRAMA, SEM DISPOR DE UMA MEMÓRIA AUTÔNOMA E DUMA COMPUTAÇÃO PRÓPRIA, SEM SER ORGANIZADO E ORDENADO POR UM APARELHO DE CONTROLE, REGULAÇÃO, DECISÃO, GOVERNO. PELO CONTRÁRIO, TODA ECO-ORGANIZAÇÃO NASCE DE AÇÕES "EGOÍSTAS", DE INTERAÇÕES "MÍOPE", DE COMUNICAÇÕES BANHADAS E POR VEZES SUBMERSAS NO VAGO, NO RUÍDO, NO ERRO, EM NICHOS OU EM MEIOS SEM CLAUBURAS NEM BARREIRAS, ABERTOS ÀS CORRENTES DE AR, DE ÁGUA, ABERTOS ÀS CORRENTES DE VIDA SELVAGEM (EVADIDOS, FORAS DA LEI E FUGITIVOS DE OUTROS ECOSSISTEMAS) ABERTOS A CORRENTES DE MORTE (VÍRUS, EPIDEMIAS). E É ATRAVÉS DESTA FERVIHAR CEGO, MÍOPE, EGOCÊNTRICO, ENTRE DESORDENS, DESTRUIÇÕES, PROLIFERAÇÕES INDESCRITÍVEIS QUE UM UNIVERSO - UMWELT - SE ORGANIZA". (EDGAR MORIN: 1977)

Antes de tudo, é mister precisar a noção de ecossistema utilizada aqui. Segundo Moran "o ecossistema define-se como as espécies que vivem num ambiente físico abiótico e as relações funcionais e estruturais que existem entre elas" (1990, 31). Com base nisto, podemos dizer que o ecossistema compreende tanto o biótopo, o meio físico, quanto a biocenose, o conjunto das interações entre os seres vivos de todas as espécies que povoam esse biótopo. Neste sentido é que a Serra do Mar constitui uma unidade complexa, pois ali o fator topográfico engendra uma certa organização ecológica, influenciando consideravelmente na ocupação humana.

A população humana, num ecossistema específico como a Serra do Mar, exerce um tipo de pressão sobre o meio natural que pode inviabilizar sua própria sobrevivência, além, é claro, de destruir as outras espécies que compõem o sistema ecológico. O problema se coloca, então, como uma ameaça generalizada ao meio ambiente serrano, desde a perda de sua biodiversidade até o comprometimento da vida da população humana que vive na Serra assim como nas áreas vizinhas.

A esse respeito Maack (1948), preocupado com o problema das florestas no Paraná, já denunciava o contínuo processo de desmatamento, o qual ameaçava também o espaço serrano. Mais recentemente Bigarella, um veemente defensor da preservação da Serra do Mar, alertou para a grandeza dos problemas ambientais na região, considerando principalmente os riscos de deslizamentos e as repercursões sociais e econômicas sobre a planície litorânea. Diz ele:

"Consideramos o desmatamento da Serra do Mar um problema de segurança: Segurança Ambiental e, conseqüentemente, Segurança Nacional, visto que, agredindo-se a natureza da região, serão inevitáveis os danos às vias de comunicação, à estrutura portuária e ao desenvolvimento sócio-econômico desta estratégica região". (Bigarella, 1978, 5)

Além da questão sócio-econômica a Serra do Mar é uma região que abriga, ao lado da extraordinária diversidade biológica, monumentos naturais de relevância cultural e ambiental. O viajante que a percorre muitas vezes não faz idéia da sua amplitude. Esta cadeia montanhosa corre paralelamente ao Oceano Atlântico, desde o norte do Espírito Santo até o norte de Santa Catarina, mantendo sua fisionomia de serra. No Paraná, as escarpas elevadas e abruptas formam uma região singular do ponto de vista geomorfológico, representando uma espécie de divisor de águas entre os rios que deságuam na bacia do rio Paraná e aqueles que correm para o Litoral. Nas palavras de Bigarella:

"A Serra do Mar constitui uma zona limítrofe entre o planalto meridional e a planície costeira. Além de representar um degrau (escarpa), forma serras marginais descontínuas, que se elevam de 500 a 1000m acima do nível do planalto, no estado do Paraná. A serra marginal de borda do planalto é mais escarpada do lado Atlântico do que do lado continental. É dotada de taludes íngremes e vertentes vigorosas tanto em relação ao primeiro planalto como em relação à zona pré-Serra do Mar e planície costeira."(1978, 19).

Nos trechos em que se apresenta individualizado, o território serrano paranaense recebe nomes locais tais como: Serra do Capivari; Serra da Virgem Maria; Serra dos Órgãos ou Ibiteraqueire (Maack, 1968), onde se encontram as maiores elevações do Estado tais como pico Paraná (1922m) e pico Caratuba (1898m); Serra da Farinha Seca; Serra do Marumbi, onde se situa o pico Marumbi (1547m) e o morro do Leão (1654m); Serra da Igreja; Serra das Canavieiras, Serra do Prata e Serra dos Castelhanos.

A linha montanhosa que constitui a Serra do Mar é interrompida em vários pontos por vertentes fortemente inclinadas que formam vales estreitos e profundos, onde correm rios caudalosos encaixados nas falhas e nas fendas rochosas. São esses cursos d'água que frequentemente apresentam as quedas tipo "véu de noiva". A rede de drenagem do espaço serrano forma uma espécie de emaranhado de traços sobre o terreno, pois trata-se de uma drenagem muito ramificada. Os pequenos rios, cujo número é gigantesco, deságuam nos cursos d'água em que o leito é mais largo. São esses rios maiores que definem as bacias hidrográficas existentes tanto no planalto interior, quanto no litoral.

Além dessa característica hidrológica, a escarpa da Serra do Mar é recoberta pela exuberante Mata Atlântica, considerada a floresta tropical mais ameaçada de extinção. Não obstante ela se estender pelo planalto interior, pelo menos no passado, é na região serrana que essa cobertura

florestal vai ter sua área nuclear. As condições pluviométricas com precipitações acima de 2.000mm/ano, associadas às temperaturas médias que variam entre 13°C e 21°C, traçam um quadro climático que revela sua íntima correlação com o relevo escarpado e com a vegetação.

A dinâmica climática do ambiente serrano é, aliás, um elemento que chama a atenção por suas particularidades. O perfil topográfico, bastante irregular e com fortes amplitudes caracterizadas pelo terreno escarpado, exerce uma influência capital sobre as condições climáticas. Ou seja, a distribuição dos ventos, o regime de chuvas, as condições de temperatura e umidade relativa estão muito associadas à paisagem natural, pois a escarpa serve como uma espécie de anteparo às massas de ar oceânicas.

Tanto isto é verdade que em alguns locais onde foram instalados postos pluviométricos do IAPAR (Instituto Meteorológico), verificaram-se os mais altos índices mensais e anuais de chuvas que ocorrem no Paraná. No posto Véu de Noiva, situado nas escarpas. por exemplo, a oferta hídrica é em torno de 3.000mm/ano (ITCF: 1987, 57). E é essa abundância de água que favorece a existência da floresta latifoliada úmida de encosta (Romariz, 1974), também chamada de floresta pluvial atlântica em virtude das atuações das massas de ar tropicais atlânticas.

Por outro lado, pode-se supor que a exuberância da floresta deve-se ao fato de ela ter se desenvolvido sobre um solo intrinsecamente fértil. No entanto, os solos que

servem de substrato para a existência da floresta, os quais derivam basicamente de rochas cristalinas - granitos e gnaisses -, não são férteis. Como já foi dito, o que exerce maior relevância na distribuição da vegetação são as condições de temperatura e de umidade, as quais, por sua vez, sofrem a influência do relevo.

Se, de um lado, apresentaram-se como um fator deplorável para os primeiros conquistadores "brancos" do território, as características físicas do espaço serrano não impediram que ele abrigasse há milênios inúmeros endemismos de flora e fauna e fossem constituir, no presente, o habitat natural de várias espécies ameaçadas de extinção. Sem dúvida, o complexo Serra do Mar/Mata Atlântica é, do ponto de vista ecológico, um ecossistema que se organiza a partir das interações entre os seres vivos que o constituem e destes com o meio físico.

Qualquer atividade turística desenvolvida na região deve considerar a complexidade do meio natural, sob pena da destruição irreversível de uma rica e variada gama de biomas específicos do ambiente serrano. Como a diversidade da vegetação é de altíssima importância para a vida selvagem na Serra, ela deve merecer um tratamento mais aprofundado.

À luz dos parâmetros adotados por Veloso & Góes Filho (1982) no Projeto RAMBRASIL, é possível tratar de maneira mais detalhada a estrutura da cobertura vegetal encontrada na Serra do Mar em sua porção paranaense. Basicamente a vegetação pode ser classificada em quatro tipos: Floresta

Ombrófila Densa Sub-Montana, Floresta Ombrófila Densa Montana, Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana e Refúgios Ecológicos. (Ver mapa 1)

A Floresta Ombrófila Densa Sub-Montana é a grande floresta que veste a serra entre 50 e 500-600m de altitude. Ocorre em sítios muito úmidos e frescos, cuja influência climática tem características tropicais que advêm do oceano próximo. Conforme Veloso e Góes Filho:

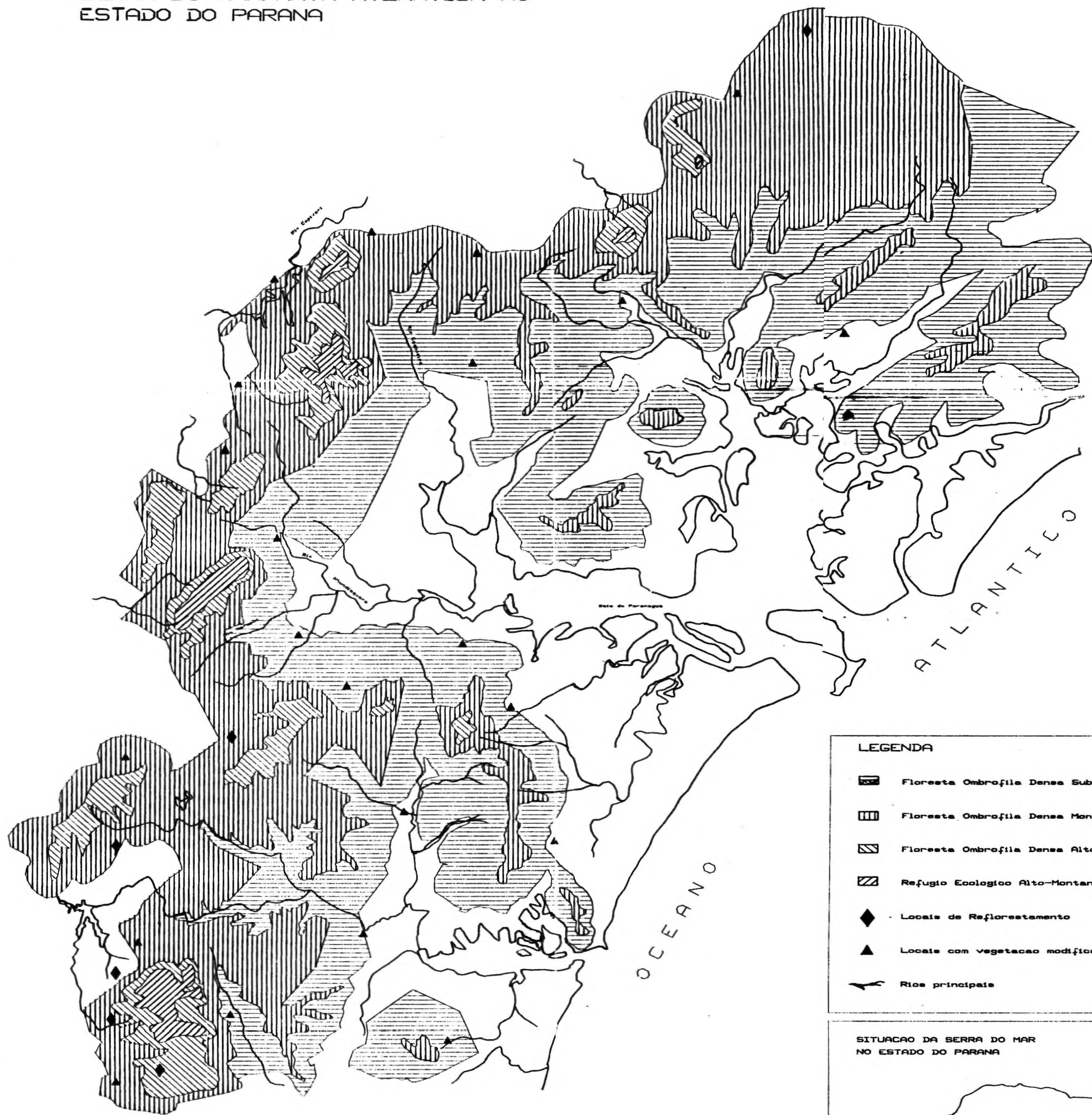
"É a formação florestal que ocupa o dissecado do relevo montanhoso e dos planaltos com solos profundos, revestidos de árvores com alturas mais ou menos uniformes. Apresenta uma submata de plântulas de regeneração arbórea, uns poucos arbustos, algumas palmeiras e maior número de lianas lenhosas. Suas principais características são as árvores de médio porte, raramente ultrapassando os 20 metros de altura. (1982, 49)

Em virtude de a ocupação humana se processar há longo tempo, as regiões da floresta submontana no Paraná estão hoje em dia bastante povoadas, do que resulta estarem os mamelões (morros mamelonares), em sua maioria, desnudados ou revestidos de capoeiras de variadas dimensões.


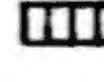

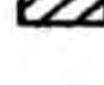



A distância do oceano influi muito nas condições mesológicas dos diferentes extratos desta floresta. As chuvas geralmente são abundantes, sendo que durante as estações secas a água se situa em maior profundidade, ampliando a espessura dos perfis edáficos. Na realidade, o fator primordial da distribuição vegetal nesta floresta são as relações de umidade ligadas ao relevo e ao solo.

A estrutura e a composição das diversas porções da Floresta Sub-Montana são variáveis, como variáveis são as condições dos ambientes em que ela nasce e viceja. São numerosas as espécies de plantas que fazem desta mata seu

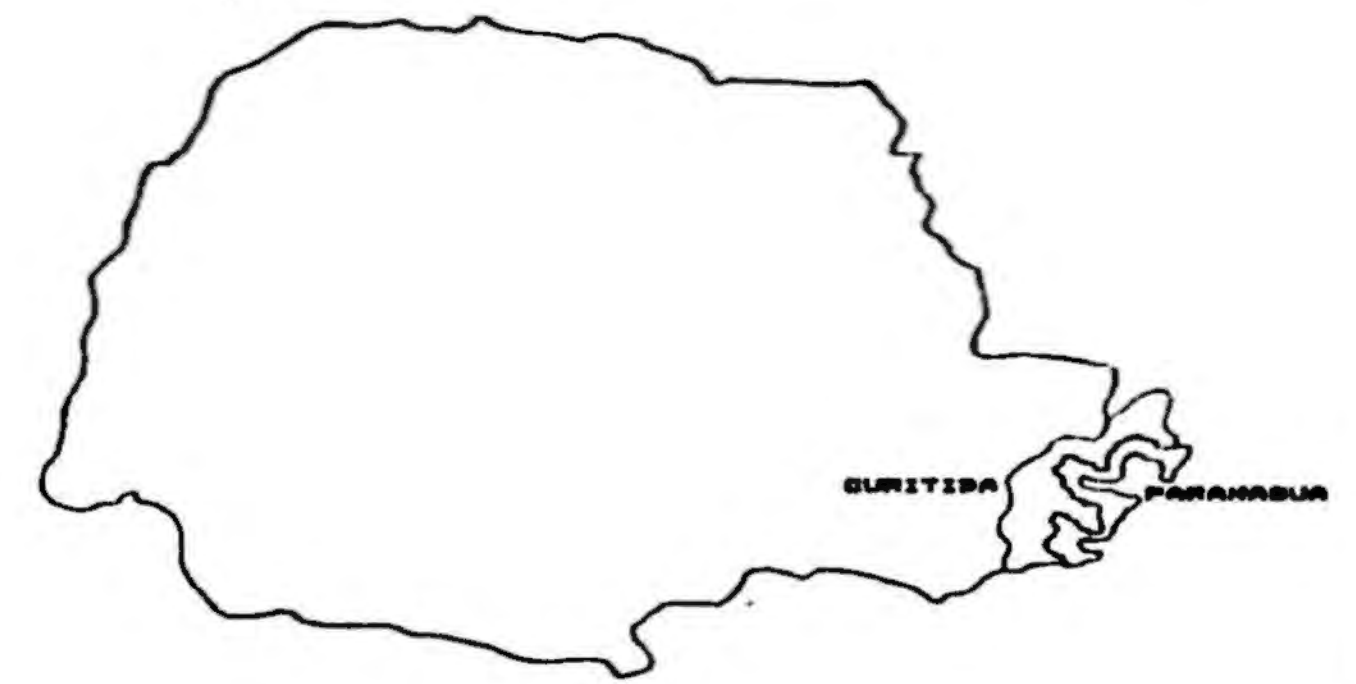
MAPA 1 - DEFINICAO DA VEGETACAO DO SISTEMA
SERRA DO MAR/MATA ATLANTICA NO
ESTADO DO PARANA



LEGENDA

-  Floresta Ombrofila Densa Submontana
-  Floresta Ombrofila Densa Montana
-  Floresta Ombrofila Densa Alto-Montana
-  Refugio Ecologico Alto-Montano
-  Locais de Reflorestamento
-  Locais com vegetacao modificada
-  Rios principais

SITUACAO DA SERRA DO MAR
NO ESTADO DO PARANA



ESCALA APROXIMADA 1:400.000

habitat. Há espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas de diferentes famílias vegetais, o que dá à floresta uma fisionomia rica e atraente do ponto de vista estético.

A Floresta Ombrófila Densa Montana, entre 500-600 e 1000-1200m, é notavelmente semelhante às formações sub-montanas em muitos aspectos, contudo, difere no patamar altimétrico. As declividades onde ocorre a floresta montana são mais acentuadas, além do ambiente que é mais úmido em virtude da elevação do terreno, do resfriamento do ar, e das precipitações abundantes. Segundo Veloso & Góes Filho:

"É a formação florestal do alto (cume) dos planaltos ou das serras, onde as florestas mantêm a mesma estrutura até próximo ao cume dos relevos dissecados, quando as árvores se tornam menores por ocuparem solos delgados ou litólicos. Sua estrutura florestal é representada por árvores de dossel uniforme (mais ou menos 20m), relativamente finas, de casca grossa e rugosa, com folhagem de tamanho reduzido e de consistência coriácea". (1962, 50)

No que concerne à composição e fisionomia da floresta montana, há a presença de várias famílias das quais algumas espécies são características da floresta mista com Araucária, uma mata típica dos planaltos interiores. Pois, a floresta montana possui formações também na vertente oeste da Serra do Mar, isto é, na zona de contato com o primeiro planalto.

No entanto, como o ambiente é fortemente influenciado pelas massas de ar oceânicas, as espécies desta floresta apresentam características muito próximas às das formações vegetais encontradas na vertente atlântica, bem como das espécies arbóreas mais expressivas que as constituem. Nos vales mais fundos, a vegetação é semelhante à da floresta

sub-montana e, nas grotas muito úmidas e providas de água permanente, a semelhança é por assim dizer, absoluta. Daí ser também uma mata cuja exuberância proporciona um espetáculo que encanta o observador.

Na porção que está em contato com o planalto, a floresta montana sofreu intensa ação antrópica através da derrubada de árvores de valor comercial por representarem madeiras nobres, e através da prática agropecuária. Isso pode ser observado, por exemplo, nas margens da BR 116 e da BR 376.

A última classe de floresta existente na Serra do Mar é a Floresta Ombrófila Alto-Montana, situada entre 1000 e 1200m acima do nível do mar. Conforme definição de Veloso & Góes Filho:

"É uma formação arbórea baixa (mais ou menos 5 metros de altura), do cume das altas montanhas capeadas por solos litólicos, com acumulações turfosas nas depressões. Sua estrutura é representada por arvoretas de troncos e galhos finos, casca grossa, fissurada e cobertas de folhagem nanofoliada, coriáceas. A composição florística desta formação é representada por famílias de dispersão universal, embora suas espécies sejam endêmicas, o que revela um isolamento antigo (refúgio cosmopolita)". (1982, 52)

Como se vê, essa cobertura vegetal diferencia-se das anteriores principalmente pelo porte das espécies, assim como pelo fato de habitar as encostas de maior declividade, chegando a alcançar as zonas onde as escarpas estão desnudas. Popularmente essa floresta é conhecida por "mata nuvígena" nos pontos em que a água evaporada se condensa em neblina, caindo em gotículas sobre as áreas elevadas.

Em virtude das condições de solo e de relevo, a exuberância não se repete da mesma forma que nas formações vegetais já citadas. Contudo, há também na floresta alto-

montana uma grande variedade de espécies, entre as quais algumas são características da floresta montana, visto que os limites de desenvolvimento das plantas nem sempre obedecem as altitudes fixas. No caso da floresta altomontana os limites inferiores podem ingressar abaixo dos 1000m, enquanto o limite superior não ultrapassa os 1400m.

Por fim, temos os refúgios ecológicos que, segundo definição proposta por Veloso & Góes Filho:

"trata-se de uma flora específica em ambientes menores como, por exemplo, os cumes litólicos das serras, as altitudes que influenciam no microclima, as áreas turfosas altas e, assim, toda a área que imprime à região ambientes dissonantes ao reflexo normal da vegetação".(1982, 65)

Esses refúgios também recebem a denominação de campos de altitude (Maack, 1968). Eles são encontrados nas altitudes superiores a 1200-1400m, podendo ocorrer em altitudes inferiores, especialmente em função da ação humana. As condições de solo, rasos e incipientes, não permitem o desenvolvimento de vegetação arbórea. No entanto, constitui um habitat importante para outras espécies tais como as formações graminóides-arbustivas de diversas famílias.

Além desses complexos ecológicos que constituem a cobertura vegetal da Serra do Mar no Paraná, cumpre assinalar a presença da vegetação secundária cuja existência está mais relacionada à ação antrópica. Isto é, a vegetação secundária constitui um conjunto de comunidades vegetais surgidas imediatamente após a devastação da floresta ou depois do abandono dos terrenos cultivados por um certo período, seja para atividades agrícolas ou pecuárias. Em

alguns pontos tal formação pode, às vezes, reconstituir a cobertura original, o que depende muito das condições do solo. Todavia, é mais comum haver o desenvolvimento de uma cobertura vegetal pobre de espécies e com a fisionomia pouco atraente.

Enfim, através da classificação fisionômico-ecológica proposta pelo Projeto RADAMBRASIL procurou-se mostrar o complexo vegetal que faz da Serra do Mar um verdadeiro mosaico de florestas que, apenas à primeira vista, tem o aspecto de uma cobertura contínua e homogênea. Em sua porção paranaense, estas florestas estão bem preservadas, sendo que uma parcela considerável ainda constitui-se de mata primitiva. Tal fato é significativo quando sabemos que o ecossistema brasileiro que mais sofreu com a insensata destruição causada pelo homem foi a Mata Atlântica. Uma devastação que não alcançou somente a flora, mas também dizimou a fauna deste rico bioma.

Na Serra do Mar no Paraná, a exuberância das formas e espécies vegetais serve de suporte para uma fauna também rica e diversificada. Nesses derradeiros e ínfimos tratos da Mata Atlântica representada pelo território serrano, Cabrera e Willink (ITCF: 1987, 70) utilizaram-se de uma nomenclatura nas descrições zoogeográficas com vistas a uma abordagem da fauna serrana. Segundo esses autores, as Províncias Paranaense (Distrito Serrano) e Atlântica possuem uma fauna bem definida com gêneros, espécies e subespécies endêmicos, em alguns casos também encontradas na Amazônia

com muitos vicariantes. É essa riqueza da fauna que dá complexidade ao espaço serrano e justifica a necessidade de considerá-la como um elemento fundamental na vida do ecossistema. Infelizmente várias espécies estão ameaçadas de extinção, especialmente por causa da caça predatória e ilegal.

Os animais que ali vivem dependem do ambiente e, ao mesmo tempo, interagem com ele através das ações mútuas que se operam na biocenose tanto em nível de complementariedade - associações, mutualismos, simbioses - como de antagonismos e concorrências - competições, rivalidades, parasitismos, predações, etc. Daí a importância de se perceber que a extinção de uma espécie não significará, unicamente, o fim daquele determinado animal, uma vez que sua existência faz parte de um ciclo interdependente. Outros animais também ficam ameaçados e o próprio ambiente como um todo.

Para finalizar, como já se pôde notar pelo que foi exposto, a Serra do Mar representa um ambiente ocupado por um mosaico de vegetação que serve de habitat para inúmeros animais. Mas, ao lado disso, ela é também uma região primordial para a vida da sociedade humana local e global. As consequências advindas de sua destruição seguramente serão desastrosas para o homem. A proliferação de pragas, enchentes, desabamentos, escorregamentos, etc constituem os efeitos mais imediatos, porém a longo prazo o resultado pode ser cataclísmico.

Por isso, toda atividade humana que ali se desenvolve precisa estar ajustada, de modo a evitar os males futuros. No caso do turismo, deve-se evitar o mal maior que é a sua auto-destruição, pois o turismo depende do meio ambiente serrano para sua própria existência. Portanto, torna-se extremamente necessário definir os limites e os modos de exploração turística do espaço serrano. Afinal, o turismo não pode destruir os sítios que o fazem viver.

Contudo, sem uma real e efetiva participação de todos os atores sociais envolvidos na problemática, nenhuma preservação e, portanto, nenhum aproveitamento turístico será possível, pois a possibilidade de combinar conservação ambiental e desenvolvimento turístico passa necessariamente por ações variadas e de grande interdependência, representadas por fatores sócio-culturais, econômicos, legais e políticos.

POLÍTICAS AMBIENTAIS E PROTEÇÃO DA SERRA DO MAR NO PARANÁ

"A CRIAÇÃO DO DOMÍNIO MENTAL DA FANTASIA ENCONTRA UM PARALELO PERFEITO NO ESTABELECIMENTO DE "RESERVAS" OU "PARQUES NATURAIS" EM LUGARES ONDE AS EXIGÊNCIAS DA AGRICULTURA, DAS COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA AMEAÇAM OCACIONAR MUDANÇAS NA FACE ORIGINAL DA TERRA QUE LOGO A TORNARÃO IRRECONHECÍVEL. UMA RESERVA NATURAL CONSERVA O ESTADO ORIGINAL QUE EM TODAS AS OUTRAS PARTES FOI, PARA NOSSO PESAR, SACRIFICADO À NECESSIDADE. TODAS AS COISAS, INCLUINDO O QUE É INÚTIL E MESMO NOCIVO, NELA PODEM CRESCER E PROLIFERAR LIVREMENTE." (SIGMUND FREUD)

As referências sobre o meio ambiente na Constituição Brasileira de 5 de outubro de 1988 são as indicações mais recentes no que diz respeito às políticas ambientais e às atribuições dos poderes públicos. Claro que a constituição anterior já tratava do tema, mas é a atual que procura aprofundar este tratamento .

Nela consta, no artigo 23 do Capítulo II, que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora, entre outras coisas. Da mesma forma, consta no artigo 24 que lhes compete legislar corretamente sobre: florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição; sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; bem como sobre a responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens de direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

A propósito disso, vale ressaltar a existência de uma legislação ambiental que define os princípios e prerrogativas que devem orientar os projetos de turismo,

especialmente nas áreas protegidas. O sistema de unidades de conservação composto por parques - nacionais, estaduais e municipais-, estações ecológicas e reservas análogas está apoiado numa legislação que serve de base para a gestão ambiental da atividade turística dentro destes espaços.

Além disso, tudo está relacionado ao zoneamento e à ordenação do território. O zoneamento ecológico-econômico é um dos principais instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e está legalmente determinado, tanto pela Constituição quanto pelas disposições da Lei Nº 6.938 e do Decreto 99.540/90, que instituiu a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional. Sua função é fornecer subsídios técnico-científicos para a elaboração de planos de ordenação do território.

Acrescente-se ainda o fato de que, no Brasil, a política de turismo conta com um importante instrumento para integrar conservação e desenvolvimento. Trata-se da criação das Áreas Especiais de Interesse Turístico, instituída pela Lei 6.513 de 20 de dezembro de 1977 e regulada pelo Decreto 86.176 de 26 de julho de 1981. São áreas especiais de relevante interesse histórico, paisagístico e cultural.

Outra referência constitucional de grande interesse consta no artigo 225, parágrafo 4º, do Capítulo VI. Diz ela:

"a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (SEDU: 1990, 16)

Esta referência deve ter seu valor analisado sob dois ângulos: pelo que representa como fundamento legal, quer dizer, algo embasado institucionalmente na Carta Magna do País, e pelo significado prático que ela possui. Dito de outro modo, ela delega em primeiro lugar ao poder público e à sociedade civil o dever de proteção àqueles espaços mencionados, determinando uma conduta concreta no sentido de protegê-los.

Em segundo lugar, ela condiciona o direito de propriedade naqueles espaços, que assim ficam sujeitos a um regime jurídico especial em razão do interesse público na sua preservação, após reconhecidos como dotados de valor cultural, histórico e paisagístico. Por conseguinte, a limitação ao direito de propriedade aqui não é mero condicionamento à sua função social. É mais do que isso, pois é uma limitação que sujeita o bem a um regime jurídico especial, como bem de interesse público.

Por outro lado, ao estabelecer-se na Constituição que esses espaços estão sob a proteção especial do poder público, impõem-se a todas as entidades dotadas de poder público, isto é, União, Estados e Municípios, não só a competência, mas o dever mesmo de organizar-lhes a tutela mediante legislação e planos adequados. Assim, nos termos da norma constitucional, continua a existir a competência

cumulativa da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre o assunto, organizar e executar planos destinados à defesa daqueles espaços naturais.

No caso específico da Serra do Mar, é importante observar que a execução da política ambiental é anterior à promulgação da atual Constituição. O Estado de São Paulo, no exercício de sua competência definida em Constituições passadas de âmbito federal e estadual, utilizou-se, já em meados dos anos oitenta, de instrumentos legais para promover a proteção da porção do espaço serrano existente no seu território. O instrumento usado pelo governo paulista foi o tombamento. O tombamento pode ser visto como um meio de atuação por parte do poder público para a efetivação da proteção dos bens culturais ambientais. Segundo Silva:

"os instrumentos primários de atuação protetora dos bens culturais ambientais se convergem para o tombamento desses bens. A proteção destes bens assenta-se no reconhecimento, pelo órgão competente (no âmbito federal, estadual ou municipal), de seu valor histórico, arqueológico, artístico ou paisagístico. Esse reconhecimento, que se traduz na inscrição do bem no livro especial, chamado Livro do Tombo, é que o transforma em patrimônio histórico, arqueológico, artístico ou paisagístico, com todas as consequências jurídicas previstas na lei." (1981, 30)

Como se vê, o reconhecimento do interesse público sobre um bem e sua caracterização como patrimônio, no caso do tombamento mais do que em qualquer outro, obedece a uma espécie de rito legal. Quanto à sua origem e objetivos, foram definidos há muitas décadas atrás no Decreto-Lei N^o 25 de 1937 que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No Estado do Paraná, esse Decreto-Lei serviu de base para o tombamento da Serra do Mar no trecho paranaense. Mas

além de estar embasado nesse decreto federal, o tombamento deu-se a partir de uma lei de âmbito estadual. É a Lei N^o 1211, de 16 de setembro de 1953, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná. O artigo 1^o dessa lei define o seguinte:

"constitui o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana." (SEDU: 1990, 372)

O tombamento é considerado uma instituição legal de grande credibilidade, que de forma alguma impede o uso ou esvazia a propriedade particular, mas, basicamente, regulamenta seu uso de modo a assegurar a manutenção e cumprimento da finalidade pública do bem tombado. Na verdade, o tombamento sujeita o bem tombado, qualquer que seja a sua natureza, a um regime jurídico especial, determinando algumas situações jurídicas desfavoráveis aos sujeitos passivos da disciplina de tutela que tradicionalmente se enquadram entre as limitações do direito de propriedade.

Apesar de ser, dentre todos os meios específicos de intervenção do poder público na propriedade privada, aquele em que a intervenção é a mais branda quando comparada com outras intervenções tais como a desapropriação, servidão administrativa, requisição, ocupação temporária e limitação administrativa, o tombamento não deixa de subordinar a propriedade a um regime legal rigoroso. Assim, quem tentar

"burlar" o tombamento corre o risco de ser punido nos termos previstos pela lei.

O estatuto do tombamento já havia sido aplicado no Paraná noutros lugares como, por exemplo, na Ilha do Mel, em 1973, e do Superagui, dez anos depois. A Serra do Mar, por sua vez, já contava com inúmeros meios legais de proteção, havendo até mesmo casos de superposição de leis. A proposta do tombamento foi estruturada, então, como uma maneira de unificação legal, uma espécie de "Consolidação das Leis de Proteção à Serra convenientemente organizadas" (SECE: 1987, 86).

Levando em conta esta situação e a magnitude da questão ambiental na região, o CEPHA (Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico), ao final de um processo que durou cerca de cinco meses onde estiveram envolvidos a Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico e um grupo de trabalho composto por técnicos de diferentes especialidades, homologou o tombamento do espaço serrano inscrevendo-o no Livro do Tombo em 25 de julho de 1986, data esta, posterior ao lançamento do Edital do Tombamento, que tinha acontecido no Dia Nacional do Meio Ambiente - em 5 de junho -, que coincidiu com o primeiro aniversário do tombamento da Serra do Mar, em São Paulo. Nessa ocasião em que foi realizada uma cerimônia festiva ao ar livre, na Estrada da Graciosa, e tornado público o edital com as respectivas normas de uso e a delimitação da área. O tombamento, além de proibir qualquer ação descaracterizadora

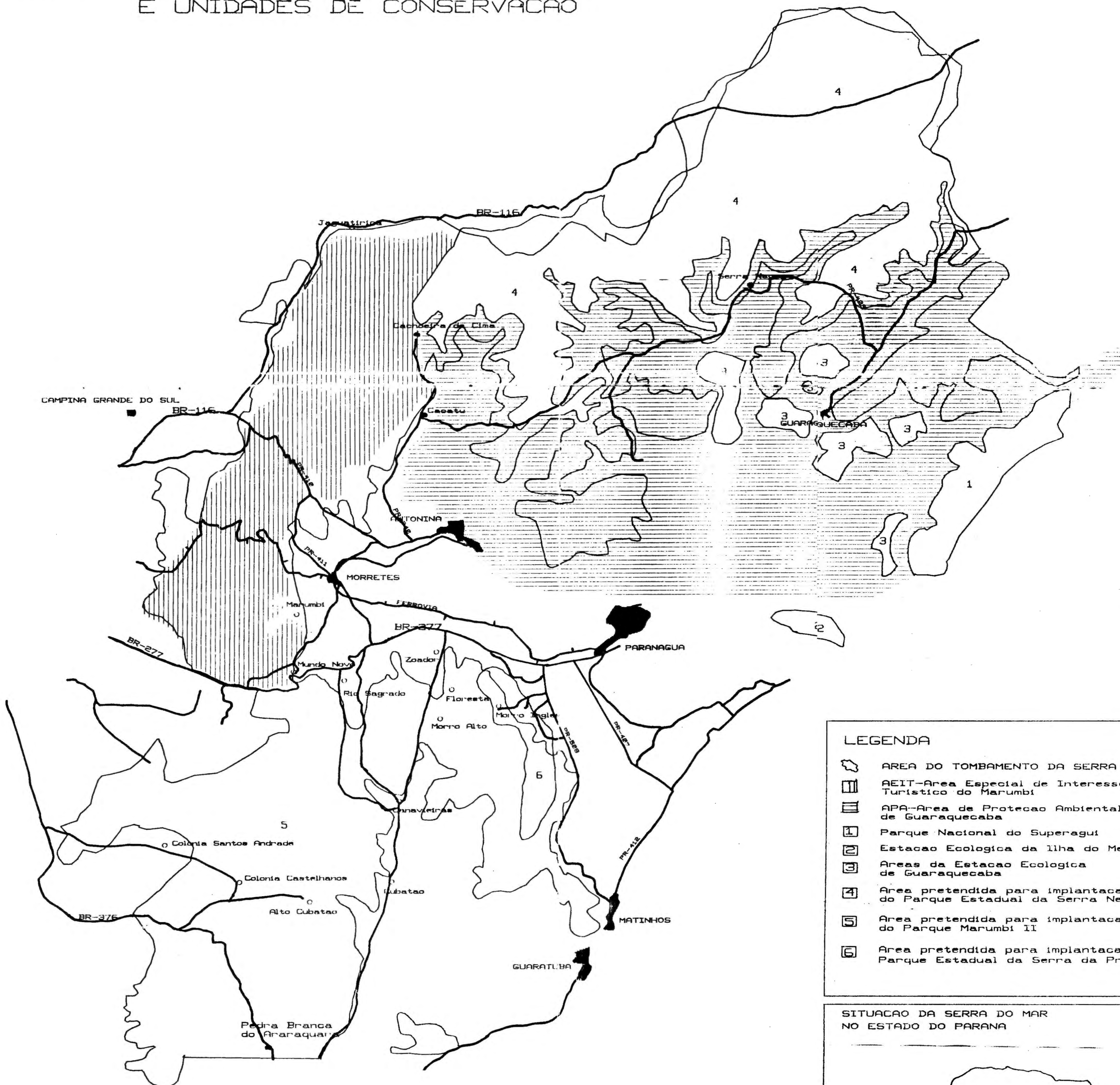
da paisagem serrana, estabeleceu que todo projeto terá que possuir autorização do CEPHA.

A área tombada (configurada no mapa N^o 2), que inicialmente abrangia 562.000 hectares, foi reduzida no final do processo de tombamento a 376.000 hectares inscritos no Livro do Tombo. Esse recuo no perímetro da área tombada restringiu a proteção exclusivamente ao maciço serrano. Foram excluídas, atendendo a diversas alegações, os morros íngremes, morros baixos, várzeas, rampas, mangues e restingas da planície litorânea, além de morros isolados e de ilhas. O voto do conselheiro relator Roberto Ribas Langue ilustra em certas passagens as duas faces do processo. Diz ele:

"Todo o esforço desenvolvido pelo Grupo de Trabalho instituído para apoio técnico e institucional ao processo de tombamento da Serra do Mar foi no sentido de identificar e caracterizar as unidades naturais de organização desta parcela de nosso território reconhecida por todos por sua individualidade. Ampliou-se, porém, o raio de ação protetora, ao expendi-la para fora da região de paisagem natural da Serra do Mar, ainda que abrangendo apenas áreas onde plenamente se justificam medidas de proteção. O debate aberto pelo edital de tombamento reorientou os trabalhos e área foi revista, restringindo-se exclusivamente à paisagem natural da Serra do Mar, que agora propomos tomar". (SECE: 1987, 148)

Como era de se esperar, houve reações contrárias ao tombamento, orquestradas, especialmente, por empresários do setor madeireiro que tinham planos de explorar a floresta em algumas áreas; por proprietários interessados na exploração de suas terras; por prefeitos preocupados com o futuro de seus municípios e até mesmo pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, que desempenha um importante papel na região litorânea. Na verdade, a situação conflitante criada a partir do

MAPA 2 - Tombamento da Serra do Mar e Unidades de Conservação



LEGENDA

- AREA DO TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR
- AEIT - Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi
- APA - Área de Proteção Ambiental de Guaraquecaba
- Parque Nacional do Superagui
- Estação Ecológica da Ilha do Mel
- Áreas da Estação Ecológica de Guaraquecaba
- Área pretendida para implantação do Parque Estadual da Serra Negra
- Área pretendida para implantação do Parque Marumbi II
- Área pretendida para implantação do Parque Estadual da Serra da Prata

SITUAÇÃO DA SERRA DO MAR NO ESTADO DO PARANÁ



ESCALA APROXIMADA 1:400.000

19 20

19 15

25 30

25 30

19 00 4 GREENWICH

19 15

tombamento caracterizou a já conhecida oposição entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico.

Finalmente, o movimento contrário ao tombamento conseguiu, através de pressões políticas dos municípios englobados e das impugnações, principalmente dos grandes proprietários de terras, diminuir os limites propostos inicialmente, excluindo do perímetro importantes áreas naturais que, apesar de ficarem sob a proteção de outros mecanismos legais, não são reconhecidas como áreas tombadas. A redução excluiu áreas do planalto e da planície costeira constituídas por um delicado sistema de interdependência que também precisam de proteção.

A esse respeito, aliás, os técnicos envolvidos no processo de tombamento tiveram diferentes reações. Para uns, foi preciso recuar, garantindo assim a proteção da Serra. Já outros viram como um momento crucial que deveria ter sido aproveitado no sentido de se protegerem áreas naturais tão frágeis quanto o espaço serrano. Diz um técnico:

"as restrições não prejudicaram. O tombamento de grandes áreas é uma figura relativamente nova e o litoral já tinha suas próprias leis de proteção. No momento, era muito importante trabalhar sobre a Serra porque ainda existem outras armas legais para proteger as áreas que ficaram fora. No caso, o que não podíamos esquecer é que a Serra é a Serra e precisa ser protegida". (SECE: 1987, 89)

Sobre o mesmo assunto observa outro técnico:

"a área tombada deveria ser ainda maior do que inicialmente proposta. As áreas que ficaram fora possuem um instabilidade tão grande quanto a própria Serra. A planície litorânea deveria estar incluída. Talvez seja muito difícil tombá-las depois. Acho que perdemos uma oportunidade". (SECE: 1987, 90)

Por outro lado, a problemática do tombamento atingia, no seu conjunto, o interesse das camadas sociais mais baixas que vivem na região. Diferentemente dos interesses de grupos dominantes ali projetados, os moradores desenvolvem atividades de subsistência como a exploração do palmito que, de certa forma, ficariam dificultadas pelas leis do tombamento. Os próprios técnicos reconheceram tal fato ao inserir nas normas de uso alguns itens que permitissem a extração controlada do palmito. A exemplo do manejo sustentado do palmito, também permitiu-se a utilização econômica de algumas espécies vegetais tais como o cipó e as plantas ornamentais.

Ainda com relação às comunidades locais, vale ressaltar a questão do seu envolvimento no processo de tombamento do espaço serrano. Com exceção das notificações dirigidas aos proprietários de terras, e ao chamamento de alguns representantes dos municípios da região, o processo ficou caracterizado por uma magra participação dos moradores da área tombada.

Com efeito, houve pouco envolvimento das comunidades, e isto gerou opiniões adversas, visto que os moradores não tinham ciência da importância da medida, dos reais efeitos sobre suas vidas, assim como do papel sobre suas vidas, na preservação da região. Vai nessa direção esta colocação:

"Embora os aspectos antropológicos levantamento das aspirações, condições de existência e trabalho, da cultura, enfim, dessas populações não tenham sido suficientemente contemplados no processo de tombamento, o contato com eles é de fundamental importância. Isto porque os moradores locais, conhecedores da área, são capazes de exercer uma fiscalização efetiva sobre tentativas de depredação por parte daqueles que, não sendo da região, vêem a terra apenas como valor de troca e não de uso". (SECE: 1987, 92)

De qualquer forma, o tombamento da Serra do Mar efetivou-se tendo como objetivo a preservação da paisagem natural, de grande valor histórico e cultural e, ao mesmo tempo, a manutenção das matas nativas que representam a maior reserva de floresta primitiva do Estado do Paraná, onde 95% da cobertura vegetal autóctone já foi destruída. O espaço serrano possui 3,5% dos 5% ainda restantes.

Neste ponto, é importante mencionar a validade das normas de uso incluídas no edital de tombamento. Não obstante seu caráter generalizante e burocrático, são essas normas que especificam as diversas atividades em seus diferentes aspectos, bem como definem o que pode e o que não pode ser feito na região. Tais normas, definidas como "normas gerais", procuram conciliar, na medida do possível, os objetivos do tombamento com as aspirações do desenvolvimento regional. Na opinião de um técnico:

"as normas de uso, resultantes do processo, são restritivas mas não são intolerantes. Podendo-se considerar ao nível de generalidades nelas contido muito melhores do que quaisquer outras. Pois são normas que permitem atividades produtivas desde que adequadas às condições do local onde ocorrem". (SECE: 1987, 86)

De acordo com as normas, toda instalação, ampliação, reforma ou recuperação de obras ou atividades existentes na área compreendida pelo tombamento dependerá de anuência prévia (caso a caso) da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, após análise dos planos e/ou projetos, e do

relatório de impacto ambiental. Em seus traços gerais tais normas especificam as seguintes atividades: mineração; silvicultura e extração vegetal; agricultura e pecuária; indústrias, infra-estrutura viária; infra-estrutura energética; infra-estrutura geral; atividades de turismo, de lazer, científicas, culturais, esportivas, de serviços diversos e públicos. Para todas essas atividades são descritos os princípios, contendo as restrições e as permissões que deverão ser observadas no momento da sua execução.

No caso das atividades de lazer turístico, as especificações feitas descrevem aquilo que deve ser observado na implantação de instalações e equipamentos voltados para o seu desenvolvimento. Também são especificados os casos onde não será concedida anuência para execução e/ou implantação das instalações e equipamentos. Além disso, é ressaltado o tratamento especial que será dedicado a algumas áreas tais como as áreas devolutas, os sítios arqueológicos e os caminhos históricos.

Na realidade as normas estabelecidas pelo tombamento nada mais são do que princípios gerais de utilização, importantíssimos, é claro, para a proteção e preservação da região. Todavia, para cumprir esse papel, elas deveriam ser melhor conhecidas pela população serrana. Do mesmo modo, deveriam ser aperfeiçoadas no sentido de incentivar atividades econômicas não predatórias.

Contudo, o detalhamento mais particularizado das normas parece ter relação com as unidades de conservação existentes dentro do limite do tombamento. A propósito das unidades, cabe lembrar que a área objeto do tombamento compreende também a Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi e parte da Área de Proteção Ambiental - APA - de Guaraqueçaba (Ver mapa N^o 2).

Não se confundindo com a área tombada, a AEIT do Marumbi não se diferencia, no entanto, da origem e dos objetivos do tombamento, podendo ser vista como uma área intrinsecamente articulada ao processo de conservação e preservação da Serra do Mar paranaense. Nela os primeiros esforços de preservação foram feitos antes mesmo de tomarem forma as medidas de proteção da Serra como um todo. A maior parte dessas tentativas foram frustradas pelo desinteresse político ou pela negligência do poder público.

Por outro lado, os esforços de preservação que foram feitos se caracterizaram como sendo um movimento favorável à criação de um parque devidamente embasada numa legislação. Esta idéia era defendida por simpatizantes da questão serrana que, sozinhos ou em grupo, lutavam incasavelmente. Preocupados com os problemas ambientais na região eles compreendiam que era necessário recorrer a meios legais para protegê-la. As reivindicações dos ecologistas solitários foram atendidas, em parte, muitos anos depois. Contudo, não tiveram vida longa pois elas não foram cumpridas.

Em 1978, desta vez em nível estadual, o governo declarou de utilidade pública uma área de cerca de 76.000 hectares, abrangendo parte da face leste da Serra da Prata, nos municípios de Matinhos e Paranaguá, e áreas localizadas nos municípios de São José dos Pinhais, Antonina, Morretes e Campina Grande do Sul, respectivamente os Projetos Marumbi II, com 6.000 ha., e Marumbi I, com 70.000 ha., que formariam o Parque Estadual do Marumbi.

A delimitação deste Parque foi feita com base no trabalho de vários especialistas, sob a coordenação de Bigarella (1978), sobre a Porção Oriental da Serra do Mar no Paraná. Na verdade, foi um estudo solicitado pelo próprio governo através da Secretaria Estadual de Planejamento, diante das pressões e recomendações de especialistas preocupados com a questão ambiental na Serra do Mar. Diz o plano:

"O Governo do Estado, sensibilizado pelo grave problema da depreciação dos ecossistemas naturais englobados na Serra do Mar ocasionados pela ação humana, e ciente da necessidade de preservar os seus valores naturais, assegurar a proteção contra o assoreamento das Baías de Paranaguá e Antonina, provocado pelo depósito de materiais trazidos pelos rios, assegurar o abastecimento de água à Região Metropolitana de Curitiba e cidades do litoral, além de proporcionar opções de lazer e recreação, iniciou em 1978 o processo de criação do Parque Marumbi." (ITCF: 1978, 3)

No referido processo, dever-se-ia dar sequência aos trabalhos técnicos para a formulação do projeto final do Parque: o levantamento da situação dominial, o mapeamento do perímetro, a análise dos indícios jurídico-administrativos, as pesquisas de campo, etc. Não obstante todo esse trabalho, a proposta do Parque Marumbi, que inicialmente tinha uma extensão cinco vezes maior, não se concretizou.

Assim, nem mesmo os 76.000 ha. previstos no decreto chegaram a ser efetivamente desapropriados.

A negligência do poder público, associada ao desinteresse da sociedade civil, fez com que o decreto caducasse, ou seja, não fosse cumprido dentro do prazo legal. Como decorrência disso, em 1983 os projetos foram engavetados, amarrados pela inércia e embalados pela burocracia. Nem mesmo os esforços empreendidos durante o mesmo ano pelo chamado "movimento ecológico do Paraná", que realizou um Congresso Pró-Implantação do Parque Marumbi, tiveram sucesso.

Um ano após estas tentativas fracassadas de implantação do Parque, surgiu uma luz no fim do túnel. Foi adotada uma nova estratégia, onde se fez uso de um instrumento considerado tão eficaz quanto o conceito de parque, isto é, a Área Especial de Interesse Turístico, criada pela Lei Federal Nº 6513, de 20 de Dezembro de 1977, e regulamentada pelo Decreto Nº 86.176, de 6 de Julho de 1981. Segundo a Legislação Ambiental Federal:

"Áreas Especiais de Interesse Turístico são trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico." (SEDU: 1990, 105)

No caso da AEIT do Marumbi, o Projeto-Lei baseado na lei acima mencionada foi submetido à Assembléia Legislativa do Estado, sendo aprovado na íntegra. Posteriormente, o governo estadual, no exercício de sua competência, sancionou a Lei Nº 7.719, de 22 de Outubro de 1984, criando a Área

Especial de Interesse Turístico do Marumbi, no mesmo espaço delimitado anteriormente como Parque Marumbi. Com um perímetro de 66.732,99 hectares, a AEIT do Marumbi abrangeu parte dos municípios de Morretes, Antonina, Piraquara, Campina Grande do Sul, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

Pouco mais tarde, através do Decreto Nº 5308, de 18 de Abril de 1985, o governo estadual regulamentou a Lei Federal supracitada, aprovando o regulamento que disciplina o controle e as condições para ocupação do solo na AEIT do Marumbi, considerando os aspectos relativos aos bens de valor histórico, artístico, arqueológico, ou pré-histórico, à proteção dos recursos naturais renováveis, às paisagens notáveis e às localidades e acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas e de lazer.

Essa regulamentação definiu também a ação governamental na AEIT do Marumbi, a qual deveria ter como escopo a manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público, assim como possibilitar o desenvolvimento de atividades turísticas, recreativas, desportivas e de lazer. Tudo isso de maneira a assegurar:

" I- O uso em comum pelo povo, possibilitando a todos os cidadãos o contato com a natureza;

II- A proteção dos recursos naturais renováveis, a preservação da paisagem, monumentos e bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico, bem como dos mananciais de abastecimento d'água, a navegabilidade e piscosidade dos rios e da Baía de Paranaguá e a conservação das demais vias de comunicação;

III- A utilidade dos recursos naturais para fins científicos, educativos e culturais;

IV- A alocação de recursos e incentivos necessários à consecução dos objetivos anteriores."

(SEDU: 199, 451)

A fim de compatibilizar a ocupação do solo com a preservação, restauração, recuperação ou valorização do patrimônio cultural e natural existente na AEIT do Marumbi, no caso de quaisquer práticas sociais, o regulamento determinou que deveriam ser formulados Planos Globais, Específicos e Particularizados de Gerenciamento da Área. A elaboração do Plano Global e Específico da AEIT do Marumbi ficou sob a responsabilidade do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), conforme a metodologia própria para Áreas Especiais de Interesse Turístico.

Juntamente com isso, o referido órgão ficou encarregado da supervisão das ações das pessoas físicas ou jurídicas; da coordenação das atividades dos demais órgãos da administração pública estadual; da compatibilização da atuação de todos os organismos oficiais, zelando pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas no Regulamento e no Plano Global de Gerenciamento.

Em todas essas ações político-administrativas, o ITCF conta com a ajuda do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEDA), e do Conselho Territorial do Litoral Paranaense. Cabe ainda assinalar a instituição da Câmara de Apoio Técnico da AEIT do Marumbi, destinada a examinar, assessorar e aprovar os Planos Específicos e Particularizados de Gerenciamento, bem como a manifestar-se sobre outros assuntos, quando solicitada pelos demais órgãos da administração estadual atuantes na área.

De modo simplificado, pode-se dizer que o Plano Global e Específico compõe-se das seguintes partes:

I- Localização e limites;

II- Diagnóstico geral da Área, onde se abordam seus aspectos fundiários, físicos, sociais, florísticos e faunísticos, potencial turístico e paisagens notáveis;

III- Zoneamento global, detalhando as formas de utilização das diversas partes da Área e a definição das seguintes zonas características: Zonas Intangíveis; Zonas Primitivas; Zonas de Uso Extensivo; Zonas de Uso Intensivo; Zonas Histórico-Culturais; Zonas de Recuperação; Zonas de Uso Tradicional; Zonas de Uso Excepcional; Zonas de Uso Especial;

IV- Normas e procedimentos para utilização de cada uma das zonas.

Por fim, o Plano Global da AEIT do Marumbi contém as Disposições Gerais e Transitórias, onde são discriminadas as restrições e as permissões no que diz respeito ao uso do solo e desenvolvimento das atividades pertinentes. Em suma, utilizando-se dos conhecimentos do sistema natural da região, do levantamento sócio-econômico, de normas de administração de parques e áreas especiais, o plano especifica as formas de utilização da AEIT segundo o zoneamento técnico.

Em outras palavras, isso significa que ele não vai além da caracterização do espaço e do estabelecimento das normas de uso e ocupação do solo, deixando de contemplar, portanto,

as formas de alocação de recursos e incentivos necessários ao desenvolvimento turístico, considerando a preservação do patrimônio natural e cultural.

Outra importante unidade de conservação envolvida pelo tombamento é a APA de Guaraqueçaba. Localizada no litoral norte do Estado do Paraná, abarcando cerca de 313.000 hectares, a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba foi criada pelo Decreto Lei Nº 90.883, de 31 de outubro de 1985. Segundo o artigo 1º do Decreto Federal:

"Fica declarada Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Guaraqueçaba, localizada nos municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá, no Estado do Paraná, com o objetivo de assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas de Floresta Pluvial Atlântica, onde encontram-se espécies raras e ameaçadas de extinção, o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis), as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional, bem como controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas e estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região." (SEDU: 1990, 128)

Na realidade, a APA de Guaraqueçaba é uma das reservas federais de uso direto, ficando assim sob a responsabilidade do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que está subordinado à Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). O órgão federal referido administra a Área em articulação com diversos órgãos do Estado do Paraná, entre os quais a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA) e a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Encontram-se circunscritas no perímetro da APA de Guaraqueçaba (Ver mapa Nº 2), como unidades protegidas: reservas ecológicas; estações ecológicas; áreas naturais tombadas e o Parque Nacional do Superagui. Finalmente,

destacam-se na parte continental vastas porções naturais ainda possuidoras de características ambientais originais, assim como comunidades antrópicas localizadas em minifúndios e latifúndios. Já a porção onde está o complexo estuarino-lagunar é formada por ilhas, mangues e restingas. Essas duas porções constituem, por assim dizer, uma macro-área composta de ambientes distintos.

No caso da proteção da área de Guaraqueçaba, pode-se dizer que o decurso dos acontecimentos forçou tal situação. Afinal a implantação da reserva foi feita num período em que o poder público se voltou de forma mais séria para o problema ambiental na região, pressionado por fatores internos e externos. De qualquer forma, as políticas ambientais colocadas em prática ali serviram para reforçar os mecanismos de proteção da Serra do Mar.

Quanto ao funcionamento da APA de Guaraqueçaba, há todo um elenco de normas no próprio Decreto que a criou, indicando as atividades a serem encorajadas ou incentivadas, bem como as que deverão ser limitadas, restringidas ou proibidas, a partir do procedimento do zoneamento. A propósito do zoneamento, é preciso fazer referência ao Plano de Gerenciamento de Guaraqueçaba, cuja formulação está sendo feita pela SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental), uma organização não-governamental que recebe apoio da entidade conservacionista norte-americana The Nature Conservancy (TNC) e do IBAMA.

Já em fase final, o plano visa basicamente servir como uma referência para equacionar o problema da compatibilização entre conservação e desenvolvimento na região. O que se pretende é fazer com que o plano seja utilizado como alavanca para o desenvolvimento sustentado na região de Guaraqueçaba. Um exame mais profundo do conteúdo desse plano, assim como uma avaliação de sua eficácia, só será possível no momento posterior à sua realização.

Completam o quadro de unidades de conservação englobadas pelo perímetro do tombamento as áreas previstas para implantação do Parque Estadual da Serra Negra, da Serra da Prata e o Marumbi II. Nenhuma delas tem ainda limites definidos. Em realidade, todas essas unidades encontram-se na fase de estudos e levantamentos, sendo que os projetos destinados à sua criação deverão ser submetidos ao crivo das políticas ambientais propugnadas para a região.

No caso do Parque Estadual da Serra Negra, os trabalhos se resumiram até o momento no levantamento cartográfico da área por parte do ITCF, órgão público também encarregado de administrar a AEIT do Marumbi. Após o mapeamento inicial pretende-se dar seguimento aos trâmites burocráticos para a efetiva criação do parque. Por enquanto, tudo indica a boa disposição do governo estadual neste sentido. Contudo, diante das marchas e contramarchas nas esferas da política e da administração pública, as promessas tornaram-se pouco convincentes. Resta esperar e pressionar o poder público

para que a área seja protegida por mecanismos legais mais eficientes.

No que concerne ao Parque Marumbi II, cujo próprio nome é indefinido, sua implantação também está na fase de estudos e levantamentos. Um trabalho realizado pelo IPARDES, em 1991, denominado "Diagnóstico Físico-Ambiental da Serra do Mar - Porção Sul", representa a indicação mais recente das ações do poder público na área. O referido trabalho fornece um conjunto de informações sobre os aspectos físicos (geologia, solos, etc.), fundiários, e a caracterização sócio-econômica da população que habita a área pretendida para instalação do parque.

No caso do Parque Estadual da Serra da Prata, os estudos e levantamentos estão incluídos no mesmo trabalho do IPARDES supracitado, pois localiza-se na porção sul da Serra. Cabe lembrar que a área é, há muito tempo, visada para a proteção ambiental das encostas serranas voltadas para o litoral. Tal fato já foi aqui relatado quando do tratamento das primeiras ações do poder público no sentido de proteger o espaço serrano.

Para finalizar, é sobejamente sabido que o Estado está em péssimas condições financeiras. As finanças públicas estaduais e/ou federais não permitem atender despesas de desapropriação para fins de interesse público. Por isso, não é difícil imaginar que a estratégia a ser adotada pelo poder público no processo de preservação das três áreas

citadas não será a criação de parques. Talvez seja utilizado o mesmo instrumento que criou a AEIT do Marumbi.

Seja o que for, o fundamental é que permaneça e se amplie a disposição do poder público de levar adiante as ações destinadas à preservação e à conservação do espaço serrano em sua totalidade. Afinal, apesar de sua proteção estar garantida pela lei do tombamento, é preciso aperfeiçoar os mecanismos legais. É claro que isto, não pode implicar o aumento dos custos sociais para as comunidades locais. Neste sentido, as atitudes devem ser tomadas a fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios deles advindos para promover o desenvolvimento local e regional. Nisto, aliás, é que se encaixam as potencialidades turísticas da região, que constituem o tema a seguir abordado.

O ESPAÇO TURÍSTICO SERRANO E SEUS ATRATIVOS

"É PRECISO LEMBRAR O QUE SE PODE PERDER, POIS RECONSTITUIR O CAPITAL DENTRO DE OUTROS DOMÍNIOS DA ECONOMIA NÃO REPRESENTA O MESMO PARA O TURISMO, ONDE A SUBSTÂNCIA DE BASE A PAISAGEM E A TERRA UMA VEZ PERDIDA, SERÁ IRREMEDIÁVEL" (KRIPPENDORF: 1977)

Os dispositivos legais tratados anteriormente são importantes, especialmente quando se considera que está em jogo a preservação do meio ambiente natural do complexo ecossistema serrano. Afinal não se deve esquecer que a atratividade maior da Serra do Mar reside exatamente nos recursos naturais. Estes, juntamente com os atrativos histórico-culturais ali encontrados, fazem dela uma região singular de elevada potencialidade turística e tornam seu futuro indiscutivelmente promissor no que concerne ao desenvolvimento do turismo.

As razões para justificar esta perspectiva otimista têm muito a ver com a qualidade de seu ambiente e com a beleza paisagística de seus sítios. Pois se é verdade, de um lado, que a principal característica do turismo de hoje e de amanhã é o desejo por uma mudança radical do quadro de vida cotidiano e, conseqüentemente, a necessidade de lugares intactos para satisfazê-lo, de outro lado pode-se afirmar, sem riscos de errar, que a estética da paisagem tem um papel constitutivo na estruturação desse desejo. Mais ainda, ela é quase sempre um fator determinante na escolha de um destino turístico.

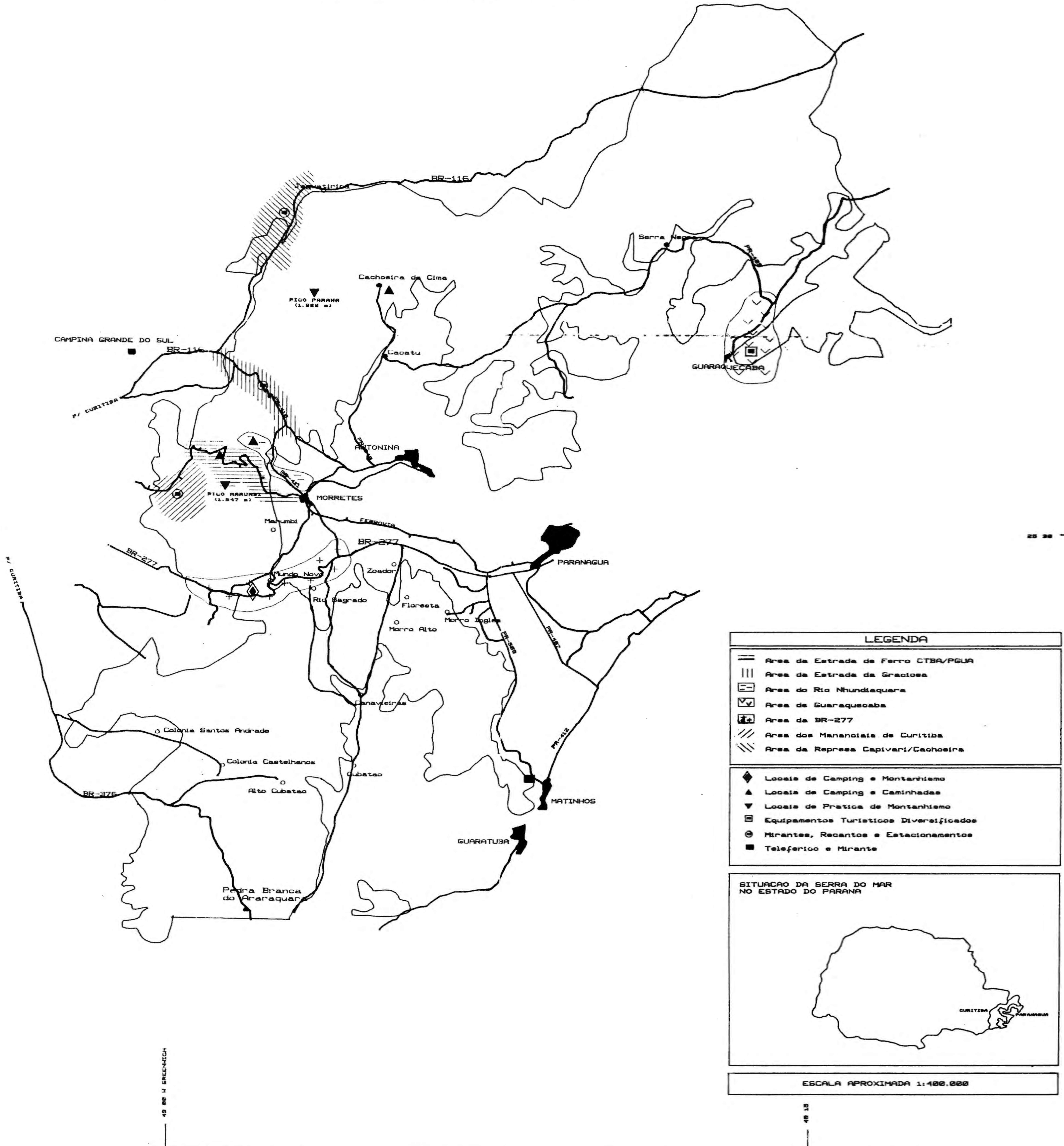
Mas não é só isso. As mesmas características paisagísticas que conferem potencialidade turística à Serra

do Mar já atraem pessoas, pois a ocorrência de expressivos fluxos de turistas e visitantes constitui ali uma realidade. Sem dúvida, a utilização do espaço serrano para fins turísticos é um processo que acontece há vários anos. Pode-se dizer que é anterior aos anos 70. Evidentemente, não se trata de uma utilização massiça, é uma coisa muito diferente daquela que ocorre em outras áreas do Estado como, por exemplo, na zona litorânea. No caso específico da Serra do Mar, podem ser percebidas algumas áreas onde as atividades ocorrem de modo difuso, quer dizer, não concentradas em pequenas porções. Aqui o montanhismo, ali um acampamento combinado com caminhadas, mais ao longe um passeio de teleférico ou um piquenique ao ar livre, etc., como mostra o mapa N^o 3.

Conforme foi visto, a ferrovia que faz a ligação entre o primeiro planalto e planície litorânea tem um papel histórico no povoamento do território paranaense. Desde sua inauguração, que ocorreu em 2 de fevereiro de 1885, ela vem servindo como um dos pontos de passagem entre as escarpas elevadas e abruptas que formam a Serra do Mar.

Seu uso comercial representa até os dias atuais um fato de grande importância para a economia do Estado, visto que por ela se transporta uma parcela significativa da safra agrícola em direção ao porto de Paranaguá. Em contrapartida, o uso turístico vai transformá-la lentamente num caminho paradisíaco, num ponto de passagem por um mundo imaginário, povoado por florestas verdejantes e pássaros exóticos,

MAPA 3 - LOCALIZACAO DAS ZONAS DE ATIVIDADES TURISTICAS NA SERRA DO MAR PARANAENSE



LEGENDA	
	Area da Estrada de Ferro CTBA/PGUA
	Area da Estrada da Graciosa
	Area do Rio Nhundiaquara
	Area de Guarapuá
	Area da BR-277
	Area dos Mananciais de Curitiba
	Area da Represa Capivari/Cachoeira
	Locais de Camping e Montanhismo
	Locais de Caminhadas
	Locais de Pratica de Montanhismo
	Equipamentos Turisticos Diversificados
	Mirantes, Recantos e Estacionamentos
	Teleferico e Mirante



ESCALA APROXIMADA 1:100.000

onde correm regatos interrompidos por cascatas límpidas e caudalosas. De fato, hoje a secular ferrovia é, antes de tudo, um atrativo turístico em que o número de visitantes de passagem supera os milhares. O movimento anual de pessoas pode ser considerado, senão o maior, um dos maiores do Estado. Tal movimento turístico tem origem nacional e internacional.

"Como obra arrojada de engenharia, mas sobretudo pelas paisagens que se podem visualizar de seu leito, há muito tempo o eixo dessa ferrovia vem sendo grande atração turística. A beleza das paisagens que se descortinam no percurso da ferrovia tem encantado turistas de todo o mundo. Alguns pontos podem ser reconhecidos como atrações turísticas ou marcos históricos: o Pico Marumbi, o Viaduto Carvalho, a ponte do rio São João, o vale do rio Ipiranga, a Cascata do Véu da Noiva, o Santuário do Cadeado, a Casa do Ipiranga e a Cruz do Barão." (ITCF: 1987, 38)

Com efeito, o viajante que pela primeira vez percorre o leito tortuoso da ferrovia fica encantado ao contemplar a paisagem que descortina pela janela do trem: vales estreitos e profundos, pontes, viadutos, túneis, montanhas vestidas de verde, rios que correm agitados. Ele nem consegue transmitir em palavras o que sente ao deparar-se com aquela imensa paisagem montanhosa, tão viçosa e intacta quanto o amanhecer das eras geológicas, há centenas de milhões de anos. Também não há mesmo qualquer forma adequada de se descrever aquela paisagem. Talvez seja por isso que o turista se utiliza de tantos clichês.

Mas a ferrovia Curitiba-Paranaguá não é só um lugar de passagem para expectadores fascinados com a paisagem. Ali acontecem práticas de lazer e de recreação características dos espaços livres e naturais, tais como a prática do camping, do montanhismo e das caminhadas, esta última sendo

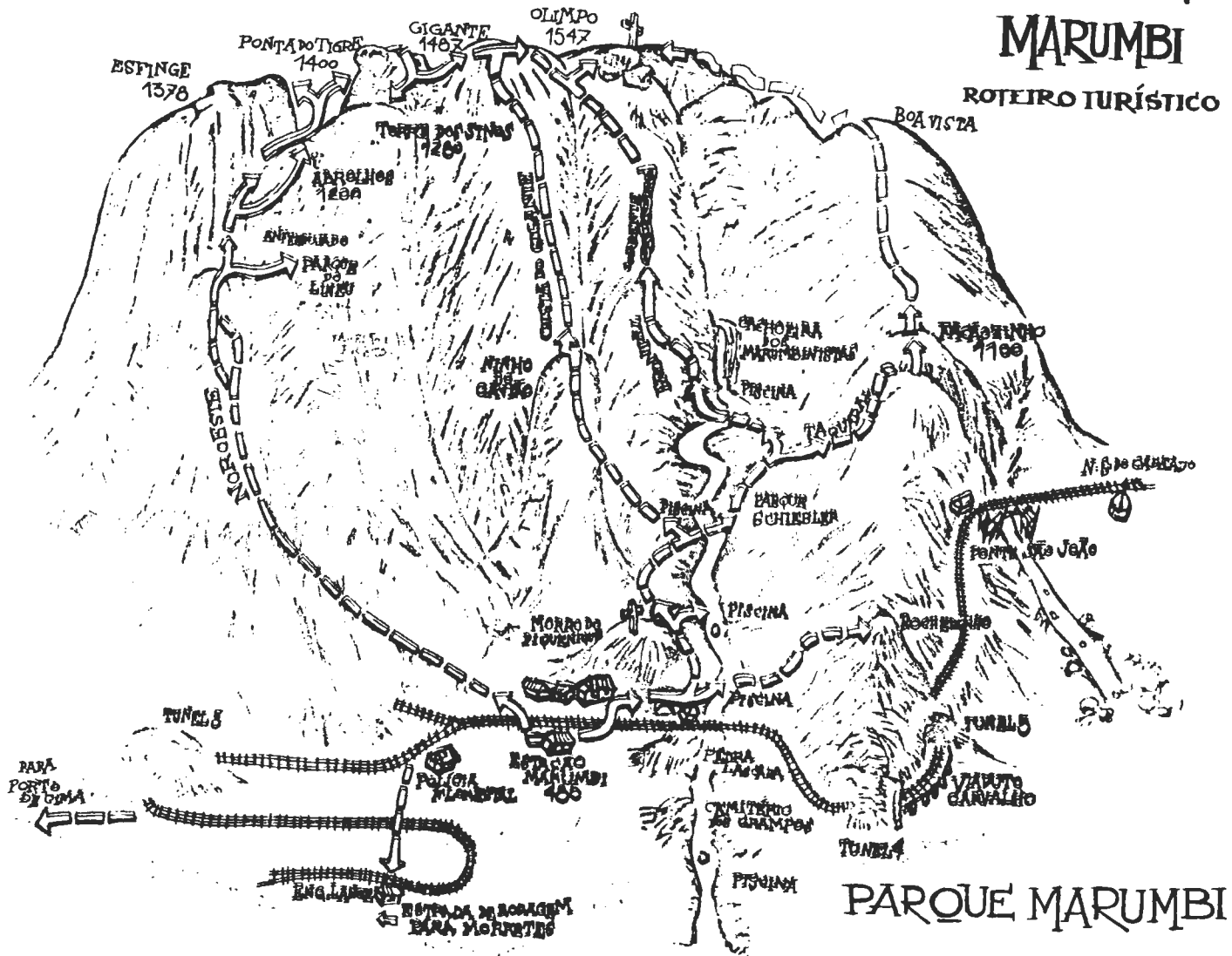
também conhecida por "trekking". Estas modalidades recreativas e desportivas, visto que o montanhismo é considerado um esporte, desenrolam-se em dois pontos principais, localizados próximos à ferrovia: Véu da Noiva e Conjunto Marumbi. O Véu de Noiva é uma enorme queda d'água formada no leito do Rio Ipiranga. Em alguns trechos pode ser vista da própria ferrovia. Além dela, há muitas outras cascatas e corredeiras de grande beleza cênica formadas pelos ressaltos desse rio.

Quanto aos acampamentos, eles são feitos em pontos determinados, em geral junto ao rio, e os campistas são na maior parte pessoas jovens, conhecidos como "trilheiros" e/ou "mochileiros". No caso das caminhadas, elas são realizadas nas trilhas e picadas abertas no meio da mata. O acesso a esse atrativo é através da própria ferrovia ou por trilhas que se embrenham mata adentro sem um traçado definido.

Já o conjunto Marumbi, conforme mostra a figura N^o 1, é formado por oito picos: Olimpo, com 1547m, Boa Vista, com 1539m, Gigante, com 1487m, Esfinge, com 1378m, Ponta do Tigre, com 1300m, Torre do Sinos, com 1280m, Abrolhos, com 1200m e Facãozinho, com 1100m. Nessa área pratica-se o camping selvagem, mas o montanhismo é a prática mais comum, e seus aficcionados são conhecidos por "marumbinistas". Considerado um esporte marcado pelo gosto da aventura, o montanhismo é praticado nesse lugar desde o século 19. Diz a história que o primeiro escalador, Joaquim Olimpio de

CONJUNTO MARUMBI

ROTEIRO TURÍSTICO

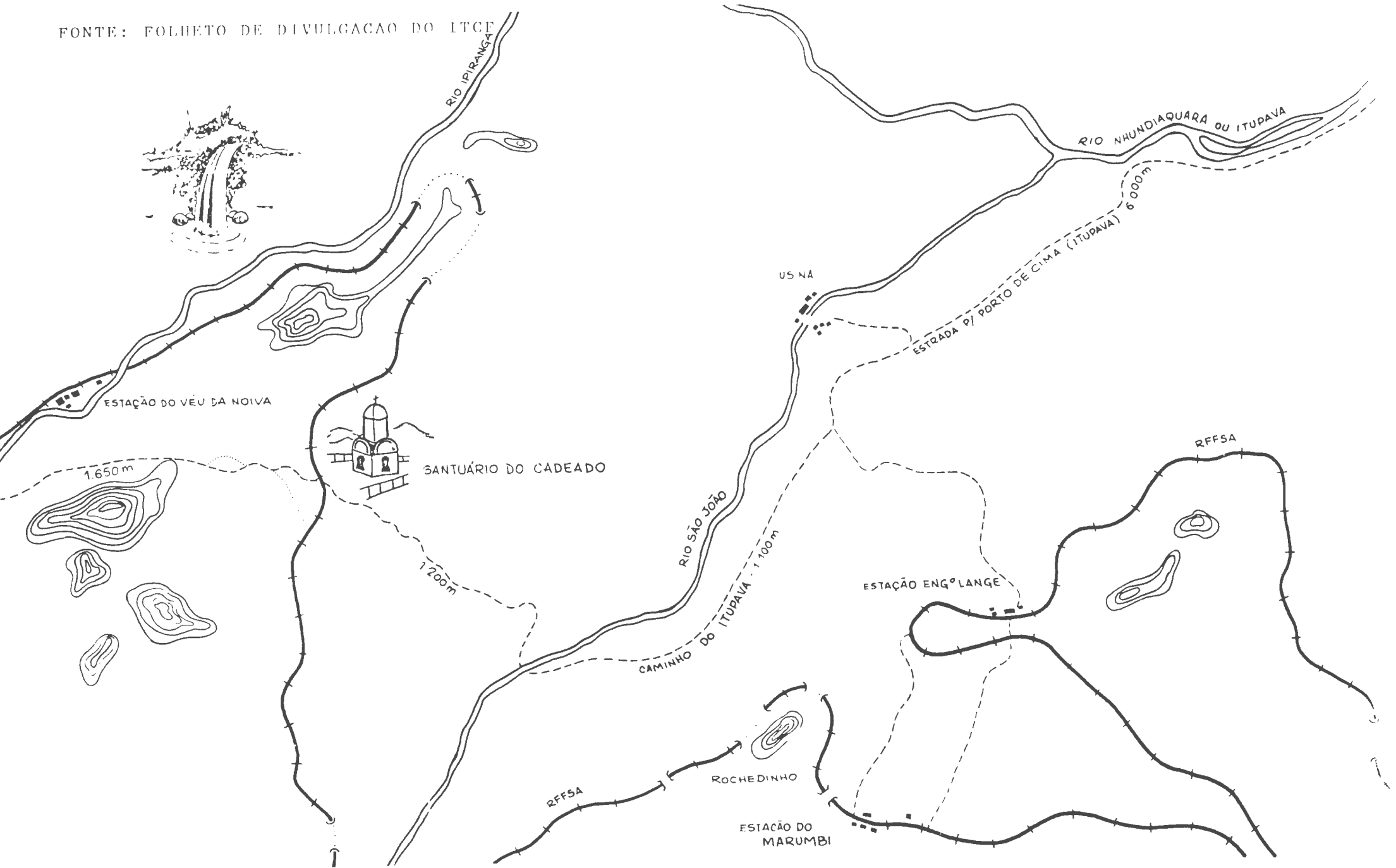


Miranda, alcançou o ponto culminante em 21 de agosto de 1879, ponto que, por isso, ficou conhecido como Olimpo. Mas também é chamado de Pico Marumbi.

Atualmente há trilhas sinalizadas que dão acesso a alguns picos tais como Morro do Gigante e Ponta do Tigre. Os outros picos são mais difíceis de serem alcançados, exceto por escaladores experientes com equipamentos apropriados. Os acampamentos são feitos, em geral, nos pontos próximos à ferrovia. Há que se destacar a existência da estação do trem e das casas dos empregados na Rede Ferroviária. Também observam-se algumas cabanas no entorno da ferrovia. Elas foram construídas antes da instalação da AEIT do Marumbi. Hoje é proibido levantar qualquer tipo de construção na área, a não ser que se tenha permissão dos órgãos responsáveis pela fiscalização da região.

A maior concentração de pessoas no trecho serrano da ferrovia talvez aconteça no ponto em que se situa o Conjunto Marumbi. O movimento é relativamente intenso durante o ano todo, sobretudo nos fins de semana e feriados, e o acesso pode ser feito pela ferrovia ou por trilhas e picadas abertas na mata. Com relação às trilhas, cabe destacar o Caminho do Itupava, uma trilha antiga que corta a Serra do Mar e cruza a ferrovia em alguns trechos, conforme mostra a figura N^o 2.

O viajante que a percorre viaja pelo passado, não um passado recente, mas um passado mais remoto, caracterizado pelas primeiras incursões do homem naquela região selvagem.



Segundo conta a história, o Caminho do Itupava surgiu a partir de uma picada aberta na floresta por dois homens que perseguiram um anta. Tal fato teria acontecido em meados do século 17. Relata-nos Veira dos Santos em suas "Memórias Históricas de Paranaguá":

"Conta tradição antiga que a abertura do caminho fosse depois de 1625 a 1650. Ignorantes os poucos moradores que vieram estabelecer-se neste município, ainda não conhecedores dos sertões além da grande serra do Guarumbi; se, por derredor dela, poderia haver algum trânsito acessível à subida, uma aventura extraordinária veio demonstrar esta descoberta. Consta, por antiga tradição, que alguns homens caçadores vindo em seguimento de uma anta pela mesma trilha que ela vinha caminhando, vieram matá-la no Porto de Cima ou nos lugares próximos e que, então, por esta mesma trilha, foi aberta uma picada que só dava trânsito aos viandantes, conduzindo cargas aos ombros, sem que pelo mesmo pudesse dar acesso a animais muars e cavalares" (1950, 15)

Por essa via rudimentar de comunicação passaram, então, mineradores e caçadores de índios. Posteriormente, em 1654, o percurso dessa trilha foi ampliado e sofreu reparos para possibilitar a passagem tanto de pessoas quanto de animais de carga. A partir disso, foram transportados muitos produtos através dele como, por exemplo, a erva-mate. Considerado uma passagem difícil em virtude dos inúmeros obstáculos no terreno, o Caminho do Itupava se embrenha pela floresta, atravessando lugares em que a natureza ainda resiste em seu estado original. A mata exuberante, os rios com suas quedas d'água transparentes, os animais em movimento, o terreno íngreme e perigoso, tudo incita a imaginação do viajante que se sente perplexo e deslumbrado diante de um mundo cada vez mais raro.

Caminhar ao longo do Itupava ou de qualquer outra trilha, escalar uma montanha, nadar nas piscinas naturais de um rio ou desfrutar a paisagem são coisas que se pode

fazer na Serra do Mar. Mas é importante lembrar o fato de que esses lugares devem ser preservados, não somente porque seus valores cênicos e recreativos fizeram deles locais ideais para o entretenimento de pessoas saturadas de ambientes artificiais, mas, principalmente, para conservar a natureza no seu estado primitivo. Neste sentido, aliás, algumas campanhas de esclarecimento junto aos usuários, feitas pelo ITCF em conjunto com a Polícia Florestal e o Clube Paranaense de Montanhismo, representam uma atitude positiva. É pena que se resumam a ações esporádicas e não articuladas num programa de educação ambiental mais amplo.

Outra área em que todos os atributos dados à paisagem não conseguem traduzir a riqueza de seu cenário é o entorno da Estrada da Graciosa. Localizada também na AEIT do Marumbi, esta histórica estrada serpenteia o terreno escarpado da Serra do Mar, atravessando sítios que encantam o mais insensível observador pela sua beleza paisagística. Como no caso da ferrovia, a viagem pela Graciosa é uma forma de reviver o passado. Sua história como via de comunicação entre o litoral e o planalto remonta ao surgimento das primeiras trilhas de exploração do território paranaense.

A construção do leito definitivo deu-se em 1873, mas antes desse ano a Graciosa já fazia parte da integração do Estado, pois seu traçado atual foi feito a partir do aproveitamento de certos trechos da antiga trilha do mesmo nome, isto é, o Caminho da Graciosa. Esse caminho, segundo alguns historiadores, teria sido a primeira picada

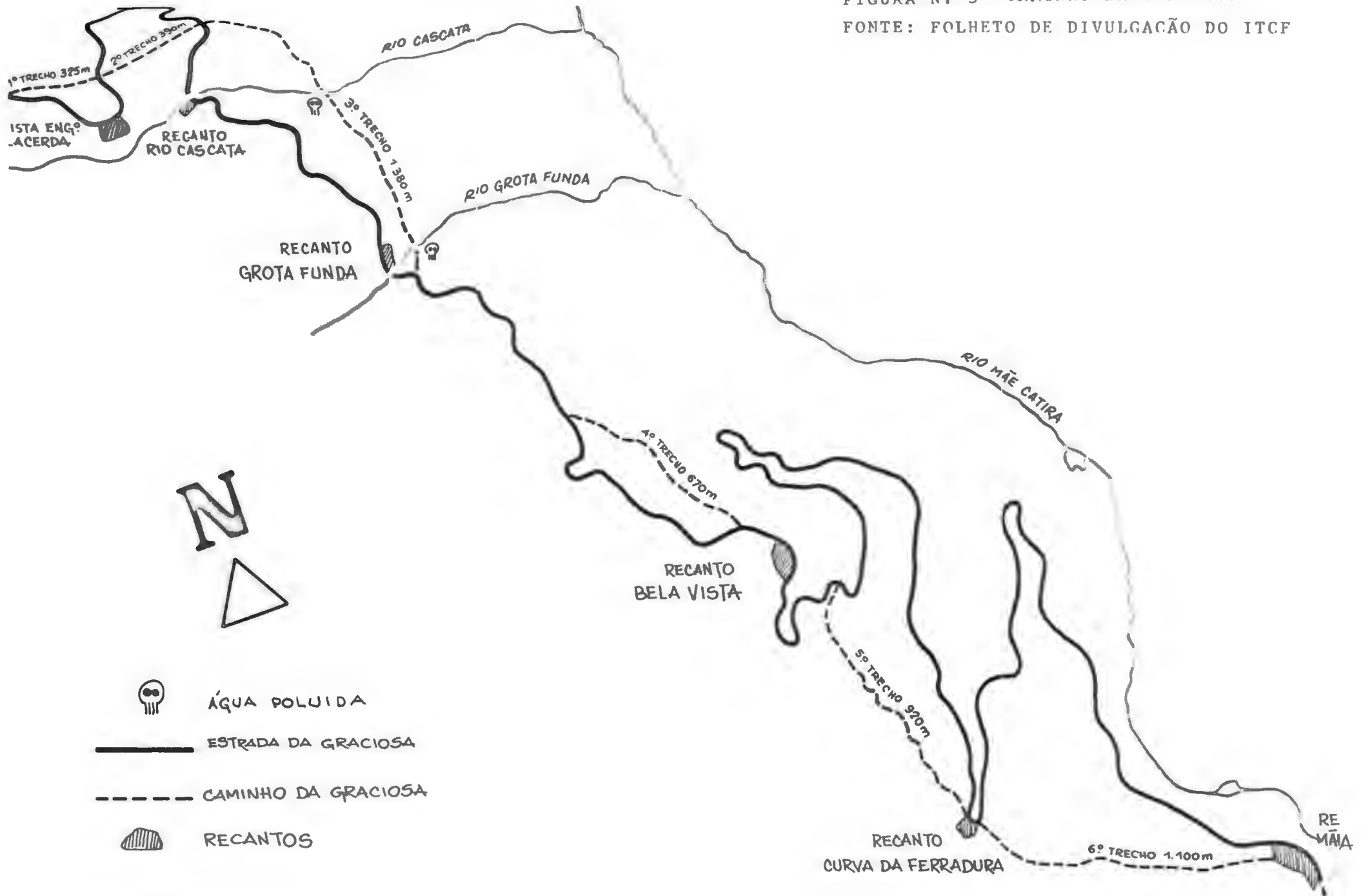
utilizada por mineradores e caçadores de índios que deslocavam-se do litoral em direção ao primeiro planalto. O registro feito pelo Ouvidor Rafael Pires Pardini em 1721 diz o seguinte:

"Suposta a notícia que há de se poder abrir entre Jaguarapira e os Orgãos que vai sair no rio da Graciosa, por onde dizem já antigamente se andou com mais suavidade que pelo caminho que hoje se frequenta. Os juizes e os oficiais da Câmara (aberta a picada que se entenda) apelando a todos os moradores dessa vila e seu termo vão abrir o dito caminho e fazer nele estrada por donde todos se possam servir, porque ainda que neste caminho haja as mesmas subidas de serras e morros que experimentam no caminho que hoje se frequenta sempre será mais conveniente ao bem comum por evitarem as hitahupabas, desgraças e riscos que há no rio Cubatão." (Tourinho: 1973, 64)

Há controvérsias sobre a primazia desse caminho sobre os demais. Mas, de qualquer forma, o antigo caminho tem um lugar de destaque na história do Paraná. Especialmente, conforme já indica a citação acima, porque ele foi o "pomo da discórdia" entre os núcleos litorâneos de Antonina, Morretes e Paranaguá, deflagrando a chamada "guerra dos caminhos", um episódio marcado pela disputa entre esses povoados que viam os caminhos como uma saída para tornarem-se prósperos centros de comércio na época do Brasil Colônia.

O traçado do caminho da Graciosa acompanha o leito da Estrada da Graciosa, sendo que em alguns pontos ele a cruza, conforme mostra a figura 3. Totalmente calçado no trecho que atravessa a Serra do Mar, esse caminho tem sido muito usado nos últimos tempos para programas de ecoturismo monitorados ou, simplesmente, para caminhadas de grupos independentes. A clientela é diversificada graças à possibilidade de se programar passeios cuja distância pode

FIGURA Nº 3- CAMINHO DA GRACIOSA
FONTE: FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO ITCF



ser longa ou curta, atendendo assim todas as faixas etárias. No que se refere à Estrada da Graciosa, a prática do lazer turístico faz-se sobretudo através dos passeios em automóveis e motocicletas e dos piqueniques ao ar livre.

Pioneira no tráfego rodoviário planalto-litoral, a Estrada da Graciosa foi projetada e construída nos moldes franceses de "Ponts et Chaussées". Inicialmente serviu a veículos puxados a tração animal como os carroções carregados de erva-mate. Mais tarde, seu leito foi percorrido por caminhões transportando madeiras, café, etc. A Graciosa foi usada para fins comerciais até a construção da rodovia federal BR-277 em 1967. Após esse fato ela foi mantida em condições de uso, permitindo-se apenas a passagem de veículos leves e de ônibus turísticos.

Por essa magnífica via de comunicação passou-se a viajar, portanto, desfrutando-se um cenário natural de incomparável beleza. E é isso que faz dela um lugar procurado por centenas de pessoas anualmente, em particular durante a época de férias. Face a isto, a Graciosa conhece um dos maiores fluxos turísticos do Estado, tanto de visitantes de passagem quanto de turistas que ali vão passar o dia. Estes usuários dispõem de equipamentos de lazer, destacando-se os recantos e os mirantes instalados pelo poder público nos anos de 1977 e 1979. A adequação turística foi realizada respeitando-se o traçado original da estrada, sendo que os recantos foram colocados em pontos onde a paisagem de entorno ou a visualização de outros cenários

paisagísticos constituem o atrativo principal, conforme mostra a figura 3.

Os recantos dispostos ao longo da Graciosa em seu trecho serrano são: Recanto Engenheiro Lacerda, Recanto Rio Cascata, Recanto Grotta Funda, Recanto Bela Vista, Recanto Curva da Ferradura e Recanto Mãe Catira. Todos eles possuem churrasqueiras, quiosques, lixeiras e banheiros. Apesar do mau estado de conservação, estes equipamentos têm contribuído muito para a existência de uma grande demanda turística na área, demanda esta que serviu de estímulo para o lançamento de um arrojado projeto turístico que acabou não acontecendo.

É o projeto do "Parque Turístico da Graciosa", organizado pela já extinta Paranatur (Empresa Paranaense de Turismo). O local de implantação seria no pé da serra, quase no final da Graciosa, num terreno de propriedade particular. O referido projeto tinha como objetivo fazer uma oferta de equipamentos turísticos tais como chalés, restaurante panorâmico, piscinas naturais, camping, estacionamentos, etc.

Entre as atividades de lazer para os turistas haveria desde passeios a cavalo, natação, jogos e pesca artesanal. Também vender-se-iam produtos locais, artesanato e frutas. Tudo isto seria administrado por pessoas especializadas, havendo inclusive o controle das entradas e saídas dos turistas por meio de um portal. A demanda seria captada tanto em nível regional quanto nacional.

Ao analisar o projeto, chega-se a conclusão de que ele não traria grandes vantagens para a população local já que seria um projeto turístico baseado no modelo das áreas de lazer "fechadas", do tipo clube particular. Assim, quem sairia lucrando, além do dono do terreno, seriam algumas agências de turismo e demais intermediários.

Outra área em que, se o turista busca a beleza da paisagem, sem dúvida se satisfaz, é a do rio Nhundiaquara. Aqui também o viajante vai encontrar ecos do passado, especialmente no trecho em que o rio percorre a planície litorânea, pois através de seu leito, os primeiros exploradores penetraram no território paranaense à procura de ouro, iniciando assim a aventura que originaria as vias de comunicação.

Considerado um dos principais rios da bacia hidrográfica do Atlântico, o rio Nhundiaquara recebe vários afluentes, dentre os quais destacam-se: Ipiranga, São João, Marumbi, Passa Sete e rio do Pinto. Esta densidade hidrográfica é que lhe deu no passado condições de navegabilidade em seu baixo curso. O transporte de mercadorias e produtos vegetais, como a erva-mate teve muita importância econômica para a cidade de Morretes, situada nas margens do Nhundiaquara. A presença do rio foi fundamental para que Morretes conhecesse grande prosperidade nos séculos 18 e 19.

Mais tarde, superado pelas estradas construídas em terra firme, especialmente a ferrovia, o rio conheceu seu declínio como via de transporte. O tempo passou e o

Nhundiaguara sofreu as intempéries da natureza, agravadas pelas interferências humanas. O assoreamento de seu leito privou-o da navegação enquanto a poluição infectou suas águas no baixo curso. Mas o Nhundiaguara não se deixou vencer. Promovido por pintores e poetas a fonte de inspiração desde o século passado, ele ganhou um lugar especial na paisagem local que até hoje persiste. O estudo de Bley (1991) sobre a "Paisagem Valorizada" de Morretes, vai justamente nesta direção. Diz o autor:

"O rio é o componente mais fortemente percebido na paisagem e isto muito provavelmente acontece dada sua função histórica... os resultados evidenciaram a importância na percepção dos estudantes do componente rio Nhundiaguara. Além de mais numerosas, as descrições centradas no rio têm também maior nível de detalhes." (Bley: 1991, 134)

Ao contrário da poluição que sofre no baixo curso, as águas do Nhundiaguara na porção serrana ainda são de boa qualidade. Ali, misturadas com as dos outros rios que descem agitados pelos vales, suas águas representam uma tentativa da natureza de resguardar o que há de pureza primitiva. Nestes lugares pratica-se a descida de "bóias" pelo leito do rio. Tal modalidade recreativa é bastante frequente, principalmente nas estações mais quentes.

Também pratica-se camping selvagem em certos locais próximos ao rio, dentro da porção protegida pela legislação da AEIT do Marumbi. Outro rio muito procurado, particularmente pela população local, para banhos em suas piscinas naturais é o rio Marumbi. Esse rio é um dos afluentes do Nhundiaguara e suas águas límpidas cercadas de mata constituem um belo atrativo. Por isso é comum também

as pessoas fazerem piqueniques em suas margens. Quanto ao acesso à área do rio Nhundiaquara, ele pode ser feito a partir de Morretes passando por Porto de Cima ou, até mesmo, pela ferrovia, descendo na estação de Praínhas e seguindo a pé por estradas não pavimentadas.

Outra área turística que merece destaque é a de Guaraqueçaba. Como todas as que já foram comentadas, Guaraqueçaba tem na qualidade de seu ambiente e na estética da paisagem, seu maior atrativo, resultante de um longo e complexo processo. A natureza levou milênios para desenhar e requintar aquele recanto considerado paradisíaco pelos que o visitam. Até a situação geográfica, no extremo norte do litoral paranaense, escondida entre o mar e a montanha, contribuiu para a sua preservação que, juntamente com Iguape e Cananéia, formam o complexo estuarino-lagunar, o último estuário não poluído da costa brasileira.

Conforme já foi visto, a área também foi palco da cobiça do ouro. A fundação do povoado em 1838 é decorrente da incursão dos mineradores através da baía com o mesmo nome, ou seja, baía de Guaraqueçaba. Assim começou a incorporação dessa região à civilização. São centenas de quilômetros quadrados de praias, florestas, ilhas, mangues e restingas, nos limites entre Paraná e São Paulo.

Hoje, Guaraqueçaba abriga em seu interior a antiga cidade com seu pequeno porto e as vilas de pescadores espalhadas pela região. São esses pescadores que ainda mantêm viva a cultura caiçara, característica da zona

litorânea, mas quase extinta. Guaraquaçaba possui uma parte de seu território tomado pela Serra do Mar. Como já foi dito, a área é protegida por legislação específica, sendo Área de Proteção Ambiental .

Mas isso não quer dizer que não sejam permitidas atividades turísticas. Na área praticam-se ecoturismo, iatismo, pesca submarina, campismo, caminhadas, banhos de mar, passeios de barco, etc. Também dispõe de equipamentos diversificados que vão desde hotéis e pousadas na cidade até residências secundárias destinadas aos turistas. O acesso pode ser feito pela BR 277, PR 408 - Morretes/Antonina -, PR 430 - Antonina/Cacatu e PR 405. Há ônibus convencionais que fazem o trajeto e ônibus turísticos. Além disso, existe o transporte por barcos que partem de Paranaguá.

Outra área de paisagens notáveis é a do entorno da BR-277. Construída no final da década de 60, a BR-277 veio substituir a Graciosa no transporte de cargas pesadas e agilizar a ligação planalto-litoral. É uma estrada de rodagem moderna , sendo que o maior fluxo de viajantes entre Curitiba e o litoral dá-se por ela. O trecho serrano dessa estrada foi construído aproveitando-se partes do leito de um antigo caminho conhecido por Caminho do Arraial. Este caminho foi usado durante séculos como ponto de passagem de viajantes, bem como para o transporte de mercadorias. Hoje é usado sobretudo como trilha ecológica.

Há conjecturas que atribuem ao Caminho do Arraial a primazia na travessia Serra do Mar. Assim como no caso de outros caminhos, ele teria surgido a partir da penetração de mineradores e caçadores de índios. A narrativa de Vieira dos Santos (1950) já citada ao tratarmos da imagem e da memória do espaço serrano faz referência a isso.

Seja como for, o fato é que o caminho possui trechos na Serra que percorrem lugares intactos, os quais representam um pedaço daquilo que é o vasto espaço serrano. Tais lugares constituem um atrativo turístico potencial, conforme mostra esta consideração:

"O vale do Rio Marumbi tem águas límpidas, corredeiras e às suas margens vegetação de grande beleza. Nos topos da Serra do Mar, nessa zona, há locais onde se poderia instalar infraestrutura de lazer sem sacrifícios ecológicos. Em alguns pontos, no vale do rio, há possibilidades, pelo provável Caminho do Arraial, de longos percursos para pedestres." (ITCF: 1987, 39)

Entretanto, apesar do potencial a área da BR-277 não dispõe de equipamentos turísticos e de lazer. Na realidade, ela não é muito frequentada. São feitas, conforme já foi dito, algumas caminhadas na antiga trilha e, nos pontos de parada ao longo da BR, onde as pessoas aproveitam para desfrutar a paisagem.

A mesma coisa pode ser dita sobre a área dos mananciais da Serra. Situada no limite entre os municípios de Morretes e Piraquara, a área dos mananciais é propriedade da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e constitui uma área de considerável potencial turístico. O fato de ela ser uma área essencial para o abastecimento da região metropolitana de Curitiba faz com que a legislação seja ali

mais rigorosa. Isto a mantém bem preservada tanto no que diz respeito às fontes d'água quanto à cobertura vegetal. Tal característica a torna um lugar de grande beleza paisagística.

Quanto aos equipamentos turísticos, existe apenas um modesto equipamento para recreação e piqueniques usufruído por poucas pessoas, já que é necessária a autorização do órgão acima referido. Aliás diga-se de passagem, que não há muito interesse da empresa em abrir a área para grandes fluxos, o que é perfeitamente compreensível se se levar em conta o tipo de uso da área, isto é, como fonte de abastecimento de água.

Dentre as áreas assinaladas no mapa, há ainda aquela representada pelo entorno da Represa Capivari/Cachoeira. Esta represa situa-se na zona de contato entre a Serra do Mar e o Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba, numa altitude de 830 metros. O represamento das águas do rio Capivari para a Construção da Usina Hidrelétrica Parigot de Souza, não obstante caracterizar uma intervenção humana na natureza, formou ali um lago cuja extensão é imensa.

Este reservatório de bilhões de metros cúbicos de água é atravessado pela BR-116 (Rodovia Régis Bitencourt), cerca de 50 quilômetros de Curitiba. Uma parte da área é englobada pela AIET do Marumbi. Menos privilegiado do que as áreas já comentadas aqui, o entorno da represa não apresenta a mesma estética paisagística. Contudo, após uma recuperação do habitat fluvial iniciada pela COPEL (Companhia Paranaense de

Energia Elétrica), através da criação de peixes de diferentes espécies, tornou-se ponto de atividades pesqueiras. Assim, durante determinadas épocas do ano, com a devida permissão, reúnem-se ali pessoas para a prática da pesca. Por isso, o lugar é considerado um tradicional reduto de pescadores. Os equipamentos existentes para recreação são muito precários. O acesso pode ser feito pela própria BR-116.

A usina Parigot de Souza é considerada também atrativo turístico na parte onde termina o túnel que foi perfurado no subsolo da Serra do Mar, para captar as águas represadas do Capivari/Cachoeira. No final do túnel está a usina com as máquinas de produção de energia. Toda essa infraestrutura está situada na porção serrana do município de Antonina. O acesso a essa área pode ser feito pela rodovia estadual Antonina/Cacatu. A localidade de Cacatu está assinalada no mapa 3 como área para prática do camping selvagem e caminhadas.

As caminhadas podem ser feitas pelo antigo Caminho da Cachoeira. Construído sobre terrenos menos íngremes, esse caminho teria servido de ligação entre a região do Alto da Ribeira e a baía de Antonina desde os tempos iniciais da ocupação do território paranaense. Ao contrário dos outros, o Caminho da Cachoeira não recebeu muita atenção dos historiadores, sendo inexistentes as referências a ele nos textos históricos. No entanto, foram encontrados indícios do percurso desse caminho em mapas antigos, de posse do ITCF.

Segundo tais documentos, o trajeto do caminho acompanha o vale do rio Cachoeira e do rio Capivari, atravessando por entre a Serra dos Órgãos.

Aliás, é na Serra dos Orgãos que estão os pontos mais elevados da Serra do Mar: o pico Caratuva, com 1898m, e o pico Paraná, o ponto mais alto do Estado, com 1922m de altura. Local de prática do montanhismo, o Pico Paraná é procurado por montanhistas do Paraná e do Brasil. Sua escalada é considerada um arrojado exercício de montanhismo. Além dele, os montanhistas procuram o Morro do Anhangava, com 1480m, localizado na zona de contato entre a Serra e o Primeiro Planalto.

Para finalizar, cabe fazer referência ao Morro Escalvado, situado no município de Mantinhos, no litoral. Neste local, foi recentemente instalado um teleférico que possibilita a visualização da paisagem litorânea e da Serra do Mar. Já muito procurado por visitantes, o conjunto montanhoso em que se situa o morro Escalvado (220m), caracteriza-se pela existência de outros picos tais como o Tabaraquara (450m), Tabaraquarina (422m), Taguá (352m) e Caiobá (104m). Todos estes picos, constituídos por rochas cristalinas e cobertos por vegetação florestal tipo capoeirão, estão dentro de uma área protegida por legislação especial (AEIT do Litoral).

Apesar da ameaça devastadora que equipamentos turísticos como o teleférico exercem nos lugares em que são instalados, neste caso avaliou-se que tal equipamento não iria causar

danos significativos ao local. Todo o projeto foi previamente apreciado pelos curadores do CEPHA, que emitiram o parecer favorável e colocaram as exigências a serem cumpridas. Cabe assinalar aqui que as atividades turísticas desenvolvidas na Serra do Mar não apresentaram ainda excessos prejudiciais ao meio ambiente.

É claro que, no caso dos equipamentos instalados na Graciosa, houve modificações pontuais na paisagem, principalmente para a construção de estacionamentos destinados aos carros dos visitantes. Já com relação a Guaraqueçaba, particularmente na porção serrana, não foi instalado qualquer equipamento turístico considerado danoso ao meio. Quanto às outras áreas referidas, também não há nenhuma infra-estrutura turística implantada considerada, frequentemente, como causadora da degradação dos ecossistemas naturais.

É verdade que em toda parte há a presença humana. E, como se sabe, a simples presença de pessoas em lugares de natureza primitiva já tende a alterá-los. Neste sentido, a prática do camping, as caminhadas e o montanhismo afetam bastante o espaço natural serrano. Quer se queira ou não, os visitantes que praticam essas atividades terminam por causar destruição na vegetação ao abrir clareiras para armar acampamento.

Por outro lado, o simples fato de caminhar na mata tem ocasionado depredação da vegetação e problemas ao solo na forma de compactação e erosão. Além disso, é claro, os

animais que ali se encontram sempre se dispersam. Finalmente o abandono de detritos e objetos tais como latas, plásticos, vidros, etc., constituem os elementos poluentes mais prejudiciais ao equilíbrio ecológico área.

Tudo isto, sem dúvida, deve ser considerado como impacto negativo sobre o meio natural. Todavia, se considerar-se a escala da degradação, o turismo foi o que menos depredou a Serra do Mar. Este não é o caso das outras atividades humanas que desde há muito tempo, como já foi visto, praticam-se na área. Seja através da construção de estradas, pontes, dutos, torres, etc., seja por meio de atividades mais recentes e com maior poder de destruição tais como a exploração de madeiras, a mineração, ou a exploração descontrolada do palmito, a ocupação têm sido destrutiva na Serra.

O turismo não pode de forma alguma contribuir na expansão dessas ações destrutivas, muito pelo contrário, ele deve assumir na região um papel preservacionista em todos os sentidos e, ao mesmo tempo, ser uma via para melhorar as condições de vida da população que ali habita. Em suma, deve promover o desenvolvimento sustentável do espaço serrano.

CAPÍTULO III

NO UNIVERSO DOS ATORES DA PESQUISA

OUVINDO OS ATORES SOCIAIS DA PESQUISA: ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

No capítulo anterior dedicamo-nos à exposição dos aspectos considerados particularmente importantes para o tratamento do problema já esboçado logo no início do estudo. Ou seja, enfocamos os aspectos históricos, políticos, sociais e ecológicos do espaço serrano. Do ponto de vista metodológico, este enfoque, muito mais caracterizado por uma espécie de revisão bibliográfica sobre o tema, articula-se aos indícios que fomos buscar na realidade serrana através das entrevistas e dos depoimentos concedidos por aqueles que, ao nosso ver, representam os atores sociais desta realidade, isto é, os turistas, os moradores locais, os técnicos ligados aos órgãos públicos gestores e os promotores privados do turismo.

O desenvolvimento do que poderíamos chamar de trabalho de coleta de dados deu-se em quatro etapas mais ou menos entrelaçadas. A primeira etapa foi dedicada às entrevistas com os técnicos ligados aos órgãos públicos encarregados de gerir o espaço serrano. São eles: o ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas), a SECE (Secretaria de Cultura e Esportes), a SEDU (Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano) BPFLO (Batalhão de Polícia Florestal), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

As entrevistas com as pessoas que exercem ou exerceram algum cargo nesses órgãos, obviamente relacionado à gestão

da Serra do Mar, foram realizadas com base num roteiro de perguntas adrede preparado por nós. A formulação dessas perguntas (veja-se a estrutura das perguntas no próximo tópico em que analisamos e discutimos o material recolhido nas entrevistas) obedeceu, necessariamente, ao objetivo central fixado na pesquisa.

Todas as entrevistas (no total foram nove pessoas entrevistadas) foram devidamente registradas mediante sua gravação em fita cassete. Tal estratégia visava, além de recolher os dados de maneira mais prática e dar maior liberdade aos entrevistados, conseguir informações que revelassem a sua postura diante dos questionamentos sugeridos pelas perguntas. Em outras palavras, por meio das entrevistas pretendíamos captar o ponto de vista e a opinião dos sujeitos ligados ao poder público, por assim dizer. Os resultados e a discussão sobre este material são apresentados no próximo tópico.

A segunda etapa do trabalho de coleta de dados foi dedicada aos promotores privados da atividade turística ou, também chamados aqui empresários. As entrevistas com os representantes da iniciativa privada seguiu o mesmo procedimento daquelas realizadas com os técnicos. Inicialmente entramos em contato com algumas pessoas que exploram ou têm pretensão de explorar atividades de turismo na região da Serra do Mar. Após esse procedimento, realizamos as entrevistas com base também num roteiro de perguntas previamente preparado.

No caso específico dos empresários, as perguntas (ver a estrutura da perguntas no próximo tópico) continham conteúdo diferenciado daquele encontrado nas perguntas colocadas aos técnicos. Apesar disso, sua formulação também obedeceu ao objetivo central da pesquisa. Foram entrevistadas quatro pessoas cuja atividade empresarial no setor turístico está centrada em Curitiba. Os dados recolhidos são apresentados e analisados no tópico seguinte.

Outra fase da coleta de dados foi caracterizada pelas entrevistas com moradores locais. Nesse caso, a técnica empregada foi a entrevista não-dirigida. Esta técnica, além de ser considerada mais propícia para o questionamento dos sujeitos autóctones, foi vista como aquela que responderia de modo mais útil a um dos objetivos da pesquisa, isto é, buscar a compreensão do tipo de relação que o morador mantém com o espaço serrano tanto no seu aspecto objetivo, quanto subjetivo.

Para aplicar as entrevistas tivemos que realizar algumas viagens para a área-objeto. Primeiramente fizemos a escolha dos locais que seriam visitados. Tal escolha recaiu principalmente sobre os lugares que apresentam uma concentração maior de pessoas dentro da área tombada na Serra do Mar. Após a chegada ao local, mantivemos um contato prévio com algumas pessoas, solicitando-lhes que dessem a entrevista.

As entrevistas com as pessoas que se dispuseram foi precedida de uma rápida explicação a respeito do assunto

investigado. O roteiro, em virtude de ser estabelecido no próprio momento da entrevista, não obedeceu a uma sequência determinada. Procuramos por meio deste procedimento conduzir a entrevista, dando-lhe um tom de não-diretividade, assim como o máximo de liberdade ao sujeito para expor seu ponto de vista. Muitas pessoas foram contatadas, porém somente cinco concederam uma entrevista completa, inclusive com a gravação das falas. Quanto ao restante, as conversas não foram gravadas, mas anotamos aquilo que julgamos interessante ao estudo. Os resultados são apresentados e discutidos no próximo tópico.

Por fim, cabe mencionar aqui a fase da coleta de dados junto aos turistas. Uma das primeiras atividades nesta etapa consistiu na concepção e na preparação das entrevistas dirigidas que deveriam ser aplicadas aos turistas in loco, isto é, na Serra do Mar. Concebido como uma espécie de questionário o roteiro da entrevista foi construído a partir da discussão sugerida pelos objetivos definidos para o estudo. Correspondeu, portanto, a uma "tradução" dos objetivos.

A estrutura final do instrumento de coleta ficou caracterizada por conter em primeiro plano as perguntas do tipo abertas (ver o conteúdo dessas perguntas no próximo tópico) e, no final delas, um quadro com os dados pessoais do sujeito. Tomando como ponto de partida o pressuposto de que as entrevistas são mais eficazes quando feitas diretamente no terreno, realizamos as primeiras viagens para

os pontos determinados para a coleta com os usuários temporários do espaço serrano.

Em virtude do movimento de pessoas ser maior sobretudo nos finais de semana, escolhemos para a coleta o trecho da estrada da Graciosa e o trecho percorrido pelo trem na estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Na Graciosa, as pessoas que foram solicitadas a dar entrevista encontravam-se nos recantos dispostos ao longo da estrada. Já na ferrovia, as entrevistas foram realizadas dentro do próprio trem.

Ainda com relação à aplicação das entrevistas, além de ressaltar que foi realizada sempre pelo próprio pesquisador, cabe mencionar o fato de que tal aplicação esteve na dependência do fluxo de pessoas verificado nos locais definidos para a coleta. Enquanto certos dias registram fluxos maiores, outros, ao contrário, registram fluxos menores. De todas as pessoas solicitadas, um total de oitenta se dispuseram a responder o questionário, visto que o mesmo exigia um certo tempo do entrevistado. Todavia, muitas outras pessoas foram contatadas sem a devida aplicação do instrumento. Nestes casos, ao invés de desperdiçar a oportunidade, aproveitamos para colher impressões sobre o problema investigado. Os dados obtidos através dessa estratégia foram anotados com vistas a um aproveitamento posterior.

Vale lembrar um aspecto importante dessa fase de coleta. As primeiras entrevistas realizadas, as quais não foram somadas ao número supracitado, serviram como uma

espécie de teste piloto da coleta com os turistas. Conforme dissemos antes, por intermédio deste instrumento tínhamos em vista o recolhimento de informações úteis aos objetivos propostos no estudo. Da mesma forma, visou-se uma adequação tanto da maneira de conduzir e da linguagem quanto da sequência dos itens e tempo de aplicação.

Nesta perspectiva, tomamos alguns cuidados considerados necessários. Primeiro, ao formular as perguntas, além de enunciá-las de modo que pudessem ser entendidas, seria importante redigi-las de maneira que estimulasse a resposta. Houve também a preocupação com a condução da entrevista. As perguntas foram comunicadas aos entrevistados e as respostas imediatamente anotadas com a maior exatidão possível, pois a intenção era obter um retrato bastante fiel do raciocínio do sujeito. Para tanto, era preciso fazer as perguntas exatamente como tinham sido redigidas, recorrendo-se sempre que necessário a uma forma "indireta" de indagação como Por que isto? Por que você pensa assim? etc.

Para encerrar, considerando a aplicação do instrumento não como um fim em si mas sobretudo uma etapa, acrescentamos nesta fase da coleta a estratégia da observação do fato estudado nas próprias viagens realizadas para a Serra do Mar e no acompanhamento de alguns grupos de pessoas que faziam caminhadas nas trilhas existentes na região. A noção de observação não deve ser interpretada aqui como sinônimo de empiricismo, mas como um procedimento que visa enriquecer o

conhecimento do real. É justamente a interpretação desse real o que fazemos no tópico seguinte, a partir da base teórica desenvolvida nos capítulos precedentes.

DO ESPAÇO PERCEBIDO AO ESPAÇO PROTEGIDO

"O CAMPO E A PRAIA, O AR DO MONTE E O AR DO MAR SÃO... A UNIVERSAL PANACÉIA PARA AS MOLÉSTIAS ENDÊMICAS DAS GRANDES CIDADES, PARA AS NEVROSES DOS EXCITADOS DE TODAS A ESPÉCIES... PARA OS DOENTES DE TODOS OS ABUSOS DO TRABALHO OU DO PRAZER" (RAMALHO ORTIGÃO)

1º MOVIMENTO - OS TURISTAS

Perfil dos Turistas

Conforme já foi frisado no tópico anterior, o universo da pesquisa de campo engloba quatro categorias de sujeitos. Destas quatro categorias, a primeira que submetemos ao movimento interpretativo e analítico é aquela que concerne aos turistas.

O termo "turista" é empregado aqui como referência às pessoas que se deslocam para a Serra do Mar por um certo período de tempo, seja durante ou nos fins de semana, especificamente para a prática de lazer. À luz desta definição é que expomos alguns dos traços configuradores daqueles que podem ser denominados usuários temporários do espaço serrano.

Foram ouvidas 47 mulheres e 33 homens durante as entrevistas. A maioria destas pessoas possui o segundo grau. Da mesma forma, uma parcela significativa dos entrevistados está fazendo ou já fez o curso universitário. Somente uma minoria respondeu ter escolaridade até o primeiro grau.

O fato de aparecer um maior número de estudantes secundaristas e universitários se explica, em parte, pela

própria idade dos entrevistados. Pois, conforme revela a pesquisa, predomina a faixa etária considerada "jovem", ou melhor, abaixo dos 25 anos de idade. Os outros entrevistados se distribuem quase na mesma proporção dentro das faixas etárias restantes, isto é, entre 26 e 35 anos, entre 36 e 50 anos e mais de 50 anos.

Quanto ao rendimento econômico, mais da metade dos entrevistados disse que a renda da família está na faixa salarial de 8 a 16 salários mínimos. Mas também uma parte expressiva se encontra na faixa salarial superior a 16 salários mínimos. Pouquíssimas pessoas responderam que a renda familiar está abaixo de quatro salários. Ninguém apontou a faixa salarial entre 4 e 8.

No que concerne ao lugar de residência habitual, a maior parcela dos turistas inquiridos disse residir em Curitiba. Igualmente numeroso foi o grupo que respondeu morar nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Uma pequena parte dos turistas indicou ter como residência permanente cidades do interior do Estado do Paraná.

Tomados em conjunto, os dados revelam o perfil aproximado dos usuários temporários do espaço serrano. Em primeiro lugar, observamos que pessoas de todas as faixas etárias procuram a Serra do Mar para a prática do lazer turístico. Todavia, há predominância da população jovem com idade inferior a 25 anos de idade.

Isto não surpreende, visto que normalmente a população com menos idade tem mais disposição física para enfrentar

os desgastes causados pelos deslocamentos numa região escarpada como a Serra do Mar, assim como o gosto mais acentuado pela aventura e pela descoberta de coisas novas. Pelo menos foi o que se pode notar nos grupos de jovens que se encontravam na região no momento das entrevistas.

Um segundo aspecto revelado pela pesquisa refere-se ao lugar de residência dos usuários. As áreas urbanas são apontadas por todos os sujeitos, com ênfase nas capitais e regiões metropolitanas. Esta característica mostra que o usuário do espaço serrano é predominantemente do meio urbano. Constatação banal, mas carregada de sentido se se considerar a questão da evasão do espaço cotidiano através do turismo. Afinal de contas é como afirma Krippendorf:

"O turismo moderno é, de muitos modos, a imagem da fuga da cidade para o campo... Nossa sociedade projeta para o exterior as necessidades de repouso e acabou achando evidente a polarização "trabalhar e morar aqui - descansar além."(1989, 41)

O processo de urbanização que nosso país tem experimentado nas últimas décadas, com todas as deficiências e condicionantes que carrega consigo, explica em grande parte essa procedência urbana dos turistas. Basta observar os deslocamentos nos fins de semana e feriados prolongados para se ter uma idéia mais clara da situação.

Por outro lado, tal aspecto é fundamental para se entender os significados atribuídos ao espaço serrano concernentes à sua representação e percepção, uma vez que ele possui um sentido específico para o habitante urbano. Na percepção dos turistas, a "natureza" representada pela Serra do Mar se opõe ao "artificial" do seu ambiente

cotidiano. O espaço serrano aparece como o oposto da cidade. O acesso a esse espaço é, por conseguinte, uma forma de liberar-se das restrições do meio urbano, uma maneira de desfrutar o tempo livre. Neste sentido, não é de se estranhar que a Serra do Mar seja vista com verdadeiro fascínio pelo turista. Na verdade, ela incita sua imaginação de maneira contrária à que ocorre com seu espaço do dia a dia. É o culto à experiência imediata numa tentativa de retorno ao natural.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à condição econômica dos turistas. Na sua maioria podem ser enquadrados na faixa de rendimentos que define o "brasileiro médio". Pois, não obstante as dificuldades atuais para se situar a população brasileira dentro de parâmetros consensuais, o rendimento familiar das pessoas entrevistadas coloca-os numa posição intermediária em termos de poder aquisitivo. Isto confirma, de certo modo, a idéia de que a prática do turismo de massa está muito ligada à "classe média".

Por fim, ainda com relação ao perfil do turista, há que se destacar o seu nível escolar. Os dados levam a crer que os usuários têm um bom nível de instrução e informação. Esta particularidade deveria exercer um peso maior sobre a qualidade das respostas, principalmente quanto ao seu lado crítico. No caso dos dados coletados por nós, não se pode deixar de verificar um certo olhar crítico diante da questão ambiental serrana.

Atitudes, Valores e Comportamentos

Buscando acomodar a interpretação dos dados a sistemas de referência pré-estabelecidos, isto é, apoiados na fundamentação teórica da pesquisa, decidimos agrupar em módulos de significação as respostas do questionário aplicado aos turistas. Por isso, a análise feita aqui não obedece à sequência apresentada pelo instrumento de coleta, mas ao significado das respostas tomadas em seu conjunto. Na verdade, isto nada mais é do que a categorização das respostas com vistas à sua interpretação.

O primeiro grupo de respostas reunidas em torno de um núcleo comum são aquelas referentes à percepção e à representação mental do espaço serrano. Neste caso, procurou-se saber inicialmente se o entrevistado já havia visitado a Serra do Mar antes. Um pouco mais da metade dos sujeitos respondeu ser a primeira vez, enquanto o restante disse que já tinha estado antes na serra.

Diante deste quadro, pode-se dizer que há um equilíbrio entre o número de entrevistados que possuem a experiência perceptiva do espaço serrano e aqueles cuja percepção está ligada somente à imagem formada desse espaço. Isso, no entanto, não se apresenta como fator decisivo na diferenciação do conteúdo das respostas. As questões a seguir interpretadas dão conta desta constatação.

Questão 2

O que lhe vem à mente quando pensa na Serra do Mar?

A maior parcela das respostas pode ser representada por quatro categorias mestras: **paisagem** (natureza, montanhas, cachoeiras, mata, pássaros); **estética** (beleza da paisagem, cores,); **tranquilidade** (sossego, paz, descanso, relaxamento); **descontração** (alegria, felicidade, etc.); **saúde** (respirar ar puro, praticar esportes, ambiente natural).

Através destas respostas tem-se uma rica indicação da concepção de natureza que está na mente do turista. Tomando as palavras no seu sentido amplo, observa-se que na imaginação dos turistas a Serra do Mar assume, de um lado, uma conotação romântica com características bucólicas bem delineadas. Ou seja, o turista está se remetendo para a idéia de um passado idealizado, de um paraíso perdido onde reinam a harmonia e a beleza no interior das paisagens.

De outro lado, há uma conotação de lugar saudável e tranquilizador, quer dizer, uma imagem bastante viva de oposição em relação ao espaço urbano enquanto um lugar poluído, agitado, asfixiante, enfim, algo repulsivo. A bem da verdade, o que leva o turista a pensar assim é menos o resultado de uma invenção pessoal do que a realidade da qual ele procede, pois a maioria das cidades não oferece condições para satisfazer as necessidades de relachamento dos habitantes que se vêem privados do contato com espaços verdes e, tampouco, dispõem de equipamentos de lazer. A

qualidade de vida é ruim e as condições de moradia são piores.

Questão 3

O que significa a Serra do Mar para você?

As respostas relacionadas ao significado que o turista dá ao espaço serrano não apresentaram, como se esperava, grande diferenciação. Daí as categorias utilizadas recobrirem um número pequeno de significações. Quase na mesma proporção, encontramos três significados: a Serra é um **patrimônio ecológico**, é uma **dádiva de Deus** e é um **lugar de paz e tranquilidade**. Pouquíssimas pessoas vêm a Serra do Mar como um **lugar de sobrevivência da própria natureza**.

Ao considerar a Serra do Mar como um patrimônio, o turista nada mais faz do que se apropriar do espaço serrano de modo subjetivo, obedecendo a uma tendência crescente de preocupação com a preservação do meio ambiente. A natureza tornou-se um "bem público" a ser conservado, um patrimônio da humanidade. Isso está bem de acordo com o discurso difundido pela mídia nos últimos tempos e mostra uma face da crise ambiental vivida pela sociedade moderna. É como diz George:

"Esta sociedade toma consciência do seu drama e inventa a noção de patrimônio, à qual dá precisão a de meio ambiente. O patrimônio é o espaço natural e humanizado através de milenares formas de trabalho, de invenção e de cultura. Ele assume formas múltiplas: o retorno a uma identidade histórica mais ou menos modelada dentro de um quadro natural onde se misturam a afeição às raízes e a fidelidade a uma herança pré-industrial." (1980, 15)

Com relação ao significado religioso atribuído à natureza, vemos aqui a herança judaico-cristã ressurgir intimamente ligada com a idéia de mundo natural. Muitas

peessoas, em maior ou menor grau, localizam Deus na Natureza e consideram-na uma "dádiva" divina. O que caracteriza de certa forma um arquétipo de significação religiosa. Mackibben expressa muito bem essa idéia quando diz:

"A natureza tem sido um meio de reconhecer Deus e falar sobre quem ele é...As ovelhas, as colheitas e os outros temas comuns na Bíblia não são apenas metáforas; constituem também a antiga realidade da Terra, um lugar em que as pessoas dependiam, tanto por sua vida quanto por um sentido para ela, da natureza ao redor. "Aramos os campos e espalhamos a boa semente na terra, mas ela é nutrida e regada pela mão toda-poderosa de Deus". (1991, 82)

Já o significado atribuído ao espaço serrano como um lugar de paz e tranquilidade é dado pelo movimento entre dois pólos. A atração romântica exercida pela Serra do Mar convive com o desejo de evasão do espaço urbano, o qual não seria, portanto, um lugar onde o turista encontra paz e tranquilidade. É um pouco a idéia de natureza como refúgio, isto é, o lugar onde o homem urbano vai buscar abrigo das neuroses do cotidiano através da prática turística. Nas palavras de Molles:

"A sociedade urbana dita os modos de vida de maneira totalitária; mesmo se os aceitamos, queremos escapar para reencontrar-nos a nós mesmos, criamos para tanto o movimento das férias; Thoreau se vai à Walden, Skinner à Waldem Two e os "drop out" se vão para as comunidades levando consigo as latas de conserva de supermercado" (1978, 25)

Por fim, conforme aparece na categorização, para uma ínfima minoria a Serra do Mar é considerada dentro de uma visão "biocêntrica", para emprestar uma expressão de Mackibben (1991), em oposição à visão antropocêntrica reinante em nossas mentes. A visão biocêntrica representa o cerne do pensamento que se coloca a seguinte questão: o que acontece se começarmos a pensar na preservação da natureza pelo seu próprio bem?

Questão 4

Como você ficou sabendo sobre a Serra do Mar?

Esta pergunta foi formulada a partir da necessidade de se identificarem os canais de informação através dos quais o turista teve conhecimento do espaço serrano. Uma grande parcela disse que ficou sabendo por intermédio de amigos. Outro grupo, também majoritário, apontou a propaganda das agências de turismo e os meios de comunicação - televisão e jornais - como o veículo de informação sobre a Serra. O conhecimento geográfico aprendido na escola também foi apontado em algumas respostas. Por fim, uma pequena parcela mencionou os comentários sobre problemas ambientais na região.

Como se esperava, o acesso às informações sobre o espaço serrano para a maioria dos turistas é feito através dos dois canais principais antes mencionados. Verifica-se, portanto, que o modo de o turista perceber e de dar expressão às imagens do espaço serrano está muito associada à descrição que outros turistas fazem da Serra e ao tratamento dado pela mídia e pela propaganda turística. O primeiro, como se sabe, é passível de várias distorções operadas na mente do próprio turista. Afinal cada grupo social valoriza o espaço de uma forma específica.

O segundo canal de informações constitui o poderoso elemento que influencia não só a formação da imagem turística como também o comportamento do turista. O que o turista projeta sobre o espaço serrano e o modo como se

comporta são, neste sentido, o resultado de uma informação superficial e estereotipada. Não deve-se esquecer aqui a face manipuladora dos meios de comunicação de massa, os quais configuram uma mentalidade uniforme na maneira de perceber o espaço e de dar sentido às coisas no interior deste.

Questão 5

Como você explicaria sua opção pela Serra do Mar?

Pretendíamos por meio dessa questão detectar o motivo da escolha dos turistas e, conseqüentemente, os fatores que os motivaram assim como aqueles que os atraíram para a Serra do Mar. As respostas pertencentes a uma expressiva parcela podem ser agrupadas em torno da categoria **fuga do cotidiano** (agitação da cidade, tensão, fadiga mental, rotina do trabalho, etc.). Outra grande parcela das respostas pode ser incluída na categoria **contato com a natureza** (gosto pelo verde, ar puro, passear junto à natureza, etc.). Um grupo menor de respostas encontra-se na categoria **contatos sociais** (estar com amigos, divertir-se, conhecer pessoas, etc.). Finalmente, sobraram algumas respostas que podem ser colocadas na categoria **curiosidade**.

As respostas apontam os elementos motivadores e os fatores espaciais de atração cuja presença se pode notar nas categorizações já mostradas. Ou seja, a ruptura com o meio social caracterizado pela vida na cidade e a procura de novas experiências junto à natureza. Essa fuga do meio urbano acompanhada da busca de outros espaços, especialmente

onde a natureza ainda sobrevive, constitui o fundamento do movimento turístico. Neste caso, a Serra do Mar aparece como um lugar bastante grande para aventureiros se perderem e estressados habitantes da cidade se encontrarem.

Questão 6

Na sua opinião para que serve a Serra do Mar?

Nessa questão, a intenção foi avaliar o ponto de vista dos sujeitos naquilo que diz respeito ao papel exercido pelo espaço serrano dentro do contexto social. Um agrupamento das respostas mostra que mais da metade vê a Serra como **área útil para a recreação**. Outra parte, também representativa, considera que serve como **área de preservação ambiental e ecológica**. Apenas uma minoria optou por outras formas de utilização como, por exemplo, **área de exploração econômica** (agrícola, mineral, corredor de exportações, etc.).

Como se vê, a opinião da maior parte das pessoas está baseada sobre dois pontos de vista. O primeiro diz respeito ao desejo de preservar a Serra do Mar para o usufruto do próprio turista. O segundo está relacionado à conservação da natureza em si. De certa forma, ambos querem dizer a mesma coisa. Na opinião do turista, a manutenção da Serra como lugar protegido das depredações ocorridas noutros lugares, relaciona-se diretamente com sua necessidade de espaços livres para a prática do lazer turístico. Em outras palavras, o turista que coloca sua preocupação com a preservação da Serra está pensando a mesma coisa que aquele cuja preocupação é dispor de um ambiente intacto onde

possa se distrair, passear, descansar, praticar esportes, etc.

Questão 15

Como você vê as pessoas que moram na região da Serra?

Nosso objetivo aqui foi colher algumas impressões dos sujeitos quanto à visão que possuem dos moradores locais. Para uma ampla parcela, os moradores aparecem como **pessoas simples e humildes**. Mais reduzido, porém ainda acentuado, é o número de turistas que vê os moradores como **pessoas que têm boas relações com a natureza**. Somente uma pequena parte vê os moradores **em piores condições econômicas do que os que moram na cidade**.

Novamente temos uma indicação da mentalidade do turista, desta vez acerca das populações nativas. A imagem que o viajante faz dos moradores locais conduz à confirmação dos clichês, isto é, **pessoas simples convivendo dentro de uma certa harmonia com o ambiente que os cerca**. Enfim, **pessoas pobres mas felizes, visto que sua vida parece mais despreocupada e sem os problemas da cidade**. De muitos modos, esta visão está articulada à **tradição romântica**. O pensamento romântico vê aqueles mais próximos da natureza como **pessoas menos expostas às múltiplas determinações do meio urbano, técnico e industrial**.

Outros aspectos sobre a percepção e a representação do espaço serrano se sobressaíram na medida em que procedemos à interpretação das respostas desse primeiro módulo. A análise permitiu compreender, por exemplo, que a percepção do

espaço pelo turista se organiza em torno de três componentes interdependentes.

Um diz respeito à dimensão afetiva, isto é, a Serra é percebida como um espaço agradável, onde reina a beleza, a paz e a tranquilidade. Essa afetividade a torna alvo de valorização por parte do turista, que projeta sobre ela as qualificações já conhecidas, ou seja, estereótipos tais como natureza é saúde, beleza, harmonia e vida plena.

As respostas revelam também que a Serra é vista como lugar de ar puro, despoluído e calmo em relação ao espaço de origem dos turistas, ou melhor, o espaço urbano. Jogando com a desvalorização do cotidiano e fundamentando-se numa espécie de apologia do espaço natural, o turista dá uma dimensão atributiva ao espaço percebido, o segundo componente da percepção.

Dito de modo simples, no momento que foi preciso "nomear" o espaço percebido, conforme mostram as respostas - natureza, beleza, lugar de descontração, tranquilidade, ar puro, etc. -, o turista se utilizou da linguagem cuja característica é estar carregada de significados sociais, culturais e elementos ideológicos. A linguagem que o turista utiliza não é neutra, ela manifesta e reproduz uma visão de mundo. Ela não se limita a traduzir fatos, mas exprime pontos de vista. Sobre a estruturação da percepção com o uso da linguagem, Bettanini nos diz:

"Se o tema da percepção do espaço passa através das diversas percepções do "total perceived environment" - o ambiente enquanto natural e enquanto construído pelo homem (man-made) - pode-se afirmar que disto derivam considerações importantes: que a percepção do espaço é verbalizada, que o espaço é falado; portanto, os objetos que constituem o tecido das relações sociais foram dotados, pelo homem, de significado: o espaço, portanto, fala. Fala como sistemas de sinais, território interno à semiótica" (1982, 77)

O terceiro componente, ou seja o prescritivo, remete à questão da imagem existente na mente do turista. A julgar pelas respostas antes comentadas, o turista literalmente "percebe" a Serra tal como a imagina. Em outras palavras, há um "modelo-imagem" a partir do qual o turista percebe o espaço serrano. Isto se dá tanto na percepção dos aspectos naturais (montanhas, rochas, cachoeiras, floresta) quanto dos aspectos sociais (pessoas simples, humildes, vivendo em harmonia com a natureza, etc.).

No fundo, o turista vai à Serra não para ver a Serra mas a imagem desta, reduzindo-a, portanto, a uma imagem prévia. Por sua vez, essa imagem se confunde com a própria Serra que fica reduzida ao signo, ou melhor, ao sinal.

Um segundo grupo de perguntas foi reunido em torno do posicionamento dos sujeitos diante da realidade serrana e do nível de conscientização sobre a questão ambiental. Na verdade, objetivou-se recolher dados sobre a perspectiva das pessoas para com a região da Serra do Mar no Paraná assim como sua opinião sobre possíveis projetos para a mesma.

Questão7

Quem deve cuidar da Serra do Mar?

Tal questão visou diretamente a tomada de posição dos sujeitos. Para uma considerável parcela dos entrevistados, todos têm o dever de proteger a região. Noutra direção,

obtivemos dois grupos de respostas proporcionalmente iguais: para um grupo quem tem obrigação de zelar são as pessoas que frequentam a Serra do Mar para fins turísticos; para outro, quem deve cuidar é o Estado tanto em nível federal quanto estadual e municipal.

Questão 8

Você conhece algum projeto de preservação da Serra do Mar? Qual?

Quase a totalidade dos entrevistados desconhece qualquer tipo de projeto de preservação da região. Apenas uma minoria dos entrevistados disse ter ouvido falar ou sido informado sobre projetos ambientais na Serra. Entretanto, ninguém soube especificar de qual projeto se tratava.

Questão 10

Qual sua atitude diante dos atos de agressão contra a natureza?

Procurou-se obter uma posição dos entrevistados como cidadãos. Uma parcela significativa respondeu que tentaria dialogar com o agressor na medida do possível. Já outro grupo, também extenso, disse que tentaria comunicar às autoridades competentes. Uma pequena quantidade de sujeitos indicou que ficaria indignada, revoltada, não precisando a atitude que tomaria.

Questão 11

Você quer que seus filhos conheçam a Serra do Mar como ela é hoje? Por quê?

Esta questão diz respeito à consciência ecológica dos entrevistados. A totalidade respondeu de modo afirmativo para a primeira parte da pergunta, enquanto a segunda parte teve respostas mais diversificadas. A metade dos entrevistados, por exemplo, respondeu que a Serra deve ser mantida como está hoje porque ela é bonita.

Não é o que pensam os outros. Do grupo de sujeitos que restou uma grande parte afirma que a Serra deve ser salvaguardada para o bem estar e usufruto dos próprios filhos.

Questão 14

Como você manifesta seu respeito pela natureza ao fazer turismo?

Através desta pergunta, tínhamos em mente tentar recolher alguns traços que definissem a atitude dos sujeitos "em estado de turismo" numa região como a Serra. Conforme se pôde observar a partir do processamento das respostas, a maior parcela dos turistas disse que procura não degradar a natureza ao fazer turismo (não poluindo, não jogando lixo, não destruindo a vegetação e não maltratando os animais). O grupo restante, bem menor, acha que o modo de manifestar respeito pela natureza é seguir as regras impostas nos locais de visitaçãõ.

Questão 16

Você é favorável a que a Serra do Mar seja um parque hitórico-ecológico?

Note-se que essa questão está muito relacionada ao engajamento subjetivo dos sujeitos em um caso de caráter político. Não obstante o desconhecimento do que vem a ser um parque histórico-ecológico, todos os entrevistados se colocaram a favor no que diz respeito à Serra do Mar.

Questão 17

Você é a favor de que mais pessoas venham fazer turismo na Serra do Mar?

O aumento do número de pessoas para a prática do turismo na região é aprovado pela metade dos entrevistados, mas todos colocam alguma ressalva. Tais ressalvas são, entre outras: o controle do fluxo, a ênfase sobre a preservação da natureza, a educação ambiental e a punição dos depredadores tomados em flagrante. Já uma parcela menor dos sujeitos disse ser favorável porque mais pessoas têm o direito de conhecer uma região tão bonita (beleza natural e paisagística). Sobrou um número inexpressivo que respondeu ser contra o aumento de turistas na região.

Analisando as respostas desse segundo módulo, chegamos às considerações a seguir. A pesquisa revela um pouco do que pensa o turista sobre a questão ecológica e o uso turístico da região da Serra do Mar. Deve-se ressaltar, entretanto, que não há intenção de generalização, visto que, quaisquer que sejam as correlações que resultem dos cruzamentos das respostas, seria muito arriscado afirmar que o turista que procura a Serra do Mar é consciente e instruído a respeito da questão ambiental. Muito pelo contrário. De um lado,

deve-se levar em conta o sentido ambíguo e contraditório de algumas respostas. É o caso daquela que trata da responsabilidade na preservação da Serra do Mar e daquela que expressa o conhecimento dos projetos de preservação para a região. Se é consenso entre a maioria que todos têm o dever de cuidar da Serra, por que então o desconhecimento acerca dos projetos voltados para a preservação da mesma?

É contraditória esta postura na medida em que não há legitimidade política. Como se sabe, toda a ação destinada à preservação de uma área está na dependência de interesses políticos. É preciso, portanto, ter conhecimento dos projetos desenvolvidos ou a se desenvolver para dar legitimidade política ao ponto de vista.

De outro lado, algumas respostas mostram uma certa ingenuidade combinada com um pouco de romantismo. É o caso daquelas referentes ao desejo do turista de que seus filhos conheçam a Serra do Mar nas condições atuais de conservação porque ela é bonita. Nota-se aí uma forte dose de romantismo na cabeça do turista. Não que isso seja mal, mas é ingênuo pois, como se sabe, outros lugares tão belos quanto a Serra do Mar foram destruídos apesar da sua beleza paisagística. Quer dizer, o fato de ser bonita não garante a preservação.

Mas, de qualquer modo, pode-se dizer que a postura do turista diante de certas questões se mostra bastante construtiva e, ao mesmo tempo, crítica. É o caso da questão que trata das atitudes do turista diante da depredação insana, da que sugere seu comportamento ao fazer turismo e

daquelas onde se procura saber a opinião dos visitantes sobre o uso turístico futuro da região. Isto tudo não exclui, entretanto, a necessidade de submetê-los a um processo de educação ambiental através do próprio turismo.

Em suma, não é pouca coisa o que sugerem certas respostas dadas pelos sujeitos. Tomadas em seu sentido mais objetivo, levam a crer que o turista está consciente dos perigos que o turismo impõe à Serra. Se assim for, o ajuste entre preservação da natureza e utilização turística pode ser instaurado com menos dificuldades do que se imagina. Afinal de contas, um turista responsável está muito mais apto a aceitar uma doutrina turística que priorize simultaneamente a prática do lazer turístico, a preservação do meio ambiente e o respeito às populações locais. Estes três elementos, juntamente com o crescimento econômico, são os elementos básicos para o desenvolvimento sustentável do turismo em qualquer região.

O terceiro e último módulo de respostas foi reunido a partir do processamento das perguntas que indagam sobre a disposição subjetiva dos entrevistados em se considerarem como turistas e, ao mesmo tempo, suas referências em termos de localização espacial.

Questão 9

Você se define como turista? Por quê?

Esta interrogação visou saber até que ponto o sujeito está consciente de sua condição. A maior parte dos entrevistados reconheceu sua condição de turista afirmando

ser apenas um visitante temporário (de passagem, a passeio, integrando uma excursão, conhecendo pela primeira vez). O restante dos usuários, ou melhor, o menor grupo não se considera turista pelo fato de já ter visitado a área outras vezes.

Questão 12

O que você acha de fazer turismo na Serra do Mar?

Essa pergunta visou uma avaliação geral da região como atrativo turístico. Acima da metade dos entrevistados considera: muito bom, maravilhoso, super agradável, gostoso, relaxante, excitante, etc. A outra parcela dos sujeitos se divide em colocações tais como: é uma forma de buscar contato com a natureza, é um meio de conhecer a região, é uma maneira de encontrar os amigos, etc.

Questão 13

Qual seria o roteiro turístico na Serra do Mar se você tivesse que indicar?

Por intermédio desta pergunta, desejávamos conhecer um pouco da orientação e do domínio espacial dos turistas na região da Serra. O processamento revelou que exatamente a metade dos turistas não soube indicar um itinerário de viagem na Serra do Mar. Da metade restante, um grupo considerável deu respostas apontando como roteiro a viagem Curitiba/Paranaguá via estrada de ferro. Uma parte apontou o roteiro via Estrada da Graciosa. E uma minoria disse preferir um roteiro pelos Caminhos Históricos ou Trilhas Ecológicas.

Este último módulo de respostas espelha as particularidades do turista que frequenta o espaço serrano. Na verdade, entre a grande quantidade de pessoas que visitam a região da Serra do Mar durante as quatro estações do ano, encontramos grupos diferenciados. Existem, por exemplo, os grupos de aventureiros com destaque para os montanhistas. Estes não se consideram turistas, mas apenas praticantes do esporte na montanha, ou montanhismo.

De qualquer modo, todos os grupos, além de praticar formas variadas de lazer turístico, utilizam meios de transporte que vão desde o automóvel, passando pelo ônibus de passageiros, pelo trem comum, pelo trem especial para turistas (Litorina), a bicicleta ou a caminhada. No nosso caso, as pessoas entrevistadas são aquelas que se utilizam do trem e do automóvel, pois são em maior número e mais fáceis de serem contactadas. Por isso são apontados, em algumas respostas, roteiros diferentes. São pessoas que já fizeram o roteiro mencionado ou tiveram conhecimento através de informações fornecidas pelas agências de viagens ou pelos amigos. O roteiro das trilhas ecológicas e caminhos históricos, por exemplo, é apontado por pessoas de diferentes idades, não havendo, portanto, uma clientela específica para um roteiro particular.

Por outro lado, temos uma significativa parcela de turistas que não soube definir um roteiro turístico pela região. Quer dizer, apesar de o espaço serrano ter um valor subjetivo para essas pessoas - ver aqui as respostas sobre o

que acha de fazer turismo na Serra - elas não têm um domínio e uma orientação espacial suficientes para fixar um roteiro. Tal fato é uma excelente indicação da maneira como percebem o espaço. A maioria desses turistas não conhece a região, como poderiam traçar um itinerário? Mas apesar de não conhecer, eles atribuem-lhe um valor excepcional.

Para esses turistas, o espaço é percebido como um todo. Eles não têm como referência um ponto determinado, um mapa mental da região. Seria válido referir-se aqui a uma experiência perceptiva de menor qualidade, estar sustentada sobre uma experiência da paisagem não vivida diretamente. Talvez fosse o caso de referir-nos a uma percepção manipulada do espaço serrano, manipulada por uma estrutura mental do próprio turista. Defrontamo-nos aqui novamente com a questão da imagem. É no interior da dialética entre imagem e percepção que o turista confere certos significados ao espaço serrano.

Para terminar, no caso específico da demanda turística, pode-se dizer que ela deriva em grande parte da valorização e apropriação subjetiva do espaço por parte dos turistas, conforme tentamos mostrar na análise feita aqui. Outro aspecto que sobressai é a perspectiva crítica que esses sujeitos adotariam doravante, pois a interpretação dos dados revela que não se trata de pessoas completamente "alienadas", mas até certo ponto conscientes das questões que os envolvem.

2º MOVIMENTO - OS AUTÓCTONES

Ponto de Vista e Impressões

Neste trabalho, os autóctones são as pessoas que habitam a região da Serra do Mar e, portanto, encontram-se "do outro lado" do sistema turístico, aqueles que nos acolhem voluntária ou involuntariamente. Daí a importância de tentar saber o que pensam do turismo, quais são suas motivações, interesses e necessidades, enfim, o que lhes pode trazer, de fato, o turismo segundo suas impressões. Neste ponto da interpretação procuramos mostrar um pouco sobre o ponto de vista dos moradores, sua descrição da situação em que vivem, alguns de seus objetivos e expectativas em relação ao turismo.

Ao mesmo tempo, a interpretação também mostra alguns aspectos do espaço vivido da população, bem como certas opiniões sobre a questão da preservação ambiental na Serra do Mar, pois, antes de mais nada, a temática ambiental os envolve de maneira direta e controvertida.

A busca de informações junto aos moradores locais possibilitou, em um primeiro momento, perceber uma característica particular com relação ao turismo. Notamos, através da observação e das conversas com as pessoas que, existem basicamente três tipos de grupos. Um primeiro grupo compreende aqueles habitantes que estão em contato permanente e direto com os turistas: os proprietários de

restaurantes, lanchonetes e bares ao longo das estradas que cruzam a região.

Um segundo grupo de habitantes são aqueles que também mantêm contatos diretos e frequentes com os turistas, mas tiram apenas uma parte de seus ganhos do turismo. Eles moram nos itinerários turísticos da Serra do Mar e, em geral, têm uma atividade agrícola ou trabalham em propriedades particulares. Aqui estão incluídos aqueles que vivem nas proximidades das áreas mais frequentadas. A terceira categoria, que é formada pela maioria dos habitantes, são aqueles que nunca - ou quase nunca - se encontram com os turistas. Deixamos de considerar aqui os grandes proprietários de terras da região, visto que estes, em sua maioria não habitam na Serra.

Dentre os sujeitos da pesquisa encontram-se aleatoriamente representantes dos três grupos. As opiniões manifestadas divergem muito pouco em seu conjunto. Por isso não há destaque para um grupo, mas apenas a análise do discurso dos entrevistados.

Observando o panorama atual do espaço serrano, verifica-se que os aspectos econômicos e políticos da vida social dos moradores constituem o cerne de seus problemas. É o que se pode comprovar, por exemplo, diante da principal questão que os cerca, isto é, a questão do tombamento da Serra do Mar. Com efeito, o exame dos depoimentos revela alguns aspectos polêmicos e contraditórios a esse respeito.

Quando colocado para um morador de Cacatu o que pensava do tombamento, ele disse:

"Olha, pra mim isso é uma grande palhaçada. Por causa que se você proibir o lavrador de trabalhar, primeiramente tem que dar condição pra ele. Se eu estou no meio de mato, decerto vou parar de trabalhar... Quem é que vai me dar de comer? O governo? O governo não me dá nada. Se eu não trabalhar com meus braços, eu não como. Quer dizer, não há meio do ITCF chegar aqui e dizer: Você pare. Também nunca disseram. Me tratam bem. Mas o problema é que nós temos que viver da terra. Quem vai dar de comer aos meus filhos? Olha, eu vivo aqui há mais de quinze anos e nunca precisei tirar uma cabeça de palmito pra vender. Eu vivo da minha lavoura e quando a lavoura não dá crio uns peixinhos... peixe de aquário sabe"

Eis outra resposta sobre a mesma questão:

"Veja, pra sobreviver é difícil não é?... Não dá pra plantar aqui então como vai fazer?... Eu achei um jeito que é criar alguns animais, a criação dá alguma coisa... para criar aqui na serra é só porco, cabrito e galinha, aves né.. A vaca não dá, porque é um animal que quer ir pro campo... De outra maneira, pra viver da agricultura sem mexer na terra, não vejo possibilidade". (morador de Pedra Branca de Araraquara)

Percebe-se por estes depoimentos que a situação social e econômica do morador da Serra do Mar se tornou mais difícil depois do tombamento. Se antes as condições de vida eram ruins, elas pioraram em certos aspectos. Como foi visto em capítulo anterior, a atual realidade social e econômica do espaço serrano está muito vinculada ao longo processo de ocupação do território paranaense. O tombamento constitui, portanto, uma página recente da história da Serra e configura uma problemática singular para seus habitantes.

Afinal de contas, é preciso lembrar que a maioria dos moradores são pequenos proprietários ou posseiros que praticam um agricultura de subsistência, comercializando o produto excedente. Segundo declarações de moradores, é praticado o extrativismo do palmito, madeira e caça para autoconsumo. Entretanto, a extração do palmito é agora mais controlada, e a plantação da banana também tem que seguir

certas regras definidas pelo ITCF e outros órgãos ambientais. Assim, o morador fica com poucas opções de subsistência. Como sua vida está estreitamente vinculada à exploração do solo, ele é o mais atingido pelas leis de proteção ambiental. Os próprios moradores reclamam de certas situações, como ilustra a observação seguinte:

"Tem fazenda grande. Você quer ver que palhaçada pra diante de mim tem gente de São Paulo que tem fazenda de búfalo com seis quilômetros pra dentro da mata. Eu não posso explorar e eles têm fazenda de búfalo..pra ver que palhaçada. Tudo só cai em cima do pequeno. Tem fazenda de búfalo no costão da Serra, onde era antigamente o mato grosso. Agora o coitado do pequeno vai fazer uma rocinha, plantar um pé de milho e já é perseguido" (morador de Cacatu)

Como se vê, o equacionamento do problema básico da Serra do Mar, isto é, sua preservação, possui diversos lados conflitantes entre si. Há uma infinidade de interesses locais onde alguns setores levam vantagens adicionais através de manobras políticas, enquanto outros vêm frustradas suas tentativas. Em outras palavras, isso significa que a operação de salvamento da Serra arrisca-se a ser apenas plena adaptação ao mundo administrado pelas determinações sistêmicas do capitalismo, isto é, pelo poder e pelo dinheiro.

Há que se considerar o fato de a maioria dos habitantes serranos não ter uma atividade que efetivamente contribua para degradar o espaço natural em grande escala. Tal fato foi reconhecido pelos próprios técnicos que atuaram no processo de tombamento. Diz Magnani:

"Considerando-se o modo de vida tradicional da população local, constata-se que sua relação com o meio ambiente no geral não é conflitiva, pois suas atividades, de subsistência, não são predatórias." (SECE: 1987, 91)

Por sua vez, o aumento do índice de grandes propriedades representa um risco mais sério à preservação da região. Conforme foi visto, o processo de ocupação da Serra do Mar nas últimas décadas caracteriza-se pelo aparecimento de grandes proprietários como, por exemplo, a figura de grupos empresariais. Estes grupos investem, em alguns casos, na criação de búfalos e reflorestamento, em outros, tem somente a finalidade especulativa. Embora tais empreendimentos se caracterizem por um baixo grau de exploração da terra, sua presença vem ocasionando uma forte pressão sobre os pequenos produtores. Assim, a economia de subsistência, dominante a princípio na área estudada, passa a coexistir cada vez mais com a exploração comercial do solo. Naturalmente, tanto uma como outra estão na mira dos órgãos ambientais encarregados de fiscalizar a região. Pelo menos é isso o que afirmam os técnicos responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização da região.

O problema da responsabilidade na conservação da serra também foi colocado nas entrevistas. A posição dos moradores sobre essa questão é bastante interessante. Veja-se o depoimento desses moradores de áreas diferentes da Serra:

"Olha deve-se cuidar da Serra. Mas tem que ser gente caprichosa, que não seja corrupto. A lei tem que ser igual pro grande e pro pequeno... Todo mundo tem que cuidar, porque se o homem não cuidar, ele se destrói, se o que mora aqui não cuida, ele mesmo se destrói". (Morador de Rio Sagrado)

Sobre a mesma questão:

"A gente não pode destruir a mata, ela é muito bonita e deve ser mantida como está, sem mexer... Eu não vejo porque derrubar. A gente pode usar onde não faça estrago. Nós aqui não derrubamos nada... Isso é tudo serra, se ficar sem mata pode desmoronar tudo... Tem que deixar a mata assim." (morador de Jaguatirica)

O mesmo ponto de vista:

"Tem que se preservar, porque senão com o tempo vai acabar a natureza... Eu acho que tem que deixar o mato pra natureza... Não tem jeito de fazer muita coisa aqui." (morador de São João)

Tais depoimentos revelam uma certa preocupação ecológica dos sujeitos. Percebe-se que, na mente do morador, as relações entre homem e natureza são mediadas por um tipo de pacto ecológico, isto é, se ele destruir a natureza, estará decretando seu próprio fim. Esse ponto de vista está muito relacionado ao próprio cotidiano do moradores, ou seja, em contato constante com o meio natural representado pela Serra do Mar.

À medida que eles convivem diretamente com a natureza na Serra, ganha corpo uma postura que se exprime pela prudência. Há o reconhecimento das implicações que uma devastação indiscriminada poderia trazer para eles mesmos. Portanto, não se pode invocar a falta de uma consciência preservacionista como forma de manter a população fora das decisões que lhes dizem respeito. Muito pelo contrário. Os depoimentos indicam que a população está também apta a tomar conta de seu meio ambiente. É preciso ouvir a voz do morador serrano nas grandes decisões que devem ser tomadas. Ele pode contribuir para a conservação/preservação da Serra do Mar de uma maneira ativa. Ou seja, deixar de ser apenas um mero espectador à mercê das manobras políticas e dos trâmites burocráticos que entravam sua vida para ser o responsável por seu próprio destino e pelo de sua comunidade.

Por estar intimamente relacionado com o problema da preservação na Serra do Mar, o Estado também foi citado nas entrevistas. Ao perguntar se os técnicos dos órgãos responsáveis apareciam de vez em quando para dar orientação, obteve-se apenas respostas negativas, como mostram os depoimentos a seguir:

"Instrução, não tem vindo ninguém... nem meio ambiente (Secretaria), nem ITCF, nem ACARPA... Não vem ninguém pra dar uma idéia pra gente de como a gente pode viver aqui sem mexer na floresta... Então também não faço nada com medo de ser repreendido... Você veja, se dar uma multa pra mim eu não posso pagar. Então a gente fica assim esperando". (Morador de São João)

"Não, aqui não aparece ninguém pra fazer essas coisas. Faz tempo que não aparece esse pessoal. Eu pelo menos não vi. Aqui é muito raro passar um carro de gente do governo. Só vieram uma vez saber se nossa terra tava dentro do limite do tombamento". (Morador de Jaguatirica)

A partir dessas colocações pode-se deduzir que os moradores recebem pouca atenção dos órgãos responsáveis pela gestão do espaço serrano. Aliás, do que eles mais reclamam é da falta de assistência do Estado. Isso se explica, em parte, pelo fato de se tratar de uma área onde a interferência do poder público é marcante e necessária, não só por sua condição de Patrimônio Natural tombado como também por conter várias unidades de conservação nos níveis federal e estadual.

Tal situação leva-os, de um lado, a ver o poder público dentro de uma perspectiva excessivamente paternalista, de outro, a um total descrédito nas instituições políticas, posto que elas pouco têm feito para mudar a situação de carência sócio-econômica da maioria dos moradores da região.

Considerada fundamental para a pesquisa, a questão do turismo também foi colocada para os moradores entrevistados.

Os dois depoimentos abaixo transcritos são uma indicação de como eles pensam sobre o assunto. Deve ser frisado que todas as respostas tem o mesmo teor.

"Olha, eu acho muito bom o turismo, pra mim é muito bom. Porque é onde eu faço um dinheirinho melhor... As bananas que eu colho ponho na estrada e eles compram por um preço melhor... Porque se eu vender o cacho, o homem do caminhão me paga muito pouco, quando na estrada eu pego melhor preço com o turismo. Eu acho bom assim... Acho que o turismo para nós que vivemos na região é uma das coisas melhores que tem... É a sobrevivência de muita gente por aqui... Um vende milho cozido na estrada, outro vende caldo de cana. Eu tenho possibilidade de vender isso também, mas eu vendo banana". (Morador de São João)

Outro assinalou:

"Seria muito bom, porque isso aqui é uma serra, todo mundo aprecia as montanhas, região montanhosa... Porque onde tem turismo há dinheiro... então ele pode ser bom pra nós aqui... mais gente... movimento né". (Morador de Cacatu)

Estas respostas são bastante sugestivas. Em primeiro lugar, não é de se estranhar que o turismo se apresente como algo positivo na mente dos moradores. Não obstante ser uma prática ainda incipiente na região da Serra, há muitas áreas onde a atividade traz um significativo ganho econômico para os moradores. É o caso daqueles que habitam, por exemplo, os pontos de passagem (estradas) cujo movimento turístico durante o ano é quase constante. Aliás, através das conversas mantidas com pessoas dessas áreas, constatamos que o grau de aceitação do turismo é maior que nas outras. Veja-se o que diz um morador ao se colocar em posição favorável ao aumento do movimento turístico:

"Para nós aqui, da região, seria melhor, mas muito melhor mesmo. Porque daí eu vendo mais e os outros que também vendem é a mesma coisa... Aumenta a venda de milho verde, de cana, de banana. Eu acho que o turismo é um ótimo negócio pra nós... não só nós que moramos na região da serra, pois o turismo ajuda o litoral todo, Antonina, Paranaguá, Morretes, tudo é turismo" (Morador de São João)

Um segundo ponto a ser destacado é a visão que eles possuem do turismo. Para os moradores, o turismo aparece

como única perspectiva até certo ponto. Ou seja, eles não vêem nenhuma indicação de que outra atividade possa se desenvolver na região. Nesse sentido, a esperança econômica constitui uma poderosa motivação de apoio ao turismo. Afinal de contas, toda atividade agrícola, extrativa, e mineral está sujeita às leis do tombamento de maneira mais rigorosa, enquanto o turismo dispõe de maior amplitude, como é o caso do ecoturismo, por exemplo.

Além disso, atua como estímulo à fácil aceitação da atividade turística o desconhecimento dos problemas que ela carrega consigo, isto é, as inconveniências ao meio ambiente e ao modo de vida. Os depoimentos mostram que a maioria não considera o turismo uma atividade predadora da paisagem serrana. Para eles, até agora o turismo não causou danos a essa paisagem. Este ponto de vista não significa, contudo, a falta de senso crítico dos moradores. Sobre este aspecto, é interessante a colocação seguinte:

"Eu acho bom o turismo desde que venha para ajudar... Que não atrapalhe em nada, que não mexam com ninguém... Ele (o turista) pode ajudar a cuidar da natureza quando vier pra cá, não deve acampar em qualquer lugar, não deve jogar lixo no rio, que isso vai contaminar a água. Então nisso eles podem ajudar." (Morador de Cachoeira de Cima)

Aliás, os moradores entrevistados não fizeram críticas ao comportamento dos turistas. A maioria dos entrevistados expressou uma opinião positiva sobre os turistas, afirmando que eles não incomodam. Por outro lado, conforme foi visto no segundo capítulo, o turismo não pode ser considerado uma atividade que tenha causado distúrbios ecológicos na Serra do Mar. Os exageros da atividade verificados em certas zonas

do litoral paranaense, por exemplo, felizmente ainda não atingiram o espaço serrano.

Quanto à experiência perceptiva, ela tem muita correspondência com as condições econômicas, sociais e ambientais dos moradores da serra. Quer dizer, o problema da percepção do espaço pelo habitante serrano abrange desde uma construção social do espaço, isto é, os significados atribuídos ao espaço, até as condições naturais impostas por ele.

Alguns traços de sua mentalidade e afetividade foram revelados através de uma leitura mais aguçada de certas passagens dos depoimentos. Em primeiro lugar, é importante ressaltar a dualidade que se verifica entre a percepção do morador e a do turista.

As comparações entre algumas respostas permitem ver as diferenças que caracterizam a noção de espaço natural. Conforme foi ressaltado, o turista atribui ao espaço um valor excessivamente romântico e hedonista. Em contrapartida, o habitante local valoriza o espaço de uma forma mais pragmática, isto é, a natureza é vista mais como um recurso para sua sobrevivência do que apenas um lugar bonito e agradável. Veja-se o conteúdo desse depoimento:

"Gostar eu gosto, só que os recursos são poucos... eu vivo aqui porque não tenho condições de ir pra outro lugar...O lugar aqui é bonito... tem muito mato, animais... Tem gente que vive bem. Eu moro aqui porque vim trabalhar. Se tivesse outro lugar melhor pra ir eu ia. Já falei para o ITCF, se eles me dessem um pedaço de terra pra trabalhar em outra parte... não precisa ser grande. Uma terrinha pra mim plantar e sobreviver... um lugar mais fácil, porque aqui não dá pra mexer na terra. É difícil de viver assim" (Morador de Cacatu)

Poderíamos dizer aqui que a concepção de natureza existente na mente do morador é resultado de um processo histórico marcado pela exploração da natureza como meio de sobrevivência. A representação do espaço natural se organiza em volta de valores sociais determinados pelas condições materiais de existência. Na verdade, o habitante serrano também incorporou a idéia de recurso natural, a qual tem servido como suporte da mentalidade ocidental. Malgrado suas práticas espaciais não constituírem um problema preocupante, elas são a herança dos primeiros ocupantes do território paranaense. Conforme foi mostrado, desde os primórdios da ocupação do espaço serrano tem havido o embate entre o homem e o meio natural.

Isto não significa que o morador seja insensível na sua relação com o espaço natural. Muito pelo contrário, basta observar nos depoimentos já expostos que a natureza assume no seu cotidiano um papel que ultrapassa o valor puramente objetivo. Diferentemente do conhecimento superficial que o turista tem do espaço serrano, o morador possui um conhecimento real daquilo que o cerca. É a noção de "espaço vivido" que pode aqui ser invocada. Segundo Bettanini:

"O espaço vivido situa-se como espaço da vida cotidiana. Considerar o espaço vivido significa superar a dimensão do espaço-extensão, ou espaço-suporte das atividades, para acolher a noção de representação do espaço, como espaço construído através do olhar das pessoas que o vivem-habitam. Como espaço produzido pelos valores e pela ideologia (cultural, social, econômica)" (1982, 118)

Dentro desta perspectiva, mesmo que o morador serrano não tenha consciência, sua percepção está repleta de valores e sentimentos para com o espaço. São esses valores e

sentimentos que determinam profundamente suas atitudes e comportamentos e, portanto, são os responsáveis indiretos pela preservação do espaço serrano. Na verdade, como usuário permanente da Serra, o morador possui uma intimidade com este espaço capaz de engendrar a integração entre uso e conservação.

Por outro lado, não podemos negar que a percepção do espaço serrano pelo morador local vem sofrendo a interferência de vieses ideológicos produzidos no meio urbano-industrial. O desinteresse cada vez maior de moradores mais jovens em permanecer na região resulta da dialética entre insatisfação com a realidade local e atração exercida pelo meio urbano. É a imagem da cidade, fenômeno universal que estimula o desejo de partir.

Neste ponto, aliás, a população serrana não foge à regra geral. Hoje, não só a maioria da população vive nas cidades, como também os pontos de vista, modo de viver e valores básicos citadinos têm se tornado padrões para imitação e admiração pelos que vivem no campo. Os meios de comunicação são o grande protagonista desta nova realidade. Por isso, não podemos afirmar que os moradores vivem isolados na Serra do Mar, muito pelo contrário, eles estão em contato permanente com o mundo através não só do contato direto, mas através dos meios de comunicação de massa.

3º MOVIMENTO - OS TÉCNICOS

Ponto de Vista e Opiniões

A integração entre desenvolvimento turístico e conservação ambiental na Serra do Mar tem seu principal ponto de apoio nas políticas públicas e nas ações empreendidas pelo Estado. Em primeiro lugar, isso se deve à presença marcante do Estado no espaço serrano em nível federal, estadual e municipal. As circunstâncias que tornaram o poder público uma figura onipresente na região já foram expostas ao tratarmos das políticas ambientais. Em segundo lugar, o motivo é sintomático, isto é, está agregado à própria ordem estabelecida na região, na qual o Estado tem uma missão estratégica como incentivador e promotor da atividade turística.

Assim, neste momento da interpretação trataremos sujeitos da pesquisa que, de certo modo, representam o "discurso oficial" no que concerne à questão do turismo e da preservação do espaço serrano. A análise está baseada em informações obtidas numa série de entrevistas com especialistas envolvidos no delineamento da legislação sobre assuntos ambientais (tombamento da Serra do Mar, Conselho do Litoral, Curadoria do Patrimônio, etc.), e funcionários do governo que trabalham em instituições públicas diretamente ligadas à questão serrana. Nas entrevistas, as pessoas responderam a um conjunto de perguntas relacionadas aos planos de gerenciamento e ao tombamento da Serra do Mar, assim como aos problemas da população local e ao uso

turístico do espaço serrano. Em virtude da quantidade de relatos saídos das entrevistas, apenas algumas partes serão mostradas para efeito de exemplificação do tema tratado nas perguntas. Evidentemente que todo o conjunto do material recolhido está presente na interpretação.

Dada sua importância no contexto político e administrativo da área serrana, o Plano de Gerenciamento da AEIT (Área Especial de Interesse Turístico) do Marumbi foi o primeiro assunto abordado.

Questão 1

Qual sua avaliação sobre o Plano de Gerenciamento da AEIT do Marumbi?

Esta pergunta foi formulada com a intenção de, a partir da opinião dos técnicos, desvendar as contradições teóricas e práticas presentes na formulação do plano. Houve a concordância de todos os entrevistados ao colocarem que o plano em si é positivo. Eles acreditam que foi a melhor maneira encontrada pelo Estado para ordenar o uso do solo na área, garantindo assim sua preservação. Nesse sentido, é importante lembrar aqui os problemas que deram origem ao plano, já abordados no segundo capítulo.

Conforme foi visto, a política ambiental para a área do Marumbi previa, desde há muito tempo, a implantação de um parque estadual. Mas, além do desinteresse político, o Estado não tinha condições financeiras para desapropriar a área e o decreto que determinava a existência do parque

acabou caducando. Optou-se, então, por um mecanismo legal que fosse capaz de impor certas restrições de uso sem exigir a desapropriação, ou seja, o gerenciamento do solo. Nas palavras de um técnico:

"Então, o que aconteceu. O pessoal que era proprietário na serra, as propriedades particulares, muitos deles entraram com ação contra o Estado por causa da desapropriação indireta, pois não podiam fazer nada, então estava desapropriado. Apareceram muitas ações contra o Estado e, logicamente com sucesso. Primeiro porque houve incúria por parte da defesa do Estado, e depois por uma série de problemas técnicos, daí venceu o prazo e perdemos o parque como estava previsto. Foi nesse momento que surgiu um modo de segurar a preservação sem proibir totalmente, mas restringindo o uso das propriedades. Inventou-se o gerenciamento do solo e as limitações de uso. Quer dizer, o proprietário pode usar, mas tem que seguir regras bem definidas. É um artifício legal muito bom, pois tudo está dentro da lei e evitamos a desapropriação."

A partir desta colocação, percebe-se que o plano de gerenciamento da AEIT assume uma função específica para a área, isto é, constitui um conjunto de proposições, normas, e regulamentações voltadas ao mesmo tempo para sua preservação e utilização. Enfim, é um instrumento que deveria resolver o problema da conservação juntamente com o da utilização. Esta característica, todos os entrevistados enfatizam em seus depoimentos. Contudo, não é exatamente isso o que ocorre na prática. No caso do turismo, por exemplo, o plano sofre muitas limitações. Conforme declarações dos próprios técnicos, o plano contém em sua formulação falhas que limitam sua plena aplicação. Diz um entrevistado ao se referir ao plano:

"Ele me pareceu muito minucioso enquanto inventário, levando em conta as possibilidades de tempo e de recursos disponíveis. Me pareceu mais um plano de parque e menos de uma Área Especial de Interesse Turístico. Das duas Áreas Especiais que tem no Paraná, há aquela do Marumbi e a do Litoral. A do Marumbi está contida dentro da Serra do Mar. As duas têm um plano de gerenciamento. Mas a do Marumbi é mais um plano de parque, tem a divisão típica de plano de parque: Área intangível, Área de pesquisa, etc. Isso se adequa ao objetivo de proteção que se tem para aquela área, mas não é um plano de gerenciamento, porque pouco fala de como se mobilizar meios para atingir aqueles fins de proteção e

promoção turística. Tem o inventário dos aspectos sociais, dos aspectos de fauna e flora, tem uma divisão territorial que segue determinado padrão, tem um zoneamento de uso, mas nada fala sobre mecanismos de gestão, de como se consideraria os diversos recursos disponíveis para a gestão daquele meio, nada aborda sobre a questão do gerenciamento propriamente dito."

Como já foi abordado, o plano é um instrumento importante na medida em que define o zoneamento e as características físico-sociais da área do Marumbi, mas é ineficaz no que concerne à gestão ambiental e ao desenvolvimento turístico da região. Sua formulação não estabeleceu a maneira de gerir aquele espaço no tocante às relações entre os poderes públicos interferentes na área, à promoção do turismo, aos incentivos e alocação de recursos necessários e formas de participação da iniciativa privada. Além disso, não contou com a participação efetiva da população local no processo de elaboração. Ele é mais um produto com feições burocráticas do que o resultado de uma discussão democrática. Daí certas dificuldades para sua implementação e, até mesmo, aceitação por parte dos moradores locais, por exemplo.

Questão 2

Além das ações contidas no plano você vê possibilidades de estabelecerem-se novas ações?

Nesta pergunta nosso interesse foi obter dos entrevistados sua opinião no sentido de se ampliar o alcance do plano de Gerenciamento da AEIT do Marumbi. De um lado, os próprios técnicos reconheceram que o plano ainda não foi implantado, que sua formulação obedeceu a uma situação

imediate, caracterizada pela necessidade de se regular o uso da área e garantir sua preservação. Segundo os técnicos, as possibilidades de ampliação estão abertas, especialmente naquilo que se refere à integração entre uso turístico e preservação ambiental. Como diz um técnico:

"Essa é uma avaliação que estamos fazendo agora. Na realidade, os planos são teóricos. Eles são feitos baseados em pesquisas e levantamentos, mas eles são teóricos. Então, na verdade, quando você vai implantá-los a nível prático, você se depara com falhas, com erros, com dúvidas, e por isso mesmo um plano não pode ser estático. Ele tem que ser continuamente trabalhado, revisado."

Na verdade, o plano não só deveria ser ampliado em sua abrangência, como também deveria ultrapassar seu caráter puramente descritivo e prescritivo, isto é, o de fixar apenas aquilo que se pode e o que não se pode fazer na área. Afinal, parece extremamente necessária a definição clara de uma estratégia de desenvolvimento do turismo, considerando-se a conservação/preservação do espaço serrano. Em outras palavras, isso significa que o plano deveria traçar as bases para o desenvolvimento sustentado do turismo na área do Marumbi e ser tomado como exemplo nos projetos futuros para a região da Serra do Mar como um todo. Aliás, sob este aspecto, é interessante lembrar aqui o Plano de Gerenciamento de Guaraqueçaba. Muitos dos objetivos e metas declarados nesse plano foram formulados à luz dos parâmetros do desenvolvimento sustentado.

Questão 3

Você seria favorável à criação de um centro turístico na Serra do Mar?

O crescimento do turismo na região da Serra supõe a melhoria e/ou a criação de uma infra-estrutura mínima voltada para o atendimento da clientela. Nesta perspectiva é que foi colocada essa pergunta. A totalidade dos técnicos interrogados se colocou a favor, se isso for preciso. Alguns apontaram os projetos previstos para a criação de centros de recepção e atendimento ao turista que se desloca, por exemplo, para a Estrada da Graciosa. Do ponto de vista dos técnicos, qualquer projeto de turismo deve considerar a educação ambiental como seu pressuposto básico. Afirma um entrevistado:

"O ideal é criar um centro sempre correlacionando o turismo com a educação ambiental. Eu acho que essas duas coisas não podem estar dissociadas. Há necessidade de atrair as pessoas, e isso pode ser feito visto o potencial da região, mas tem que aproveitar e fazer a educação ambiental. O turismo equilibrado, orientado, será possível somente através da educação das pessoas"

Por outro lado, alguns técnicos, malgrado o apoio ao projeto de criação do centro, alertam para os riscos que o crescimento da atividade pode trazer. A massificação do turismo na região é rechaçada por todos. Segundo os entrevistados, tudo tem que ser planejado, devendo os equipamentos serem compatíveis com a preservação da região. Isso mostra uma certa preocupação com as depredações provocadas pelo crescimento desordenado do turismo em espaços naturais. Esta é a posição, por exemplo, de um entrevistado:

"A princípio, eu não tenho nada contra a criação de um centro de turismo. Mas vejo essa questão com um certo cuidado. A Serra do Mar é um espaço singular. A porção paranaense é uma das mais bem conservadas quando se pensa na Serra a nível de Brasil, hoje. Eu acredito que mais vale a Serra do Mar enquanto recurso para o futuro, enquanto reserva de biodiversidade, do que como recurso turístico."

Questão 4

Na sua opinião as comunidades locais teriam possibilidades de tirar vantagens com a intensificação do turismo na área da Serra?

A partir da leitura das entrevistas, pôde-se constatar que a maioria dos técnicos vê contribuições do turismo no sentido de melhorar a vida do morador local. Para eles, a atividade pode trazer aportes econômicos para a população envolvida e para os municípios da região. Entretanto, a maioria dos entrevistados acabou confessando que não tinha pensado de modo mais aprofundado sobre o assunto.

Isso se explica, em parte, pela ausência de uma política de desenvolvimento para a região. No caso do poder público, pouco tem sido discutido a respeito. Por outro lado, decorridos seis anos do tombamento da Serra do Mar, e o mesmo tempo de existência do plano da AEIT do Marumbi, nenhuma política que levasse ao crescimento sustentado da área tendo como base o turismo foi posta em prática.

Existem muitos projetos previstos e muita verba a ser liberada pelo governo federal ou pelo Banco Mundial. Porém, nada que efetivamente ofereça melhores condições de vida à população local. A grande verdade, o que é muito louvável, é que o poder público está preocupado somente com a questão da preservação ecológica da área. E, mesmo neste caso, muitas críticas têm sido feitas no que se refere às deficiências da fiscalização, por exemplo.

Questão 5

Você acha que o incremento do turismo poderia causar uma desestruturação no tipo de relação existente entre o homem e o meio ambiente na região da Serra do Mar?

Muitos espaços sofreram efeitos negativos a partir do desenvolvimento do turismo. Os processos de degradação do meio físico e as repercussões no modo de vida das comunidades locais alcançaram sua maior expressão na ocupação turística da costa brasileira. À luz dessa problemática é que foi colocada a pergunta aos entrevistados. Na opinião da maioria dos técnicos é possível que o turismo cause problemas ambientais na área, mas segundo eles isso pode ser evitado se houver mecanismos de controle bastante rigorosos. Tudo deve ser planejado, fiscalizado e orientado. Para eles, o próprio tombamento já é um modo de disciplinar a situação.

Quanto aos aspectos sociais, eles concordam que a atividade provoca alterações no modo de vida da população. Contudo, conforme afirmam, é difícil evitar o contato da população local com pessoas de áreas urbanizadas. Os entrevistados dizem que a única solução é orientar a população para que ela usufrua dos benefícios do turismo e, ao mesmo tempo, procure manter suas tradições, costumes, conservando também a natureza. Afirma um entrevistado:

"Eu não vejo esse problema. Eu veria se fosse uma região completamente selvagem, longe do contato com a civilização, ou a pseudo-civilização. Mas você veja, cedo ou tarde o fluxo e a ocupação vão ser para o nativo, o autóctone, uma interferência do progresso. Então porque nós não prepararmos esse elemento para o fluxo que vai acontecer. Nós podemos aqui isolar o morador, mas o turista, o farofeiro, o aventureiro ele vai por conta própria. Então precisamos preparar o morador pra receber isso. Mostrar para ele que é possível desenvolver, mas preservando. Isso, de uma maneira equilibrada. Não desordenada como já aconteceu em vários lugares do Paraná. Tem que se tutelar o morador, não se pode deixá-los sem orientação de pessoas especializadas."

Em contrapartida, uma parte dos técnicos afirmou que os moradores sabem que é preciso cuidar do meio ambiente. E que o turismo até vai ajudar neste sentido à medida que o habitante vir a importância de se conservar aquela região. Afirmam também que não haveria tanta mudança nos modos de vida pois além da fraca ocupação humana da região, os que moram ali têm contato permanente com outras pessoas. Assim, já estariam acostumados com o turismo.

Analisando algumas respostas, constata-se que são bastante coerentes com a realidade da região. Afinal sabe-se que o turismo já acontece no espaço serrano. Da mesma forma, sabemos que a população local não está isolada, visto que a maioria escuta diariamente rádio ou assiste televisão. Além disso, eles vão quase diariamente para os núcleos urbanos próximos de sua moradia e também para a capital do Estado.

Questão 6

Quanto ao tombamento, você acha que as leis estabelecidas na Serra do Mar, no Paraná, estão sendo cumpridas?

Esta pergunta foi colocada com vistas a uma avaliação da eficácia do tombamento até o presente momento. De um modo

geral, os técnicos consideram que há dificuldades para fazer cumprir a legislação estabelecida no tombamento. Entre os motivos mais apontados estão a falta de uma fiscalização intensiva, a pouca participação da sociedade civil, a extensão da região e a escassez de recursos financeiros. A opinião de um entrevistado:

"O que se vê ali é que os proprietários na área que possuem um pouco de consciência da necessidade de proteção da Serra têm respeitado o tombamento. Agora, norma é como trânsito, todo mundo fura o sinal vermelho. Então, se você não tem um sistema de fiscalização eficiente, bem aparelhado, dificulta o acompanhamento da situação. Pois sempre existem aqueles que transgridem a lei. As normas são boas, próprias para a preservação daquela região. E aqui entra outro aspecto, ou seja, não cabe só ao Estado a responsabilidade, as pessoas que passam por ali se vêem um ato de degradação devem comunicar os órgãos competentes, denunciar os agressores. Isso também faz parte do processo. É muito fácil jogar tudo em cima do poder público, mas isso não tem sentido. A sociedade pode ajudar o poder público na fiscalização."

Mas, mesmo diante desse quadro, os entrevistados foram unânimes em afirmar o lado positivo do tombamento. Para eles, se a região não tivesse sido tombada, não haveria como evitar sua degradação. Foram feitos diversos elogios à iniciativa do governo no que diz respeito à adoção desse instrumento. Porém todos afirmam que ele representa apenas uma parte do processo. Haveria a exigência de se efetivar certas ações contidas no edital do tombamento, bem como de se adotar outras para reforçar a preservação como, por exemplo, a criação de Áreas Especiais .

Questão 7

Qual estratégia de planejamento você considera viável para compatibilizar a prática do turismo e a preservação ambiental na região da Serra do Mar?

Reconhecendo que na Serra do Mar o desenvolvimento turístico integrado com o meio ambiente requer ações mínimas do poder público e a participação efetiva da iniciativa privada, os técnicos, na sua maioria, consideram o ecoturismo uma boa opção para a região. Para eles, o chamado turismo ecológico é uma alternativa viável pois não exige a sofisticação dos equipamentos, estimula a educação ambiental e pode ocupar a mão-de-obra local. Enfim, na opinião deles, é salutar porque une conservação e utilização. Diz um técnico:

"Eu acho que a Serra do Mar tem que ser explorada com o ecoturismo. É a primeira opção a curto, médio e longo prazos. Levar pessoas para a região, fazer roteiros diversificados para jovens, idosos, pessoas de todas as idades. Isso algumas pessoas já fazem, levam turistas nos caminhos históricos como o da Graciosa. Isso é feito conforme a idade do grupo, ou seja, o percurso, etc. O que se deveria incrementar mais é o marketing do turismo ecológico para a região. Deve-se fazer alguma coisa junto com a Embratur, aproveitando a nova política para o turismo ecológico. Eu acho que na Serra como um todo, em termos de turismo, para não agredir nada, não fazer grandes construções, etc, é turismo ecológico. Até mesmo porque é mais acessível a nível de recursos, gasta-se pouco para implantá-lo."

Com efeito, a implantação do ecoturismo em nível regional pode funcionar como um vetor de desenvolvimento sustentado, trazendo novos recursos para as populações locais. No caso do espaço serrano, sua formulação deve ser feita de modo a garantir que os empreendimentos financiados obedeçam à legislação ambiental vigente. É por isso mesmo que o poder público tem um importante papel a cumprir dentro de qualquer estratégia que seja proposta para a região. Do ponto de vista dos técnicos entrevistados, o poder público deve ficar encarregado de controlar, ordenar e fiscalizar as ações dos agentes privados envolvidos com o turismo.

Questão 8

Como você vê o papel do usuário (turista) na questão da preservação e do uso turístico?

Os técnicos foram unânimes ao responder que o usuário temporário do espaço serrano deve contribuir de todas as maneiras para sua preservação. Alguns afirmaram que uma boa via para se conscientizar o usuário é direcionar a educação ambiental através do turismo. Numa avaliação geral, os entrevistados destacaram alguns problemas específicos que o turista pode causar. Para eles, a região da Serra do Mar não é frequentada de forma massificada, o que tem ajudado a preservá-la das depredações verificadas em outros locais.

Para alguns entrevistados, as pessoas que frequentam a região possuem um grau de conscientização bastante elevado no que diz respeito à questão ecológica, partindo delas o incentivo à preservação, conforme observação a seguir:

"Olha, basicamente eu acho que o usuário deve ser orientado porque ele vai servir como agente multiplicador da necessidade de preservação daquela região. A partir do momento que o sujeito sai dizendo que tem de preservar essa região, isso é muito bom. Se tiver, por exemplo, pressão de um grupo que queira instalar uma atividade imprópria para a região, nós temos o apoio dessas pessoas (o turista) no sentido de impedir qualquer tentativa de degradação. É uma forma de envolvimento da população. E também funcionaria não só como lazer, mas como educação ambiental."

Questão 9

Quanto ao empresário, de que modo você acha que ele pode contribuir para a questão?

Quase todos os entrevistados se colocaram favoráveis à presença da iniciativa privada na exploração do turismo na região da Serra, desde que esta se submeta às leis estabelecidas pelo poder público. Segundo alguns técnicos, o

Estado deve proporcionar condições para evitar conflitos, integrar usos compatíveis, fazer zoneamento para usos diversos e também favorecer o empresário que deseja desenvolver projetos na área. Nas palavras de um técnico:

"Veja, nós estamos dentro de um sistema que quer queira-se ou não, é capitalista. Para se gerar algum recurso financeiro, é preciso oferecer um produto. Se a questão do turismo ecológico for orientada, não há porque você não desenvolver ali um trabalho. Inclusive porque o Estado não tem condição de assumir tudo sozinho. Ele deve ordenar dentro do necessário, isto é, as ações estão sujeitas à base legal. A partir do momento que se tenha ordenado, que haja fiscalização, a iniciativa privada pode agir."

Na realidade, trata-se de um tipo de associação na qual o poder público entraria como regulador e ordenador das atividades, e a iniciativa privada, como agente realizador. Um outro aspecto lembrado por alguns entrevistados é a geração de recursos com possível retorno para a preservação da região propriamente dita. Ou seja, que o turismo se transforme numa fonte de renda voltada também para a manutenção do ecossistema serrano, como mostra esta observação:

"Eu acho que o turismo é muito bom. Acho que a falta de visão do Estado em aproveitar o potencial da iniciativa privada, que pode explorar o turismo, orientado é claro, poderia trazer inclusive vantagens financeiras para a conservação das áreas protegidas. O americano faz isso, o argentino, também. Há outros exemplos de parques que são utilizados de maneira inteligente. No Brasil mesmo temos o exemplo do Parque de Foz do Iguaçu, que se sustenta."

Questão 10

Para finalizar, na sua opinião que atitudes o poder público deveria tomar, além do que já foi feito, para compatibilizar o desenvolvimento turístico e a conservação ambiental na região da Serra do Mar?

Sobre esta pergunta, as considerações feitas se limitaram, na sua maioria, a retomar pontos já realçados aqui e aos comentários acerca dos planos e projetos já expostos no segundo capítulo. Ou seja, de que o Estado deve fazer cumprir o que está estabelecido no tombamento e nos planos setoriais. Completando, alguns dos entrevistados enfatizaram a necessidade de se abrir mais campo para a atuação da iniciativa privada e incentivar a participação da população local, enquanto outros não esconderam seu desejo de ver tanto a área do Marumbi como toda a Serra do Mar transformadas em parques de domínio público. Para estes, somente assim é possível garantir sua preservação.

Para fechar esse quadro interpretativo concernente à visão dos técnicos, podemos realçar mais alguns aspectos. Inicialmente, não se pode negar que os entrevistados deixam transparecer uma postura interessante em muitas repostas. Seus pontos de vista sobre a gestão do espaço serrano mostram um certo apoio na realidade.

Por exemplo, as declarações de que é preciso mais firmeza do poder público na aplicação das medidas ambientais estabelecidas para a região mostram-se salutares, pois sabemos das deficiências existentes. Outro fato relevante no discurso dos técnicos é o reconhecimento do turismo como alternativa de desenvolvimento para a Serra do Mar, dentro de um modelo que leve em conta crescimento sócio-econômico e preservação da natureza. Neste caso, aliás, a maioria vê com

bons olhos a participação da iniciativa privada e o decisivo papel do morador local.

Um terceiro ponto que merece comentário é o nível de informação da maior parte dos entrevistados no tocante aos impactos do turismo tanto sobre o meio físico quanto no tecido social do espaço serrano. Sabemos que o desenvolvimento do turismo não está isento de impactos, sejam de caráter positivo ou negativo. Os técnicos foram unânimes ao afirmar que a atividade pode trazer muitas vantagens para os moradores da Serra, mas que é preciso tomar precauções contra a depredação do ecossistema serrano.

É também interessante a argumentação favorável ao ecoturismo como uma estratégia para o desenvolvimento sustentado e a educação ambiental como um dos pilares básicos da nova política turística para a região. Não pode ser desprezada a consideração de muitos entrevistados de que a sociedade civil tem que participar, seja denunciando agressores ou cobrando do Estado suas obrigações para com a preservação do meio ambiente.

Por outro lado, é preciso realçar alguns pontos obscuros e/ou inconsistentes de algumas respostas. Infelizmente, não se percebe nas entrevistas um diagnóstico mais profundo do processo de tombamento da Serra do Mar no que tange, por exemplo, às populações locais. Também não houve um posicionamento claro sobre as responsabilidades do poder público quanto aos efeitos das medidas sobre essas populações. Conforme foi visto no segundo capítulo, assim

como foi discutido na interpretação das entrevistas com os moradores locais, há muita reclamação destes em relação à falta de assistência e várias críticas à situação pós-tombamento. Evidentemente que não se trata aqui de invocar o paternalismo demagógico presente em certas respostas dadas por alguns técnicos. A solução não está nisso, mas na promoção de programas educacionais voltados aos moradores locais.

Considerando-se a problemática ambiental na região, vale destacar outro ponto. Com poucas exceções, a maioria fez afirmações cujo conteúdo leva em conta apenas aquilo que o Estado tem feito e não o que deixou de fazer. O discurso da maior parte não contém críticas à atuação dos órgãos públicos. É verdade que são apontadas falhas no plano da AEIT do Marumbi, mas isto se reduz a algumas poucas colocações. Em suma, nota-se uma grande ausência de auto-críticas, o que não é de se estranhar, visto que muitos ainda estão ligados ao poder público. Tais críticas seriam de grande validade, pois alguns entrevistados participaram ativamente do processo de tombamento, enquanto outros estiveram presentes na discussão do plano da AEIT do Marumbi. Disso decorre que sua apreciação poderia contribuir para se evitar erros e falhas futuras.

4º MOVIMENTO - OS EMPRESÁRIOS

Pontos de Vista e Posições

Para conseguir o crescimento sustentável, é preciso existir um elo entre políticas ambientais e econômicas em todos os níveis de governo e em todos os setores da economia. No caso da política turística, essa ligação deve unir poder público e iniciativa privada. Os representantes privados do turismo são aqueles que produzem, organizam e vendem as viagens, idealizam as ofertas turísticas e difundem informações sobre o assunto. São os chamados agentes de viagens.

O papel desses prestadores de serviços, dentro de um processo de crescimento da atividade turística em harmonia com a preservação da natureza, é essencial. De um lado, por causa da importância no contexto atual daquilo que se convencionou chamar "livre iniciativa". De outro, pela grande influência que esses agentes exercem sobre seus consumidores, isto é, os turistas. Disso decorre que eles têm uma responsabilidade especial no que tange ao desenvolvimento sustentável do turismo na região da Serra do Mar.

Assim, dando sequência aos movimentos interpretativos, dedicamo-nos agora aos sujeitos da pesquisa que representam a iniciativa privada. As entrevistas concedidas respondem a um conjunto de perguntas formuladas a partir do objetivo central da pesquisa, ou seja, oferecer subsídios para a

pretendida solução dos problemas ecológicos e sócio-econômicos do espaço serrano.

Questão 1

Que tipo de clientela tem usado os serviços de vocês, e quais os motivos que geralmente coloca-se?

Os serviços prestados pelas pessoas inquiridas incluem vários roteiros turísticos, entre os quais se encontra o da Serra do Mar. No caso da Serra, a clientela não apresenta grandes contrastes em relação às outras regiões. Segundo depoimento dos empresários, clientes de diversas idades costumam procurá-los, não havendo predominância de uma faixa etária. Malgrado alguns roteiros terem maior receptividade entre clientes mais jovens como, por exemplo, as trilhas ecológicas, muitas pessoas idosas têm formado grupos de viagem.

Conforme as respostas, o tipo de atividade especificada no programa é que tem definido o perfil do grupo, isto é, o grau de dificuldade de cada roteiro determina a escolha das pessoas. É esse o caso dos roteiros que incluem longas caminhadas e escaladas da montanha, normalmente preferido pelos jovens.

Quanto aos motivos, segundo os empresários, os mais citados são a busca de experiências junto à natureza, conhecer a região ou, simplesmente, a mudança de ambiente. Diz um entrevistado:

"Olha, o que as pessoas mais dizem é que buscam o contato com a natureza. Sair do cotidiano e ver mais de perto a natureza na Serra do Mar. Hoje, por exemplo, um senhor me telefonou perguntando sobre as caminhadas ecológicas. Disse que o analista dele sugeriu que seria bom fazer atividades em lugares mais arejados, com muito verde. Sabe, essa coisa. Eu acho muito interessante as pessoas buscarem contato com a natureza."

O que vemos aqui é uma repetição daquilo que já foi detectado no discurso dos turistas. Nessa questão da motivação turística não há, realmente, algo inusitado. Os motivos são comuns, porque as pessoas vivem problemas comuns. Isto é, vida sedentária, distanciamento do meio natural, monotonia no trabalho, etc.

Questão 2

No caso de vocês, o surgimento do chamado ecoturismo tem contribuído para uma maior procura pela Serra do Mar?

O ecoturismo é ainda uma atividade em desenvolvimento no Brasil, apesar do seu potencial natural inigualável. Na opinião dos entrevistados o mercado brasileiro não assimilou, por enquanto, a prática do turismo ecológico. Já os turistas estrangeiros procuram bastante os roteiros ecológicos existentes no país. Para os empresários, isso está relacionado ao fator social e cultural dos turistas que vêm ao país. Segundo declarações, os estrangeiros têm mostrado muito interesse em conhecer a fauna e a flora existentes na região serrana.

"O mercado nacional não é ainda muito bom para turismo ecológico. Isso é o que eu sinto. Acho que o brasileiro não pegou ainda essa mania. Claro, é cedo para avaliar. Mas a gente vê que não é grande a procura pelos passeios do tipo ecológico. Agora, o estrangeiro, a gente explica nossa atividade e ele fica fascinado, quer fazer tudo mesmo. Muita empolgação", diz um entrevistado.

Por outro lado, conforme afirmações, há um fator que tem favorecido o aumento da clientela nacional: é a onda

ecológica que vem vigorando no país nos últimos tempos. Para os entrevistados, o discurso ecológico destilado pela mídia e as imagens televisivas são os grandes responsáveis por essa moda e, conseqüentemente, pelo aumento do número de pessoas interessadas em fazer ecoturismo. Com declarações bem mais categóricas do que imaginávia-se, os empresários reconheceram o lado perigoso da "ecomoda". Eles acham que a exploração desse modismo não pode ser de maneira irresponsável, pois envolve um problema muito complexo.

Questão 3

Que idéias você defende para trabalhar o turismo na Serra do Mar de uma forma mais ativa?

Pode ser identificada nas respostas uma postura preservacionista. Os sujeitos que concederam a entrevista consideram que a exploração do turismo na região deve guiar-se pelo planejamento. Segundo declarações, o potencial turístico da Serra do Mar é enorme, porém, ele só deve ser aproveitado mediante o zoneamento e a ordenação do território. Para eles, precisa haver definição clara das áreas de uso turístico, pois nem tudo pode ser aberto ao turismo. Eles afirmam que, no caso da Serra, para algumas áreas deve ser desaconselhado qualquer tipo de uso turístico.

"Eu tenho uma posição que é o seguinte: tem que se conhecer melhor a Serra através do turismo, mas tem que se preservar uma parte onde não vá ninguém. É mais ou menos isso que defendo. Se você estimular o turismo na Serra do Mar indiscriminadamente, toda ela poderá ficar comprometida. De lá vem água para Curitiba, para o litoral, ali tem mata nativa, intocada. animais selvagens." afirma um entrevistado.

Mas há também outro ponto de vista defendido sobre o uso turístico do espaço serrano. Desde que não implique na degradação do meio natural, o turismo deve ser encorajado no sentido de se conhecer os ecossistemas da região. Sob o lema "conhecer para preservar", eles defendem a exploração turística, principalmente através do ecoturismo. Para eles, esta atividade ajudaria muito a conscientizar as pessoas da importância da região, além de servir como uma forma de lazer.

"Tem o turismo ecológico, que eu chamo de "turismo ecológico/aventura/natureza", juntando essas três coisas. Isso é fazer a pessoa sentir a natureza, não só ver, mas sentir ao caminhar, escutar, etc. Esse é meu ideal, com o objetivo de conscientização mesmo, despertar nas pessoas mais amor pela natureza. Daí que a Serra do Mar é própria para isso, é um destino turístico muito bom para essas coisas", diz outro entrevistado.

Questão 4

Você acha possível unir desenvolvimento turístico e conservação ambiental?

Segundo opinião dos representantes da iniciativa privada, é possível um desenvolvimento turístico integrado com a preservação do meio ambiente. Mas afirmaram que isso requer algumas ações dos órgãos públicos responsáveis, ações que vão desde o controle das atividades, passando pelas limitações, até a criação de infra-estruturas e definição das áreas a serem utilizadas. Da parte da iniciativa privada, eles acham que ela deve conscientizar seus clientes sobre a questão ambiental e respeitar as medidas estabelecidas nas regiões turísticas.

Todos concordam a respeito dos riscos de degradação que o crescimento turístico traz para o meio natural. Contudo, afirmam que, em vez de proibir, deve-se orientar o turista e fazer o planejamento nos locais visitados.

"Isso é uma discussão muito grande. Você pode simplesmente dizer que o fato de levar pessoas para esses lugares, você está estimulando para que eles sejam destruídos. Eu já não sou tão radical assim, acho que o homem é da natureza, e a gente não pode tirá-lo da natureza. Então, você tem que integrar as coisas. Não dá para eliminar o homem do ecossistema. Então, não dá pra isolar a Serra do Mar, fazer um parque totalmente fechado". comenta um entrevistado.

Questão 5

Na sua opinião, a gestão e o planejamento do espaço serrano deve ficar a cargo do poder público ou da iniciativa privada?

Para o grupo de pessoas que concederam a entrevista, o planejamento e o gerenciamento da Serra deve ser feito pelo Estado em associação com os setores privados. Conforme declarações, certas ações somente o poder público teria condições de executar, enquanto outras poderiam ser feitas pela iniciativa privada. Nos depoimentos aparecem algumas críticas aos planos de gestão ambiental que o governo está implantando no espaço serrano como, por exemplo, o plano da AEIT do Marumbi. Os empresários acham que deve ser cobrado com mais firmeza a efetivação deste e de outros planos com fins ecológicos.

Questão 6

Quanto aos investimentos na ampliação e/ou melhoria da infra-estrutura na Serra do Mar, quem deve fazer?

Qualquer debate sobre o desenvolvimento turístico de uma região esbarra na eterna questão: quem serão os investidores dispostos a financiar esse desenvolvimento?

Esse problema, segundo os entrevistados, pode ser atacado através da parceria entre setor público e privado. Nas suas afirmações, eles reclamaram das dificuldades que têm para investir sozinhos na criação de infra-estruturas na região. Argumentaram que a demanda pelo ecoturismo, por exemplo, é instável e muito limitada para garantir um equilíbrio na relação custo/benefício dos investimentos. Disseram também que a região carece de planos específicos voltados para o turismo. Todavia, apesar desses problemas, acham que a iniciativa privada pode assumir uma postura mais vigorosa e fazer sua parte. Falando disto, diz um sujeito:

"Eu acho que uma iniciativa privada consciente seria muito melhor do que o governo que acaba abandonando a coisa. Não está dentro da realidade. Então, se uma empresa transformar a Serra do Mar num parque turístico, dentro de padrões ecológicos aceitáveis, sem prejudicar os ecossistemas existentes, pode ser algo rentável mesmo. Pode-se ganhar conforme a administração que se faz. Se colocar um hotel, por exemplo, ou alguma coisa do tipo, dá para gerar um bom retorno econômico. Até mesmo para preservar o próprio parque. Claro que deve ser tudo controlado, fiscalizado. Isso o governo deve fazer. Deixar tudo na mão do governo, não funciona nada. A gente tem muitos exemplos."

Questão 7

Como você vê o papel do usuário (turista) na questão da preservação da Serra do Mar?

Do ponto de vista dos entrevistados, o turista assume um papel decisivo na preservação do espaço serrano. Para eles, é preciso desenvolver programas de educação ambiental com as pessoas que frequentam a região. Nestes programas de conscientização ecológica, o setor privado deve ser

convocado como participante especial tanto para sua criação quanto implantação. Assim, as empresas que forem operar roteiros turísticos na Serra do Mar devem fazer da educação ambiental uma prática comum em todos os deslocamentos.

Quanto ao poder público, todos consideram que é fundamental que ele se esforce no sentido de apoiar esses programas de educação ambiental através da troca de experiências com a iniciativa privada e do estímulo às atividades turísticas na região.

Questão 8

E as populações locais, de que modo elas podem contribuir, e o que elas ganhariam com o turismo?

Em suas respostas, os representantes do empresariado disseram que também com a população local, é preciso fazer um trabalho de educação ambiental, principalmente para que ela tenha consciência da importância de manter a região preservada. Na opinião deles, se o morador local estiver consciente do valor que a Serra do Mar conservada possui para o turismo, por exemplo, ele pode se transformar num dos principais defensores da região.

Diz um entrevistado: "Conscientizar que é também lucrativo para eles que moram na região se a gente levar pessoas, estimular o turismo, etc. E mais, conscientizar o morador que as pessoas gostam de ir a esses lugares porque são como são. Portanto, que eles não devem alterar tais lugares. Dizer ao morador, não desmate porque isso vai trazer dinheiro através das pessoas que vêm ver o mato, eles vão comprar seus produtos, comer a comida local, comprar o artesanato, etc. Então, como você vê é um círculo fechado, a gente pode conscientizar o turista e a pessoa que mora no local."

Com relação ao aspecto lucrativo, os entrevistados acham que os moradores terão vantagens adicionais se o fluxo

turístico aumentar na região. Contudo, segundo eles, isso não resolverá o problema social da população. De um lado, porque nem todos seriam beneficiados pelo aumento do turismo, de outro, porque o próprio aumento seria pequeno para satisfazer as necessidades de toda a população da região. Aliás, no que concerne à expansão da atividade turística, eles enfatizaram as limitações propostas pela legislação ambiental, assim como a questão da capacidade de suporte do espaço serrano.

Questão 9

Como são planejadas as excursões para uma região como a Serra, e quais os profissionais que são utilizados?

Segundo afirmações dos sujeitos inquiridos, a exploração turística da região é orientada pelo planejamento dos roteiros e pela utilização de mão-de-obra especializada. A prática do ecoturismo tem servido de base na operação dos roteiros. Conforme declarações, tudo é previamente planejado, isto é, o número de pessoas do grupo, a distância a ser percorrida, o tempo de duração da viagem, análise do perfil do grupo (idade) para se definir o tipo de atividade compatível, os atrativos que serão mostrados, etc.

Ainda no que diz respeito ao deslocamento dos grupos, são utilizados guias acompanhantes com noções básicas de ecoturismo, "trekking" e montanhismo. O número de guias que acompanham os grupos, segundo afirmaram os entrevistados,

normalmente é dois. Mas pode ser maior, dependendo do número de turistas e do tipo de atividade programada.

Questão 10

Para finalizar, o que você acha da atuação dos órgãos públicos responsáveis pela gestão do espaço serrano?

As críticas à atuação do poder público se resumiram ao problema da fiscalização na Serra do Mar. Na opinião das pessoas que concederam a entrevista, o governo não tem cumprido seu papel fiscalizador de maneira eficaz, pois continua a exploração indiscriminada de certas áreas através da ação de madeireiros e palmiteiros. Para elas, o governo destina poucos recursos para a conservação da região, o que dá espaço à várias formas de depredação. Acham que é preciso pôr em prática a integração dos órgãos governamentais nos três níveis, ou seja, municipal, estadual e federal, e suprir a falta de recursos financeiros na fiscalização.

Não poderíamos concluir essa interpretação sem destacar alguns aspectos saídos dos relatos. Em primeiro lugar, há que se reconhecer uma postura bastante interessante dos entrevistados diante da questão do desenvolvimento turístico versus conservação ambiental na Serra do Mar. Interessante à medida que se apresenta realista em vários pontos como, por exemplo, o reconhecimento da necessidade de controle efetivo, por parte do poder público, das atividades de turismo na região, tanto através do zoneamento ecológico-econômico quanto da fiscalização e ordenação do território.

Afinal a preservação do espaço serrano não pode prescindir desses instrumentos em nenhuma circunstância.

Uma visão interessante é encontrada também nas respostas que dizem respeito à estratégia de exploração da Serra do Mar dentro de uma perspectiva sustentável. Ao colocar o ecoturismo como a atividade mais viável para a Serra, eles seguem a tendência atual de exploração turística dos espaços naturais. O que não deixa de ser uma postura moderna e inovadora no mercado brasileiro, onde a maior parte dos prestadores de serviços turísticos têm se preocupado mais com sua realidade imediata do que com a formulação de um novo modelo de desenvolvimento que leve em conta a preservação do meio ambiente.

Outra das chaves do desenvolvimento sustentável enfatizada pelos sujeitos é a educação ambiental do usuário temporário (turistas) e do usuário permanente (moradores) do espaço serrano. De fato, qualquer prática turística nesse espaço deve estar condicionada à conscientização ecológica das pessoas envolvidas dentro de um amplo programa de educação ambiental.

No que tange aos benefícios sociais, apesar das indicações positivas feitas pelos entrevistados, sua avaliação tem por base o sistema de distribuição reinante na mentalidade dos empresários em geral, isto é, "privatização dos lucros e socialização dos prejuízos". Será que não há medidas mais eficazes e socialmente mais justas que sirvam de base para uma política turística na Serra do Mar? Claro

que há maneiras de melhor distribuir os resultados do crescimento do turismo. Para encontrá-las, há que se rever os métodos de gestão e avaliação das políticas sociais para a região, evitando-se assim os problemas de pulverização e desfocalização das populações-alvo.

Além dessa visão um pouco egoísta sobre as vantagens do turismo, algumas respostas oferecem indicações seguras sobre o problema de investimentos em infra-estrutura. Incisivos ao marcar a união entre iniciativa privada e poder público, os empresários revelaram-se, contudo, pouco dispostos a assumir responsabilidades. Se, por um lado, argumentaram que é preciso investir, por outro, mostraram-se reticentes naquilo que pudesse representar um compromisso.

De certa forma, isso significa esperar que o Estado faça o oneroso, ou seja, arcar com os investimentos em infra-estrutura mais custosos e arriscados. Isto caracteriza uma postura ambígua, visto que aprovam participar de um empreendimento que pode trazer lucro, mas desaprovam correr o risco de ter prejuízos. O poder público não pode fazer sozinho os investimentos de um projeto de natureza turística na Serra do Mar. Com a exigência de se destinarem mais recursos para melhorar a fiscalização, bem como para a elaboração de planos setoriais, seria luxo ou ficção pretender que o poder público assumisse tudo.

Portanto, o caminho para uma moderna combinação entre poder público e iniciativa privada passa pela cooperação

entre ambos. Além, é claro, de contar com a imprescindível participação da população local. Participação esta que não seja vista, conforme se nota em certas respostas dos empresários inquiridos, como uma simples relação conveniente à estrutura de caráter capitalista, mas que dê vigor em cada pessoa envolvida para conscientizar-se por si mesma que a preservação da Serra do Mar vai além do desejo de somente produzir lucros.

CAPÍTULO IV

PARA UM TURISMO INOVADOR NA SERRA DO MAR

PARA UM TURISMO INOVADOR NA SERRA DO MAR

"É PRECISO FICAR CLARO: NÃO SE FAZ UMA OMELETE SEM QUEBRAR OS OVOS. SER REALISTA NÃO EXCLUI, PORTANTO, VER UMA EVOLUÇÃO POSITIVA NO ESTADO DE ESPÍRITO ATUAL. APÓS MUITOS ANOS ENSAIA-SE UMA TRANSFORMAÇÃO DAS MENTALIDADES EM TODOS OS NÍVEIS E EM VÁRIOS PAÍSES. OS REPETIDOS FRACASSOS NA PLANIFICAÇÃO TURÍSTICA ACELERAM ESTE PROCESSO DE TOMADA DE CONSCIÊNCIA. AS PRIMEIRAS INTENÇÕES DE REPARAÇÃO SE DESENHAM. O FUTURO DEIXA A PORTA ABERTA À TODAS AS PERSPECTIVAS. AS BOAS E AS MÁS. NÃO HÁ, PORTANTO, NENHUMA RAZÃO PARA SE PENSAR QUE OS ERROS COMETIDOS ATÉ AQUI SEJAM REPETIDOS INFINITAMENTE. (KRIPPENDORF: 1977)

Os resultados apresentados e discutidos no capítulo anterior, juntamente com o tratamento dado à problemática nos outros capítulos, suscitam algumas considerações conclusivas naquilo que concerne à compatibilização entre desenvolvimento turístico e preservação ambiental na Serra do Mar no Paraná. Antes de tudo, deve-se reconhecer que o atual modelo de desenvolvimento turístico não oferece muitas perspectivas no sentido de se corrigir os erros cometidos até agora e, portanto, não pode servir como referência para o desenvolvimento do turismo em qualquer região que seja. Muito menos no espaço serrano, onde a própria sobrevivência do turismo está ameaçada por esse modelo que se tem mostrado predatório em muitos espaços.

Com efeito, baseado na abundância dos recursos naturais e no uso descontrolado desses recursos, esse modelo vem transformando o turismo num devorador de paisagens impiedoso e inconsequente. A continuar assim, não tardará o dia em que ele vai atingir seu próprio limite. É preciso operar uma mudança radical nesse processo autodestrutivo do turismo. Tal fato, aliás, constitui o verdadeiro desafio porque exige não só uma mudança geral das estruturas, mas

também das mentalidades que servem de sustentação para o modelo turístico atual.

Afinal é importante não esquecer que o turismo moderno se desenvolveu no seio de uma sociedade caracterizada por conflitos e contradições internas e por antagonismos nas suas relações com a natureza. São esses antagonismos de significado cultural, político e ideológico que sempre marcaram a relação entre turismo e meio ambiente. Enquanto, de um lado, aqueles que formulam as políticas turísticas e os que exploram a atividade, adotam um discurso pragmático-utilitarista, os turistas, de outro, mostram claramente em seu discurso uma visão idílica e romântica da natureza. Ambos são discursos produzidos a partir de um paradigma de disjunção que opõe natureza e cultura, humanidade e animalidade. Enfim, colocam o homem como estranho e superior à natureza.

Esses tipos de mentalidade não têm contribuído em nada para o estabelecimento de uma relação duradoura e harmônica com a natureza. Ao contrário, em virtude dessas concepções o homem está se distanciando de si mesmo e da natureza. O fosso entre mundo natural e mundo cultural só tem aumentado, tanto no plano mental, quanto no plano material. Por isso, seria totalmente ilusório pensar que, da maneira romântica como é concebida pelos turistas, a natureza levaria alguma vantagem. Os males da degradação ambiental não podem mais suscitar apenas reações estético-sentimentais. O desmatamento da Serra do Mar não deixará as gerações futuras

apenas sem uma "bela" paisagem de florestas montanhosas. Ele poderá afetar todo o complexo ecossistema serrano e, por conseguinte, as populações humanas locais, regionais e até mesmo nacionais.

Quanto à visão utilitarista, que vê a natureza somente como algo a serviço do homem, nem é preciso lembrar dos danos que já causou no meio ambiente. É o caso do turismo no Brasil que, guiado por esta visão, provocou a destruição sistemática de diversos sítios naturais e trouxe repercussões negativas às populações autóctones, seja no aspecto social e cultural, seja no aspecto econômico. Certamente o meio ambiente não suportará por muito tempo esse exercício de dominação agressiva que essa mentalidade opera na prática turística através da criação de infra-estruturas nocivas à paisagem e ao sistema ecológico.

É preciso superar os atuais problemas ambientais causados pelo turismo. Não interessa se ele é uma prática social com menor ou maior poder de destruição do meio ambiente. Interessa, isso sim, que ele também causa problemas. E são esses problemas que oferecem a oportunidade para novas reflexões. São eles que sugerem uma razão ao mesmo tempo prática, ético-política e estética para sair do caminho atual e encontrar outro que siga numa direção diferente. Não se trata de buscar um modelo de turismo pronto para usar, mas tão somente de assumir objetivos cujo fim seja a instauração de novas formas de

valorização do espaço, em particular do espaço serrano paranaense.

A prática de um turismo inovador na Serra do Mar, um turismo suave, isto é, preservacionista no aspecto ecológico e atuante na obtenção de melhores condições de vida para a população do espaço serrano, tem certos requisitos que precisam ser observados. Um desses requisitos é que essa prática seja desenvolvida de forma articulada às novas formações do inconsciente, quer dizer, ajustada a um amplo processo de formação de uma nova consciência ecológica.

Trata-se de ajustar essa prática a uma perspectiva pedagógica capaz de instruir e educar as pessoas no sentido de se estimular a convivência harmoniosa entre homem e natureza. Agora, mais do que nunca, a natureza não pode ser separada da cultura, e precisamos aprender a pensar nas interações entre ecossistemas naturais e universos sociais. A "pedagogia ambiental" é a única via adequada a esse conhecimento. E o lazer turístico pode ser usado como um instrumento pedagógico. Ele pode deflagrar um processo que compreenda o desenvolvimento de certos valores, assim como novas atitudes em relação ao meio ambiente. A viagem turística não pode mais se resumir, como tem acontecido até agora, a uma viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas redundâncias de imagens e comportamentos.

No caso particular da Serra do Mar, o turismo pode contribuir de maneira efetiva para despertar a consciência ecológica, ele pode ser um elemento poderoso na formação das

novas mentalidades. Aqueles que se preocupam seriamente com a educação ambiental como a única resposta racional ao problema da preservação do espaço serrano devem, então, chegar à conclusão de que amplos programas educacionais voltados para a questão ecológica são necessários, para que a atividade turística se torne conservacionista e libertadora, e não uma atividade que aliena o ser humano e degrada a natureza.

Aqui, porém, surge uma questão importante. Para que se atinja esse fim, a prática turística na Serra deverá basear-se na formulação de uma política de turismo consistente que tenha os seguintes objetivos supremos:

- Proteger a paisagem, a integridade da fauna, flora e demais espécies, o solo, a água e a atmosfera, manter a dinâmica e estrutura do ecossistema serrano, garantir a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

- Dinamizar a atividade econômica sustentada, mediante o fomento ao uso de seus recursos naturais potenciais, dando especial atenção ao uso turístico, para prover meios de conservação da natureza na Serra do Mar.

- Incrementar a revitalização social do território através da melhoria dos serviços sociais e da promoção do bem-estar social e econômico das populações locais.

- Proteger o Patrimônio Paisagístico, Arqueológico, Histórico e Cultural da Serra do Mar.

- Fomentar o uso público da região através do lazer, recreação, desportos, etc, ordenado em função dos objetivos anteriores.

- Impulsionar e programar atividades de educação ambiental e conhecimento do patrimônio natural e cultural da Serra do Mar.

Para realizar esses objetivos existem diretrizes fundamentais que devem orientar a política turística. Dentro do alcance deste trabalho, tais diretrizes apenas podem ser sugeridas.

A responsabilidade pela preservação do meio ambiente serrano concerne a toda a sociedade (empresários, populações locais, usuários temporários, etc), mas cabe aos poderes públicos o papel mais importante. Suas ações na região devem ser integradas e articuladas em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal), de maneira a assegurar a proteção da região, priorizando os seguintes aspectos:

* Fiel cumprimento das normas de proteção ambiental que disciplinam o uso do solo na Serra do Mar. Neste caso, o poder público deve realizar uma fiscalização ostensiva e sistemática, e não como tem sido até agora, isto é, de maneira esporádica. Para que isso se torne possível, deve-se promover a modernização dos órgãos públicos voltados para a fiscalização, acompanhamento e aplicação de medidas punitivas. Por exemplo, o acompanhamento da situação

ambiental através de imagens-satélite, aparelhamento da polícia florestal com equipamentos de comunicação, etc.

* Descentralização do poder na administração pública. Cada prefeitura, cada órgão estadual, deve se estruturar internamente com vistas a acompanhar os assuntos de natureza turística e desenvolver estudos e atividades no âmbito de sua competência, visando assegurar a compatibilização do uso turístico com os objetivos da política ambiental já definida para a região, ou seja, de acordo com as normas estabelecidas para a área do tombamento, AEIT do Marumbi, APA de Guaraqueçaba e para as futuras unidades de conservação a serem implantadas na região.

* Aprimoramento dos planos de gerenciamento existentes a partir da experiência de sua aplicação. Os planos deverão ser ampliados e aprimorados de modo a oferecer novas possibilidades de integração entre utilização turística e conservação ambiental. Os planos de gerenciamento devem ser a base para o desenvolvimento sustentável do turismo. Portanto, devem promover a integração do planejamento econômico, social e ecológico, proporcionando as condições para o crescimento, a gerência eficiente dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

* Ordenamento do território serrano. É imprescindível respeitar o zoneamento ecológico-econômico a fim de promover o desenvolvimento sustentável do turismo, isto é, garantir ao mesmo tempo a preservação do ecossistema natural e dar

uma melhor condição de vida para as populações locais. O instrumento do zoneamento deveria ser aplicado para toda a região da Serra, e não apenas nas unidades de conservação ali existentes. Deveria constituir um marco de referência espacial para os planos e projetos de desenvolvimento turístico de curto, médio e longo prazos.

O desenvolvimento turístico não pode comprometer a qualidade da água, a vida da fauna e da flora e a estética das paisagens na Serra do Mar. Também não pode causar a erosão dos solos, nem a destruição das florestas. É necessário proceder-se ao controle estrito de todos os projetos e planos de expansão e/ou implantação de equipamentos turísticos. Neste caso, as próprias normas do tombamento e a legislação das unidades ambientais já regulamentam o uso do solo e devem, portanto, ser o ponto de partida para qualquer projeto.

* Estudo detalhado de impactos ambientais. O Estudo de Impacto Ambiental já exigido pelos órgãos gestores do espaço serrano constitui um instrumento gerencial imprescindível. Esse estudo deve ser obrigatório em qualquer projeto turístico. Acrescentamos a necessidade de que a aprovação desses EIA seja, em casos de obras de vulto, fruto de um debate amplo e democrático, sendo apresentado à sociedade civil, em audiência pública, na sua forma simplificada, que é o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental).

* Respeito à "capacidade de carga". Adaptar a frequência turística à um limite de tolerância segundo critérios

ecológicos, estéticos, sociais e étnicos, e não mais levar em conta somente o aspecto econômico. A limitação da taxa de ocupação em algumas áreas destinadas ao uso turístico na Serra do Mar pode ser feita, utilizando-se o conceito de "capacidade de carga turística". Determinar a capacidade de carga dos locais significa racionalizar seu uso, considerando, conforme cada caso, a preservação do meio natural, a experiência qualitativa da paisagem pelo visitante ou a tolerância das populações autóctones.

* Estimular a parceria entre setor público e setor privado através de concessões públicas. Diante da inoperância do poder público, assim como da falta de verbas, os empreendimentos turísticos na Serra do Mar podem ser feitos pela iniciativa privada, tanto a construção de equipamentos quanto a administração. E o Estado deve atuar como poder concedente e fiscalizador do serviço turístico, inclusive zelando para que os projetos respeitem as medidas ambientais em todas as etapas, isto é, desde a implantação até a operação.

* Promover, em nível relevante, a participação das populações locais no desenvolvimento turístico. No âmbito regional, os moradores deverão ter acesso adequado a informações referentes aos projetos de turismo. Eles devem participar dos processos de planejamento, implantação e avaliação desses projetos, inclusive com poder decisório. A população das áreas visadas na Serra do Mar deve ser previamente consultada além, é claro, de ser informada sobre

as possibilidades de ganho com a atividade turística. Neste caso, os empreendimentos devem reverter em ganhos também para a população, e não somente para pessoas de fora da região. Por exemplo, alguns serviços turísticos podem ser prestados pela própria população tais como venda dos produtos locais, administração de campings e instalações de alojamento, acompanhamento de visitantes em caminhadas, etc.

A participação das populações locais nos projetos turísticos, seja através de associações de moradores, seja através de cooperativas, seja em combinação com empreendedores externos, deve visar não apenas as vantagens econômicas trazidas pelo turismo mas também prepará-los para fazer frente às desvantagens que a atividade pode carregar consigo como, por exemplo, a especulação, a ocupação de terras por grileiros, a perturbação da tranquilidade em alguns locais em virtude da concentração excessiva em certas épocas do ano, etc.

* Eficientes e cuidadosas campanhas promocionais. Deve-se promover de forma eficaz uma campanha de marketing e promoção turística da Serra do Mar, englobando as regiões vizinhas, como é o caso do litoral. Para ter eficácia, uma campanha desse tipo deve levar em conta tanto as populações locais, visando despertar o interesse pela atividade, quanto os turistas potenciais, com vistas a atraí-los para essas regiões. Sua realização depende da mobilização de todos os organismos públicos vinculados ao turismo em ações conjuntas com operadoras e agências de turismo e, até mesmo, com a

população local. Tal campanha deve estar articulada à política preservacionista preconizada para a região.

É importante salientar aqui que o ecoturismo também está incluído nessas diretrizes. Contudo, suas particularidades exigem que se faça um tratamento em separado tanto na concepção dos projetos quanto na execução dos mesmos. O desenvolvimento do ecoturismo só é viável se concebido como um processo que permita a todas as pessoas realizarem suas aspirações em bases sustentáveis. Isso significa que as implicações de um projeto (custos e benefícios econômicos, compatibilidades sociais e ecológicas) devem ser bem esclarecidas antes da execução.

Com efeito, considerado por muitos como uma tábua de salvação, uma grande oportunidade e uma panacéia universal, o ecoturismo tem sido tratado muitas vezes com um certo sensacionalismo pelos promotores embriagados com a "onda ecológica". Esta postura não contribui em nada para instaurar uma prática turística saudável e produtiva, em harmonia com a natureza. O ecoturismo pode representar uma via nesse sentido. No entanto, ao contrário do que ocorreu até o momento com o turismo tradicional, é essencial respeitar um princípio fundamental: não permitir que a prática do ecoturismo se desenvolva de forma descontrolada; ela deve merecer projetos planejados com todo o cuidado por todas as partes envolvidas.

No caso da Serra do Mar, se adequadamente planejado, o ecoturismo poderá ser uma fonte promissora de ganhos

econômicos e um importante instrumento de educação ambiental. Assim, sob o prisma do desenvolvimento sustentável, que consideramos uma via saudável para o turismo na Serra do Mar, expomos a seguir algumas diretrizes que poderão orientar a implantação e/ou expansão do ecoturismo na região.

Primeiramente não se deve considerar o ecoturismo como uma panacéia. Isto significa que o desenvolvimento do ecoturismo no espaço serrano deve ser promovido segundo critérios realistas e não com base em projetos mirabolantes. O ecoturismo deve assegurar um novo caráter ao processo de desenvolvimento turístico da Serra do Mar, incorporando definitivamente uma visão que valorize na devida dimensão a proteção da natureza, a melhoria do bem-estar das populações locais e o enriquecimento das relações entre turista e meio ambiente cultural e natural.

O ecoturismo deve ser visto também como um elemento promotor da conservação do patrimônio cultural e natural, assim como dos recursos naturais, pelo fato de constituir uma importante fonte geradora de lucros. Nesse sentido, seria aconselhável criar um "fundo de proteção ambiental" da Serra do Mar, alimentado por uma receita advinda de atividades de ecoturismo desenvolvidas na região. Esse fundo poderia ser administrado por um conselho composto de pessoas da iniciativa privada, dos órgãos públicos, de entidades não-governamentais, de fundações ambientalistas e de representantes das populações locais. Além de destinar-se

ao custeio de programas de educação ambiental, o fundo pode servir para financiar a formulação de planos setoriais de gestão ambiental.

O desenvolvimento do ecoturismo não pode ser uma ameaça ao meio ambiente. Assim, é necessário buscar o aperfeiçoamento do processo de implantação dessa prática. Uma das maneiras de amortecer o impacto dos visitantes sobre plantas e animais é determinar a capacidade de carga dos locais visitados, isto é, definir quantos visitantes a área comporta sem sofrer muitos danos. Também seria válido formular um regulamento que discipline as práticas de ecoturismo e suas variantes, tais como turismo de aventura, turismo selvagem, inclusive no que concerne à implantação de infra-estrutura destinada a recepcionar os "ecoturistas". A formulação do regulamento deve contar com participação e aprovação de empresas de ecoturismo, grupos ambientais, poder público, etc.

Apesar de ser uma forma alternativa de praticar turismo, o ecoturismo exige prestadores de serviços especializados na área, ou seja, guias adequadamente treinados e credenciados para levar turistas aos locais escolhidos para visitação. Quando for o caso de turistas autônomos que procuram a Serra do Mar para praticar o ecoturismo, há necessidade de vigilância por parte dos guarda-parques.

A demanda pelo ecoturismo possui atualmente uma forte tendência de aumento, em virtude de a questão ecológica e ambiental ter ganho nos últimos tempos um destaque muito

grande na mídia. Tal fato contribui para estimular a procura por lugares onde a natureza conseguiu manter-se com traços selvagens. A Serra do Mar, com seu enorme potencial ecoturístico, garante por si só um desenvolvimento da atividade. Todavia, a promoção e o marketing, bem como o planejamento de roteiros específicos, podem ajudar de modo decisivo no desenvolvimento do ecoturismo na região. Por exemplo, novos roteiros e pacotes podem ser elaborados para públicos específicos, tais como estudantes, idosos, pesquisadores, etc. Pode-se também promover o ecoturismo na região com material informativo (guias, mapas, "folders", etc.) amplamente divulgado por operadoras e agências de viagens, órgãos oficiais de turismo, escolas, etc.

Concluindo, muitas outras ações poderão promover o ecoturismo na Serra do Mar. Cabe aos promotores públicos e privados unirem-se num esforço conjunto e articulado, com vistas a integrar coerentemente desenvolvimento turístico e conservação ambiental. Pois é desse esforço que depende a inscrição definitiva do ecoturismo no espaço serrano, onde ele poderá enfim contribuir significativamente para promover o desenvolvimento sustentável, ou seja, desencadear um processo que, ao mesmo tempo, dê condições às populações locais de melhorar sua qualidade de vida, que leve o turista a ampliar seus horizontes e aprofundar sua sensibilidade, e que permita a instauração de novas formas de valorização da natureza, garantindo assim sua preservação, conservação e proteção.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABLAS, Luiz (1991) - Efeitos do Turismo no Desenvolvimento Regional. Rev. Tur. Anál, v.2, n.1, ECA/USP, São Paulo. pp.42-52.
- ARAMBERI, J.R (1983) - El Paraíso Perdido: sobre algunas teorías del turismo. Rev. Estudios Turísticos, n.80, Madrid. pp.77-93.
- BACAL, Sarah S. (1984) - Pressupostos do Comportamento Turístico. Tese de Doutorado, ECA/USP, São Paulo.
- BETTANINI, T. (1982) - Espaço e Ciências Humanas. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 157p.
- BIGARELLA, J.J. (1978) - A Serra do Mar e a Porção Oriental do Estado do Paraná: um problema de segurança ambiental Secret. de Planejamento do Paraná, Curitiba.
- BLEY, LINEU (1991) - Morretes- Estudo de Paisagem Valorizada Tese de Doutorado, GEOG/UNESP, Rio Claro.
- BOO, Elizabeth (1990) - Ecotourism: The Potential and Pitfalls. Word Wildlife Fund, Washington, DC.
- BOORSTIN, D.J. (1967) - apud BURGELIN, O.- Le Tourisme Jugé. Rev. Communications, n.10, C.E.C.M/EPHE, Paris.
- CAZES, George (1979) - Planification Touristique et Aménagement du Territoire. Rev. Espaces, n.35, Paris. pp.18-22.
- CEBALLOS-LASCURAIN, H. (1990) - apud BOO, E. - Ecotourism: The Potential and Pitfalls. WWF, Washington, DC.
- DEFFONTAINES, Pierre (1939) - Geografia Humana do Brasil. Rev. Bras. de Geog. Rio de Janeiro.

DUMAZEDIER, Jofre (1980) - Sociologia Empírica do Lazer. Ed. Perspectiva, São Paulo.

FREMONT, Armand (1980) - A Região, Espaço Vivido. Liv. Almedina, Coimbra. 275p.

GEORGE, Pierre (1980) - La Géographie, Histoire Profonde: à la recherche d'une notion globale de l'espace. Annales de Géographie, n.498, Paris. pp.203-210

(1991) - Cinquante Ans Qui Ont Transformé Les Rapports Avec L'Espace. Rev. Communications, n.35, CECM/EPHE, Paris.

GONÇALVES, C.W.P. (1988) - Possibilidades e Limites da Ciência e da Técnica diante da Questão Ambiental. Rev. GEOSUL, n.5, Florianópolis. pp.7-40

(1990) - Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente. Ed. Contexto, São Paulo. 148p.

GUATARI, Félix (1991) - As Três Ecologias. Papyrus Ed. São Paulo. 56p.

HOLANDA, S. B. de (1958) - Visão do Paraíso. José Olympio Ed. Rio de Janeiro.

IPARDES (1991) - Diagnóstico Físico-Ambiental da Serra do Mar- Porção Sul. Sec. de Planej. do Paraná, Curitiba.

ITCF (1978) - Programa Marumbi: proposições e aspectos gerais. Sec. da Agric. do Paraná, Curitiba.

(1987) - Plano Global de Gerenciamento da Órea Especial de Interesse Turístico do Marumbi. Sec. Ext. do Meio Ambiente do Paraná, Curitiba.

KRIPPENDORF, Jost (1977) - Les Devoreurs de Paysages (Le Tourisme Doit-il Détruire Les Sites qui le Font Vivre). Editions 24 Heures, Lausanne.

(1989) - Sociologia do Turismo: para uma

nova compreensão do lazer e das viagens. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 235p.

LAMEGO, A. R. (1950) - O Homem e a Serra. IBGE/CNG, Rio de Janeiro.

LYNCH, Kevin (1982) - Voir et Planifier - L'aménagement qualitatif de l'espace. Ed. Dunod, Paris.

MAACK, Reinhard (1948) - Notas Preliminares sobre Clima, Solos e Vegetação do Estado do Paraná. Arq. Biol. Tecn. Curitiba.

(1968) - Geografia Física do Estado do Paraná. M. Roesner Ed. Curitiba.

MACKIBBEN, Bill (1990) - O Fim da Natureza. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 219p.

MATHIESON, A. and WALL, G. (1982) - Tourism: Economic, Physical and Social Impacts. Longman Ed. New York.

MARTINS, Wilson (1989) - Um Brasil Diferente- (Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná). T.A. Queiróz Ed. São Paulo. 470p.

MICHAUD, Jean-Luc (1983) - Le Tourisme face à l'Environnement PUF, Paris. 234p.

MIOSSEC, Jean-Marie (1977) - L'Image Touristique comme Introduction à la Géographie du Tourisme. Annales de Géographie, n.58, Paris. pp. 55-68

MOLLES, A. et ROHMER, E: (1978) - Psychologie de l'espace. Ed. Casterman, Paris.

MONTEIRO, C. A. F. (1988) - Travessia da Crise (Tendências Atuais na Geografia). Rev. Bras. de Geog., n.50, especial, t.2, Rio de Janeiro. pp. 127-150

- MORAN, E.F. (1990) - A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Ed. Vozes, Petrópolis.
- MOREIRA, J. E. (1975) - Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaquá: até a emancipação da Província do Paraná. Imprensa Oficial do Estado, 4 v.
- MORIN, Edgar (1967) - Cultura de Massas no século XX. Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- (1973) - O Paradigma Perdido - a natureza humana. Public. Europa-América, Men-Martins. 222p.
- (1977) - La Méthode I - La Nature de la Nature. Editions du Seuil, Paris.
- MOULIN, Claude (1988) - Ebauche d'un programme d'éducation au Loisir Touristique. Révue du Tourisme, n. 32, Berne. pp. 2-7
- PARANATUR (1987) - Plano de Ação 87/90. Sec. da Ind. Com. do Paraná, Curitiba.
- PEARCE, Douglas (1990) - Tourism Today: A Geographical Analysis. Longman, New York.
- PELLEGRINI FILHO, Américo (1990) - Problemática do Patrimônio Natural/Cultural no Brasil. Rev. Tur. em Análise, n.1, v.1, ECA/USP, São Paulo. pp. 55-65
- (1991) - Ecologia, Cultura e Turismo. Tese de Livre Docência, ECA/USP, São Paulo.
- QUAINI, Máximo (1979) - Marxismo e Geografia. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- RIZZIERI, Juarez (1991) - Turismo e Preços. Rev. Tur. em Análise, n.1, v.2, ECA/USP, São Paulo.

RODRIGUES, Adyr A. B. (1984) - Águas de São Pedro - Estância Paulista. Uma Contribuição à Geografia da Recreação. Tese de Doutorado, Dep. de Geog/USP, São Paulo.

e COSTA, Y. M. DA (1987) - Quelques Reflexions a propos de l'espace touristique bresilien. Public. du Lab. de Recherches Intern. en Transports et Échanges. C.R.E.R, Univ. de Haute Alsace, Mulhouse. pp. 129-146

(1988) - Le Tourisme et les problemes de protection de l'environnement sur le littoral de l'Etat de São Paulo. Les Cahiers d'Outre-Mer, n.164, v.41 Lion. pp.415-419

(1988) - L'impact socio-culturel du tourisme dans une station termale au Brésil. In: Proceedings - Austrian Meeting of the UGI - Commission of Geography of Tourism and Leisure. I.G.U.B., Klagenfurt. pp.165-170

(1989) - Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação Boletim Paulista de Geografia, n.67, São Paulo. pp. 17-25

(1991) - Enfoque geográfico do espaço turístico. Algumas reflexões. In: Memória del III Encuentro de Geógrafos de América Latina. Toluca, UAEM, Tomo I. pp. 75-87

(1992) - Geografia e Turismo - notas preliminares. Geografia, n.7, São Paulo, DG-USP. No prelo.

ROMARIZ, Dora (1974) - Aspectos da Vegetação Brasileira. IBGE, Rio de Janeiro.

RÓBIO, M. V. (1986) - Turismo y Territorio. Rev. Est. Tur. n.90, Madrid. pp.47-56

RUGENDAS, J. M. (1972) - Viagem Pitoresca Através do Brasil. Martins Ed./EDUSP, São Paulo.

SECE (1987) - Tombamento da Serra do Mar. CEPHA, Sec. da

Cul. e Esp. do Paraná, Curitiba.

SEDU (1990) - Coletânea de Legislação Ambiental - Federal Estadual. Sec. de Des. Reg. e Urb. do Paraná, Curitiba.

SERRES, Michel (1990) - Le Contrat Naturel. Ed. François Bourin, Paris. 191p.

SILVA, A. C. da (1988) - A Aparência, o Ser e a Forma. Texto mimeografado, Dep. Geog./USP, São Paulo.

SILVA, José A. da (1981) - Aspectos Jurídicos do Patrimônio Ambiental. FAU/USP, São Paulo.

TOURINHO, F. A. M. (1973) - Bosquejo Histórico da Estrada da Graciosa. Bol. Esp. do IHGEP, Curitiba.

TURNER, Frederic (1990) - O Espírito Ocidental contra a Natureza. Ed. Campus, Rio de Janeiro. 324p.

URBAIN, Jean Didier (1983) - Sur l'espace du touriste: un voyage en Tunisie - Éléments pour une semiótica de l'espace touristique des français. Rev. l'Espace Géographique, n.2, Paris. pp.115-124

VELOSO, H. GÔES FILHO, L. (1982) - Fitogeografia Brasileira - Classificação Fisiômico-Ecológica da Vegetação Neotropical. Projeto RADAMBRASIL, Salvador.

VIEIRA DOS SANTOS, A. (1950) - Memória Histórica, Cronológica, Topográfica e Descritiva da Vila de Morretes e Porto Real. Museu Paranaense, Curitiba.

Cul. e Esp. do Paraná, Curitiba.

SEDU (1990) - Coletânea de Legislação Ambiental - Federal
Estadual. Sec. de Des. Reg. e Urb. do Paraná, Curitiba.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

